

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 — Série VII — N.º 750
12 de Maio de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

Conselho Nacional da CGTP reúne hoje para estudar continuação da luta contra o «pacote» laboral

● **Greve no Metro marcada para hoje**
— Pág. 1/Semana

● **Luta dos médicos prossegue com unidade e determinação** — Pág. 1/Semana

● **ANAREC não quer aumentar salários porque o Governo não aumenta os combustíveis...** — Pág. 2/Semana

● **Ameaças de despedimentos na UCAL e Setenave**
— Págs. 3 e 4/Semana

● **Novas suspensões na INDEP** — Pág. 4/Semana

Em Foco



CT dinamiza debate
Modernizar a CP: chavão propagandístico ou trabalho a sério?

Modernizar a CP é mais que necessário — os trabalhadores já por várias vezes alertaram para isso e os valores sentem-no cada vez que necessitam de utilizar o comboio.
O Governo aprovou em Fevereiro o plano a médio prazo para a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, designando-o de plano de modernização. O plano prevê a construção, até 1994/95, de 200 km de linha e a aquisição de 225 milhões de contos.
Mas será este plano a resposta que exigem os problemas dos caminhos de ferro?
Parece do princípio que não é fácil perder nenhuma oportunidade de melhorar o caminho «de ferro» nem a oportunidade de melhorar a situação da CP. O Conselho Nacional do Partido Comunista Português, reunido em 12 de Maio de 1988, decidiu, através de um debate «franco e alargado», com o objectivo de recolher de todos os intervenientes contribuições para a definição das medidas necessárias à modernização da CP, discutir e decidir uma primeira iniciativa, mas a discussão vai prosseguir por todo o país e, em breve, a CT promoverá outro debate nacional.
Aqui denunciamos algumas das principais dúvidas e questões levantadas pelos representantes dos trabalhadores ferroviários, que justificam a sua preocupação com a modernização da CP, mas também a sua preocupação com a situação da CP, que não é apenas a da modernização, mas também a da sobrevivência da CP.
Modernizar a CP é, certamente, um bom chavão propagandístico, mas tem que ser mais: um trabalho sério e árduo, tendo em conta as condições dos trabalhadores, das antigas e dos utentes.

Estavam lá trabalhadores da Reforma Agrária, compartes dos baldios, rendeiros e agricultores de todos os distritos (à excepção dos Açores), técnicos e especialistas agrícolas das mais variadas áreas de actividade. Eram 600 ao todo e, todos, ergueram o **Encontro Nacional do PCP Sobre Agricultura** realizado no passado domingo na Casa do Campino, em Santa-rém, passando a pente fino a realidade agrícola do nosso país. Tratou-se, mais uma vez, de uma iniciativa sem paralelo no plano político-partidário nacional, concretizando um profundo levantamento dos problemas com que se defronta, actualmente, a agricultura portuguesa. Pois nem assim a televisão achou que valia a pena lá ir!

Págs. 6 e 7/Semana



Encontro PCP-PSUA

ENCONTRO PCP-PSUA

O camarada Horst Sindermann, membro do Bureau Político do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha e presidente da Câmara do Povo da RDA, que visitou Portugal à frente de uma delegação da Câmara do Povo da RDA, a convite da Assembleia da República, encontrou-se com Álvaro Cunhal, secretário-geral do

PCP, no Centro de Trabalho do Partido Comunista Português. Participaram no encontro os camaradas Albano Nunes, membro do CC do PCP e Johannes Chemnitz, membro do CC do PSUA. O encontro decorreu no ambiente de fraterna amizade que caracteriza as relações entre o PCP e o PSUA.



A delegação marroquina no CT de Soeiro Pereira Gomes

A. CUNHAL RECEBEU DELEGAÇÃO DE PARLAMENTARES MARROQUINOS

Álvaro Cunhal recebeu no dia 10 de Maio, na sede central do PCP, a delegação de parlamentares marroquinos que se encontra de visita a Portugal, composta por parlamentares da União Constitucional, do Istiqal, do Movimento Popular, do Partido Nacional dos Democratas, da União Socialista das Forças Populares e ainda pelo responsável dos Assuntos da Europa e América do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Zmie El Abidine Sebti, que dirige a delegação.

A delegação marroquina expôs o seu desejo de ver reforçadas as relações bilaterais de Portugal com Marrocos e informou sobre a situação referente ao Sahara Ocidental e a toda a região do Magreb.

Álvaro Cunhal manifestou a opinião do PCP favorável ao reforço das relações de Portugal com Marrocos, com os países árabes, no quadro da política de diversificação nas relações externas que o PCP defende. Expressou também a solidariedade do PCP à causa palestina. No que se refere ao Sahara Ocidental manifestou a opinião do PCP favorável a uma solução política de conflito com base no respeito da vontade do povo Sahara-raui.

Álvaro Cunhal esteve acompanhado por Domingos Lopes, suplente do Comité Central e de Manuela Bernardino, da Secção Internacional.

Editorial

O processo de renovação e a preparação do Congresso

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM FRANÇA

PESADA DERROTA DA DIREITA

Pág. 16/Semana

ÁFRICA DO SUL Um silêncio de morte sobre os «seis de Sharpeville»

Em foco

Editorial

Avante!

Ano 58 — Série VII

N.º 750

12 de Maio de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

O processo de renovação e a preparação do Congresso

Portugal, que há 14 anos se libertou do fascismo e implantou com a gesta dos Capitães de Abril o regime democrático mais evoluído da Europa ocidental, vive hoje uma fase de grande complexidade da sua existência nacional.

Num mundo em mudança, Portugal, integrante do sistema de exploração do homem pelo homem, membro subalterno do bloco militar da NATO e da Comunidade Económica Europeia, país em vias de desenvolvimento directamente submetido aos efeitos e às tensões inerentes à contradição fundamental da nossa época, tem a particularidade adicional de ter à sua frente um Governo de direita apoiado por uma substancial maioria parlamentar o qual se empenha activamente num plano contra-revolucionário de restabelecimento acelerado do poder dos monopólios.

Sob a aceleração deste processo — que se pretende materializar com a imposição a curto prazo de pacotes legislativos antidemocráticos (privatizações, laboral, agrícola, eleitoral, da saúde, do ensino, da habitação e outros, a par de novas leis parlamentares) e na revisão subversiva da Constituição — o momento português actual caracteriza-se em grandes linhas pelo impetuoso crescimento da luta popular de massas e do movimento democrático, sob diversas formas, contra os planos restauracionistas da direita (de que foram pontos altos a Greve Geral de 28 de Março e as grandiosas manifestações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio) e pelo crescente isolamento político do Governo PSD/Cavaco Silva e a sensível redução da sua base de apoio.

Neste contexto político complexo e neste correlativo clima de tensões e de confrontação o Comité Central do PCP na sua reunião plenária dos dias 4 e 5 examinou a situação política nacional e definiu as tarefas essenciais do Partido, abordou as questões mais salientes da actividade internacional e discutiu problemas e medidas relativas à preparação do XII Congresso e a questões de direcção do Partido.

O conjunto das «Resoluções» saídas da reunião, que publicámos no número anterior do «Avante!», cuja discussão e aplicação prática estão em curso em todo o Partido, fornecem dos debates do CC o quadro essencial.

Torna-se patente que a preparação e realização de um acto tão importante e responsável como o Congresso que se projecta no imediato e no futuro do nosso Partido não pode deixar de reflectir o condicionalismo da hora presente. A preparação do nosso XII Congresso processa-se e vai continuar a processar-se num clima de exasperação de contradições e conflitos

políticos e de classe que não tem paralelo desde o 25 de Abril de 74.

É inevitável que as profundas mudanças operadas no nosso país e no Mundo, que as tensões e confrontações da situação actual (políticas, sociais, económicas, institucionais) se exprimam vivamente também no plano ideológico. É inevitável que a sua complexidade perturbe e confunda o cidadão comum, inquiete os portugueses progressistas insuficientemente informados e naturalmente se projecte no interior e na própria acção do Partido que mais consequentemente protagoniza o processo revolucionário em Portugal — o PCP.

É por isso também inevitável que os inimigos da democracia e do 25 de Abril actuais detentores do Poder concentrem os seus golpes e os seus ataques mais insidiosos e virulentos contra essa força mais consequente da democracia portuguesa e contra ela mobilizem o seu arsenal, recursos e energias.

Cenários dos mais fantasiosos de diversão política e ideológica são arquitectados e montados, visando confundir a opinião pública e os próprios comunistas e os seus amigos, apoiantes e aliados acerca do carácter e do papel do PCP na sociedade portuguesa.

Este insidioso trabalho visa erguer barreiras artificiais entre os comunistas e outros democratas; intenta isolar e enfraquecer, para o destruir depois, o PCP; intriga para dividir os comunistas, separá-los da sua Direcção, semear nas suas fileiras a desconfiança, quebrar entre eles os laços de fraternidade e de solidariedade que os unem.

É uma campanha que se alimenta com o pão da mentira e da calúnia.

Alimenta-se também de falhas e deficiências do Partido e dos seus atrasos na resposta aos desafios da hora actual.

Tenta exacerbar as naturais diferenças de opinião entre os comunistas e transformar em inflamados diferendos as suas divergências internas, as suas interpretações diversas da situação actual, da natureza das mudanças ocorridas e das medidas necessárias, procuram influir na acção e na orientação do Partido para o desarticular como força dirigente da classe operária.

E entretanto, mesmo que disso se alimentem os inimigos e adversários do PCP, na preparação do seu XII Congresso, o Partido fomenta e incentiva no seu seio o debate interno e o confronto de ideias, colhe a contribuição criadora, individual e colectiva, de todos os seus membros e organizações, só possível no aprofundamento da democracia interna.

E fazê-lo no seio do Partido, no respeito dos princípios e das normas estatutárias por que se rege, não é necessariamente fechá-lo dentro do Partido entre paredes opacas.

Toda a abordagem da problemática do Congresso, toda a necessária busca de soluções para os problemas actuais e da nova época que desponha nos horizontes, todo o contributo para a correcta compreensão da realidade em movimento em que estamos inseridos e para a intervenção criadora do Partido em todos os processos da construção do futuro interessa à sociedade portuguesa, é não apenas uma tarefa desejável, como exigente e necessária.

Na abordagem da problemática do XII Congresso, a par da elaboração de um novo Programa do Partido e da actualização e da revisão dos estatutos, para as quais se constituíram comissões de trabalho, o Comité Central, na consideração das mudanças ocorridas e em perspectiva e das novas exigências que se colocam aos comunistas, pôs de novo o acento no processo de renovação nas diversas frentes de actividade partidária.

O processo de renovação no seio do Partido pressupõe um amplo debate interno, um largo exercício da democracia interna no aprofundamento das novas realidades e dos novos caminhos que se abrem à actividade e à intervenção dos comunistas.

Naturalmente, para os inimigos e adversários do PCP a «renovação» deveria ser uma coisa diferente: uma acesa batalha de tendências e, de seguida, uma total debandada no terreno dos princípios.

Para eles o Partido Comunista Português divide-se em «renovadores» e em cavernícolas «dinossauros», inveterados «gerentes»; em jovens partidários e em velhos «stalinistas» adversários da «perestroika»...

A democracia interna, condição intrínseca do processo de renovação, é para os inimigos e adversários do PCP a completa bagunça interna, pasto da comunicação social manipulada da burguesia e das tertúlias do anticomunismo.

O processo de renovação no seio do Partido coloca algumas questões de suma importância na preparação do XII Congresso: o que é, quem o dirige, qual o seu âmbito, quais os seus limites.

A renovação é uma eminente tarefa interna do Partido, deve operar-se sob a direcção do Partido e dos seus órgãos dirigentes, deve alargar-se

a todas as esferas de actividade do Partido, deve ter apenas por limite os princípios ideológicos e o carácter de classe do Partido.

Questões de direcção, de métodos de trabalho e de organização; de concepções ajustadas às realidades sociais e políticas, de formas de actividade, devem, na perspectiva do Congresso, ser submetidas a um profundo exame crítico e autocrítico.

Os comunistas jamais aceltariam que o processo de renovação fosse uma luta de gerações e de grupos, entre uma «velha guarda» «agarrada ao poder» — como insinuam os inimigos e adversários do Partido — e uma «jovem guarda» sedenta de se «assenhorear da direcção do Partido» — como também insinuam; jamais consentiriam que o processo de renovação fosse dirigido de fora e à margem do Partido.

A necessária e incessante ascensão dos jovens quadros, homens e mulheres, que se destacam na actividade do Partido e na vida social, política e cultural do País a todas tarefas e cargos de direcção deve continuar a ser uma constante prioritária da recomposição dos órgãos dirigentes do Partido.

Os velhos quadros a quem as leis da vida diminuíu capacidade de direcção e de operacionalidade cederão naturalmente o passo e continuarão a dar em condições diferentes ao Partido o seu capital de experiência.

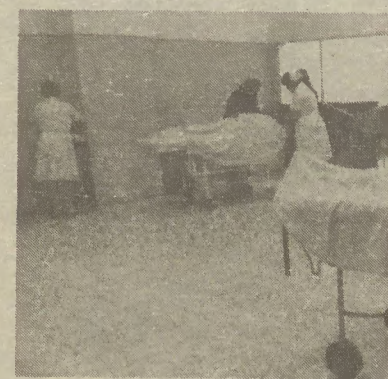
Na preparação do XII Congresso todos os membros do Partido têm o dever e o direito de participarem com as suas contribuições e a sua experiência.

Um largo campo está aberto à participação de todos os camaradas mas o exercício pleno da democracia interna, o respeito pelos princípios e por normas estatutárias que só o Congresso pode alterar, vedam toda a actividade fraccional e de grupo, interditam que se transfiram para o exterior questões internas do Partido que só às organizações e nas formas estabelecidas pelo Partido devem ser restringidas.

Com uma grande abertura, com o respeito pelas normas internas do seu Partido mas com determinação, objectividade e firmeza, os comunistas portugueses farão do seu XII Congresso um grande passo em frente na elevação da sua força, da sua capacidade de intervenção nos problemas candentes da actividade do Partido e da luta dos trabalhadores e do povo, em defesa do regime democrático, da elevação das suas condições de vida, na construção de um futuro livre, feliz e independente para Portugal e para o povo português.

Resumo

6
Sexta-feira



Os médicos aderem a 95% à greve nacional que culmina uma série de paralisações iniciadas a 8 de Abril; é marcada nova greve para 19 e 20 de Maio. O PCP divulga em conferência de imprensa as conclusões da reunião do CC de dias 4 e 5. O pacote laboral e o pacote das privatizações dão entrada no Tribunal Constitucional, cujo parecer deve ser emitido até dia 26. Deputados do PCP propõem na Comissão de Defesa da AR que esta



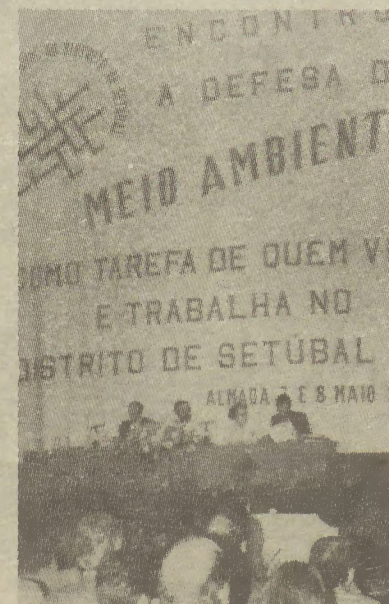
se encontra com a Comissão de Assuntos Internacionais da Assembleia Regional açoriana para apreciar as negociações do acordo das Lajes. O serviço militar obrigatório «faculta melhores condições para as Forças Armadas se colocarem ao lado da democracia» — declara o brigadeiro Pizarat Correia numa conferência no Porto. Inicia-se em Aveiro o 3.º Festival de Cinema dos países de língua oficial portuguesa. «Através de meios pacíficos poderemos alcançar mais rapidamente uma paz melhor» no Afeganistão — afirma o dirigente afegão Najibullah aos jornalistas no final de uma visita à Índia.

7
Sábado

Encerra em Braga o 2.º Congresso do Sindicato dos Professores do Norte. A Comissão Distrital de Portalegre do PCP considera a Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano um «mero somatório de projectos individualizados, sem nexos entre si». O PRD vai surgir com uma nova equipa depois da 3.ª Convenção Nacional (27 a 29 de Maio) — declara o Porto Hermínio Martinho. O Governo de Cavaco Silva «só tem arranjado conflitos e um crescente mal-estar» — afirma o dirigente dos CDS Luis Beltrão no programa «Nem mais nem menos», da RDP-1. Existem em Lisboa cerca de 16 mil barracas — afirma um dirigente da Associação de Inquilinos (AIL) ao anunciar para dia 21 um encontro sobre imóveis degradados. Milhares de trabalhadores manifestam-se nas ruas de Roma pela criação de mais postos de trabalho e pelo desenvolvimento económico do sul de Itália. O papa João Paulo II inicia uma nova visita a países da América Latina. A polícia espanhola apreende em Irun uma tonelada de cocaína.

8
Domingo

O PCP realiza em Santarém, na Casa do Campino, um Encontro Nacional sobre Agricultura. Termina o encontro «A defesa do ambiente



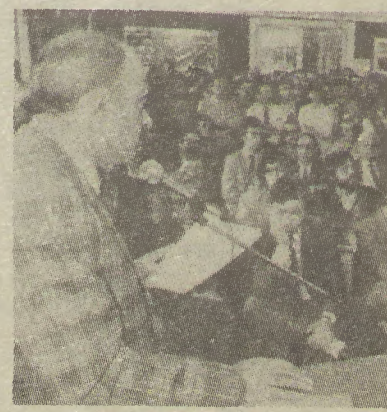
como tarefa de quem vive e trabalha no distrito de Setúbal», organizado no fim-de-semana em Almada pela Associação de Municípios distrital. Inicia-se as comemorações do «Dia da Europa», 9 de Maio. Associações juvenis do distrito de Setúbal decidem



avancar para a constituição de uma federação (FAJDS). François Mitterrand é reeleito, com 54% dos votos, presidente da República Francesa, derrotando o Primeiro-Ministro Jacques Chirac. Rodrigo Borja ganha a segunda volta das eleições presidenciais no Equador. Pondo termo a 38 anos de poder democrata-cristão, o SPD (Partido Social Democrata) vence as eleições estaduais em Schleswig-Holstein, no norte da RFA. O acesso dos passageiros aos ferries do porto de Calais é bloqueado por motoristas de longo curso, descontentes com os atrasos provocados pela greve dos marinheiros britânicos, que se arrasta devido à intransigência do Governo Thatcher.

9
Segunda-feira

A Comissão Executiva da CGTP-IN decide propor ao Conselho Nacional, que reúne sexta-feira, a realização de um dia nacional de luta a 26 de Maio. Tomam posse os novos dirigen-



tes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. É publicado o primeiro livro oficial sobre a guerra colonial, intitulado «Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)». O presidente da Assembleia Municipal do Porto (Ferreir Loureiro, PSD) informa o presidente da Câmara (Fernando Cabral, PSD) de que tenciona pedir a demissão do cargo. Termina em Lisboa o 1.º encontro de Televisões de língua portuguesa. Quando cessarem as ingerências estrangeiras o povo angolano saberá resolver os seus problemas — afirma o presidente José Eduardo dos Santos, negando qualquer perspectiva de conversações com a UNITA. Os grevistas ocupantes dos estaleiros navais de Gdansk rejeitam um acordo com a administração da empresa — noticia a imprensa ocidental. O Supremo Tribunal de Israel rejeita a libertação imediata de Mubarak Awad, cidadão norte-americano de origem palestina detido em Jerusalém e ameaçado de expulsão pelas autoridades sionistas. Inicia-se o 14.º festival de cinema de Santarém.

10
Terça-feira

O Governo faz aprovar na Assembleia da República, apenas com os votos favoráveis do PSD, uma proposta que introduz alterações a vários artigos da lei do recenseamento eleitoral contemplando, nomeadamente, a inscrição ou abateimento de eleitores nos cadernos sem o conhecimento dos interessados; os partidos da oposição principalmente o PCP e o PS, protestaram contra «mais esta tentativa de desvirtuamento do regime democrático». A CGTP-IN anuncia a marcação para o próximo dia 26 de Maio de um «dia nacional de luta» contra a política gravosa do Governo. Num encontro promovido pelo SPGL, mais de 1500 professores repudiam «os princípios, a filosofia e o conteúdo» da proposta do ME sobre o estatuto da carreira docente do ensino não superior, exigindo negociá-lo na totalidade. François Mitterrand, presidente da República Francesa, aceita a demissão do



primeiro-ministro Jacques Chirac e nomeia para o cargo Michael Rocard, do PSF. Termina a ocupação dos estaleiros de Gdansk, na Polónia, com a saída dos últimos grevistas que se encontravam nas insalubres condições.

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa

CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa

CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa

Tel. 77 98 28/77 98 25/77 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa

Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora

CODEX. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro

Tel. 24417

Delegação do Norte

Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto

Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra

Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova

2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel.

77 69 36/77 67 50

Porto — Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º

— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Abril — 27 638 exemplares

Acção de protesto da CGTP

Na reunião da passada segunda-feira, a comissão executiva da CGTP marcou para amanhã, dia 13, uma sessão do seu conselho nacional. Sabia-se, entretanto, que o executivo da Central unitária proporá durante os trabalhos daquele órgão dirigente (CN) um dia nacional de luta a efectuar na última semana deste mês. É previsível que a iniciativa assuma formas diversificadas como acção de protesto, no seguimento das grandes iniciativas de luta dos últimos meses. Das variadas intervenções da CGTP nas últimas semanas destaquem-se as assumidas perante o pacote laboral, a desnacionalização da banca e, junto dos deputados, a tomada de posição sobre a proposta de lei de bases da reforma fiscal.

A CGTP considera que «a reforma do sistema fiscal é uma questão vital para todos os portugueses».

Destaca, porém, os trabalhadores, porque a injustiça fiscal os prejudica especialmente a eles.

Ao preconizar que a matéria da referida reforma deveria ser «objecto de um sereno, profundo e prolongado debate público», a CGTP faz notar que aquilo que sucedeu foi precisamente o oposto.

Numa carta aos deputados, enviada pessoalmente a cada um deles, a Central unitária refere que esse debate público tem sido efectuado em outros países da Europa.

O debate nem chegou à Concertação Social

Ao contrário desses países, o debate em Portugal não chegou sequer ao Conselho Permanente de Concertação Social. O Governo limitou-se a falar apressadamente e em separado com cada parceiro social.

Segundo a CGTP, o Governo pretende com essa atitude «diminuir as taxas de imposto que incidem sobre os altos rendimentos», aumentando ao mesmo tempo as que atingem os rendimentos mais baixos.

Mesmo o alegado desagravamento fiscal dos rendimentos familiares, na forma pretendida pelo Governo, irá também — sublinha a Central — «beneficiar os altos rendimentos».

Sem entrar em pormenores no texto que distribuiu à imprensa no passado dia 28, quer sobre os países da Europa, quer sobre os rendimentos familiares, a CGTP-IN acrescenta, no entanto, que «relativamente ao imposto que incidirá sobre rendimentos das empresas, verificar-se-á um desagravamento fiscal efectivo» embora

«muito mais acentuado no caso das grandes empresas».

A CGTP-IN espera que os deputados permitam a intervenção dos interessados nesta matéria, sujeitando a debate público a respectiva proposta de lei.

Comentário sobre a desnacionalização dos bancos

A propósito de afirmações do secretário de Estado do Tesouro, que iriam no sentido da rápida desnacionalização de toda a banca, a CGTP divulgou na passada sexta-feira o seguinte comentário, nos precisos termos em que se transcreve:

«1. Para a CGTP-IN a privatização da banca seria negativa para a economia do País e significaria a colocação da banca ao exclusivo serviço dos interesses privados e pessoais do grande capital.

«2. As declarações do sr. secretário de Estado do Tesouro podem ser entendidas como uma parte da estratégia que o Governo tenta montar, nesta e noutras áreas para rever, por lei ordinária e por antecipação, a Constituição da República Portuguesa, como forma de pressionar as instituições, os partidos políticos e a opinião pública com factos e atitudes que, ainda que ilegais, visem a alteração da CRP.

«3. Para a CGTP-IN, no entanto e a não ser que o Governo esteja a pensar integrar toda a banca pública na CGD (Caixa Geral de Depósitos), as afirmações do sr. secretário de Estado do Tesouro não passam de mais uma grotesca manobra de manipulação. O Governo sabe que não tem qualquer cobertura legal e constitucional que lhe permita concretizar a desnacionalização da banca pública».

O Governo recua no pacote laboral

A CGTP-IN que, em devido tempo, considerou muito

positiva a verificação da constitucionalidade da autorização legislativa sobre o pacote laboral, a que o Presidente da República mandou proceder, sublinhou o recuo do Governo ao mandar submeter a discussão pública a matéria legislativa que tem merecido o repúdio constante dos trabalhadores e de muitas outras camadas da população.

O Governo recuou com a publicação do pacote no Boletim do Trabalho e Emprego, mas «tenta novo golpe». A Central chama a atenção para o facto de continuar a ser ilegal aquela discussão pública enquanto o Presidente da República não promul-

gar a lei da autorização legislativa.

Sublinha a CGTP que ao pôr o pacote à discussão nesta altura «o Governo pretende constranger o Presidente da República a publicar uma autorização legislativa, cujos parâmetros são, na opinião da CGTP-IN, inconstitucionais».

Conclui a CGTP que, «para além dos aspectos jurídicos referidos, há uma conclusão político-sindical a reter: tal como a CGTP-IN tem afirmado, o pacote laboral não está aprovado e a continuação da luta dos trabalhadores torna-se ainda necessária e fundamental para o derrotar».

Greve no Metro marcada para hoje

Trabalhadores filiados e não filiados nos sindicatos rodoviários voltam à luta, destacando-se hoje as paralisações no Metropolitano de Lisboa. Anunciada na passada sexta-feira pela Festru, esta forma de luta deve-se à «posição intransigente do conselho de gerência» da qual a empresa pública na questão salarial. As paralisações são diversificadas e pelo período de três horas. Outras acções sindicais es-

tão previstas na Rodoviária Nacional. Os trabalhadores recusam os 3,5 por cento de aumentos salariais.

Segundo a Federação dos Sindicatos Rodoviários (Festru), no Metro o CG pretende aplicar «aumentos salariais muito abaixo do exigível», pelo que as paralisações anunciadas para hoje atingirão «vários sectores da empresa». Na comunicação à Imprensa do passado dia 6, a Festru referia que o pesso-

al do movimento e tracção paralisaria hoje entre as seis e meia e as nove e meia da manhã.

Na Rodoviária Nacional (RN) a recusa dos aumentos de 3,5 por cento tem mobilizado os trabalhadores dos diversos sectores da empresa, que consideram a contraproposta patronal uma provocação.

As formas de luta já aprovadas no Metro, que podem

atingir as outras empresas de transportes com sede em Lisboa e no Porto, seguem-se a tentativas sucessivas da Festru e dos sindicatos para obterem do Ministério do Emprego e Segurança Social a intervenção nos processos negociais por forma a evitar o recurso a novas acções de luta.

A partir de meados de Abril findo, a Festru tem insistido no «pedido de passagem à fase de conciliação do processo do Metropolitano», assim como na «reabertura da conciliação na Carris».

Os gestores das empresas devem sair das posições irreconciliáveis a que se têm remetido. Os novos valores salariais devem corresponder aos valores da inflação que, segundo a Festru, «já é certo ultrapassarem os valores previstos pelo Governo».

O Ministério da tutela, no que respeita às empresas públicas, deveria empenhar-se seriamente «na resolução dos conflitos na Carris e Metropolitano de Lisboa», implementando acções que permitam «o normal desenvolvimento dos processos negociais», incluindo os da RN e dos STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto).

Os trabalhadores e os seus sindicatos, conscientes das perturbações que sofrem os utentes sempre que há paralisações de trabalho, procuram mais uma vez resolver os conflitos pela via da negociação.

A resposta continua a ser, sem ter em conta os prejuízos, a via governamental da não evolução das negociações, obrigando os trabalhadores a recorrer à greve.

Prossegue movimentação e luta no sector da Saúde

Sem exclusão do diálogo, embora difícil para as associações médicas e para os sindicatos e outras organizações representativas, incluindo as dos enfermeiros, continua a movimentação e a luta no sector da Saúde.

Os médicos que, segundo apurámos, têm programada para o próximo dia 20 uma Assembleia Médica Nacional, cumpriram com muito larga adesão uma nova greve nacional na passada sexta-feira.

A Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos, no mesmo dia da greve nacional, dia 6, efectuava em Lisboa uma reunião nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais médicos, incluindo os três sindicatos médicos e o Independente (SIM).

Dessa reunião concluíram os médicos pela necessidade de prosseguir com a forma de luta adoptada até agora, marcando novas greves nacionais para os próximos dias 19 e 20.

Continua em causa, segundo o dr. Mário Jorge, da Coordenadora Nacional, «a aplicação das medidas que o Ministério da Saúde tem em preparação» e que os médicos rejeitam com «vontade e empenhamento crescentes» no sentido de «defenderem os seus interesses profissionais e os das populações».

O mesmo dirigente sindical acrescentou que «os médicos se encontram unidos e determinados a manter as formas de luta» numa série de acções inéditas na classe, nomeadamente em defesa das carreiras médicas e contra «a liquidação da gestão democrática dos hospitais».

Depois de duas greves de âmbito nacional e de uma

série de distritais com muito elevada adesão, os dirigentes dos sindicatos reunidos em Lisboa na passada sexta-feira admitiram que, se a recusa do diálogo persistir, poderão ser adoptadas formas de luta «muito mais graves».

Era entretanto anunciada na mesma reunião a presença, hoje, dia 12, de uma representação dos médicos na Assembleia da República, quando se efectuar a interpeação do PCP ao Governo sobre política de Saúde.

No balanço das lutas a que procederam os dirigentes sindicais na mesma reunião referiu-se que têm estado envolvidos neste processo de luta perto de 20 mil médicos dos serviços de saúde pública.

Note-se que a adesão confirmada à greve nacional da passada sexta-feira rondou os 95 por cento, cinco pontos acima da registada no dia 8 de Abril.

Houve, no passado dia 6, hospitais como o de S. José, Arroios, Desterro, Carnaxide e Santa Cruz, na zona de Lisboa, que pararam a 100 por cento, excluindo naturalmente as urgências que funcionaram como das outras vezes em que houve greve.

O mesmo sucedeu da Zona Centro e no Norte. As percentagens de adesão situaram-se sempre acima dos 80 por cento, incluindo centros hospitalares e numerosos centros de saúde.

Por exemplo, nos Hospitais Universitários de Coimbra a adesão foi de 97 por cento. No Porto (Hospital de São João) aderiram à greve do passado dia 6 mais de 88 por cento dos médicos, subindo essa percentagem para 89 por cento no Hospital de Vila Nova de Gaia.

A adesão andou pelos mesmos níveis nos distritos do Sul e na Região do Algarve.

Trabalhadores

Grandes lojas da «baixa» lisboeta pagam salários com atraso

Ao contrário do que afirmou recentemente Crespo de Carvalho, presidente da CCP, segundo o qual poderiam aparecer «pela primeira vez» salários em atraso no comércio, grandes lojas da baixa lisboeta não pagam a tempo e horas aos seus trabalhadores.

Estão neste caso os Armazéns do Conde Barão, Chiado, Ramiro Leão, Rodrigues & Rodrigues e Correia Santos & Correia. Segundo a Federação do sector (Fepces), o presidente da Confederação do Comércio Português, Crespo de Carvalho, faz «bluff» com aquela ameaça, pois a situação já existe e tem existido «nos últimos anos em dezenas de empresas, que têm mantido situações de salários em atraso».

Além das lojas e armazéns já referidos, a Fepces cita a John W. Nolte, Lda; Zurcex; Reis & Pousada; Sociedade de Tecidos Confiança, Lda.; Lamartine, Mendo & Brito, Lda.; assim como outros estabelecimentos comerciais que se têm atrasado no pagamento dos salários aos trabalhadores.

De acordo com a Fepces, «as declarações de Crespo de Carvalho faltam à verdade, instrumentalizam os pequenos e médios comerciantes e são suporte à política do Governo de liberalização dos despedimentos».

Total oposição à política de crédito

Na perspectiva dos grandes patrões do comércio nacional e estrangeiro, representados por Crespo de Carvalho, a urgência da aplicação do pacote laboral e da liberalização dos despedimentos serviria como «panaceia» para as restrições ao crédito que, no entender da Federação sindical, Fepces, afectam sobremaneira os pequenos e médios comerciantes e servem para «restringir o consumo dos bens de primeira necessidade daqueles que já menos consomem». Por isso, a Fepces «reafirma a sua total oposição à política de crédito do Governo».

A realidade das restrições, que afectam as pequenas e médias empresas do ramo, serve, lembra a Fepces, em última análise, «os interesses do grande capital» português e estrangeiro, que «folga em ver a contínua derrocada das pequenas e médias empresas concorrentes».

Essa realidade económica e política surge como uma evidência para os sindicatos do comércio representados pela Fepces para quem, se o pacote do Governo fosse aplicado, «as dificuldades de mercado», comprovadas ou não, iriam servir como «causa objectiva de despedimento».

Assim, poderiam ser despedidos os trabalhadores conforme melhor aprovesse aos empresários, sublinha a Federação ao reafirmar que «nenhuma situação justifica a quebra dos compro-

missos contratuais, nomeadamente o direito ao salário».

Quando o presidente da CCP afirma, para utilizar as suas próprias palavras, que «temos consciência de que não se pode abrir completamente a torneira do crédito», está a pensar, e implicitamente a requerer, que se abra completamente a torneira dos despedimentos.

A Fepces repudia esta atitude do presidente da CCP, que considera uma «tentativa de instrumentalização dos direitos dos trabalhadores».



Manifestação contra os atrasados em 1984. A chaga reabre nas lojas comerciais

Brincadeira de mau gosto não pegou no «Pingo Doce»

Na loja Pingo Doce do Barreiro, onde está marcada uma reunião dos representantes sindicais com a administração para a próxima quinta-feira, 19, o não reconhecimento pelos patrões da eleição de 22 delegadas sindicais foi considerado recentemente pelos trabalhadores «uma brincadeira de mau gosto» que, aliás, «não pegou», como refere o Sindicato CES-SUL.

Segundo esta associação sindical, com sede em Setú-

bal, a tentativa de ilegalidade por parte do Pingo Doce foi explicada pelo director dos recursos humanos da empresa como um «lapso» devido a «excesso de zelo e a uma leitura menos atenta por parte da gerência da loja».

No entanto, os trabalhadores consideraram a tentativa dos gerentes um esboço de atentado contra os seus direitos e ficaram precavidos, refere o Sindicato, contra outras atitudes do género, que «eventualmente possam sur-

gir»: desde já atentos — afirmam — para «defenderem tudo quando conquistaram» no quadro da legalidade.

Segundo o CES-SUL, a administração teria alegado que não foi intenção da empresa «faltar ao dever». O não reconhecimento da eleição das 22 delegadas a nível nacional ultrapassaria para os responsáveis pela loja «os máximos legais». O Sindicato contesta essa posição e sublinha que a alegação da empresa «não correspon-

de à verdade», quanto à aplicação do Decreto-Lei 215/B/75, «em termos de crédito de horas».

Ainda de acordo com o CES-SUL, a reunião da próxima quinta-feira, 19, destina-se a questionar a administração por não ter pago «trabalho suplementar efectuado há meses», assim como «diuturnidades já vencidas», vários subsídios, e ainda sobre o fornecimento de calçado antiderrapante e equipamento de refeitório.

Estratagem patonal nas estações de serviço

Amanhã, dia 13, haverá nova reunião no Ministério do Emprego e Segurança Social para procurar sair de um impasse provocado nas negociações da regulamentação colectiva de trabalho pela associação patronal Anarec, que tem defendido «aumentos zero» nos salários, com a alegação imprópria, segundo a qual «o Governo também não revê as margens de comercialização dos combustíveis».

Para o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Sul (Ces-Sul), que naturalmente repudia esse comportamento dos patrões das

estações de serviço, parques de estacionamento, postos de abastecimento de combustíveis, assistência a pneumáticos, revenda e distribuição de gás, todos eles pertencentes ao sector a que respeita a revisão salarial, «o estratagem da Anarec é velho, já tem barbas».

Pergunta o Ces-Sul: «Que tem a ver um tão diversificado sector com a questão dos combustíveis?»

A verdade é que o patronato da área — talvez sem êxito neste caso — quer servir-se dos trabalhadores para conseguir lucros ainda maiores.

O Ces-Sul, com sede em Setúbal, confirmou esta evidência logo a seguir à primeira reunião de conciliação no Ministério do Emprego e Segurança Social, e aproveitou para alertar, nessa altura os trabalhadores, contra «a chantagem patronal».

O Ces-Sul reafirma, com razão, que os combustíveis são apenas um dos subsectores entre os cinco que constituem a matéria da contratação e, o que é ainda mais flagrante, «não corresponde à verdade a alegada falta de margens de comercialização» daquele produto.

Na reunião marcada para amanhã, no Ministério do Emprego e Segurança Social, o patronato da Anarec terá certamente que encontrar outra resposta para a revisão salarial, a menos que os serviços competentes daquele Ministério passem a considerar a percentagem zero uma base de negociação em fase conciliadora.

O Ces-Sul tem efectuado reuniões com os trabalhadores interessados durante este mês. As suas reivindicações cifram-se num aumento de 12 por cento nos salários a partir de Janeiro do ano corrente.

Obviamente

Os anos vão passado e as memórias vão também sendo substituídas, relegando para o esquecimento experiências que haveria vantagem em conservar. Trinta anos passados, os jornais enchem-se justamente da recordação de uma frase que em Portugal fez História. No salão do velho restaurante «Chave d'Ouro», ali ao Rossio e onde hoje está um banco, um general candidato à eleição para Presidente da República resumia em duas palavras um programa que se propagaria incendiariamente pelo País:

«Obviamente, demito-o!»

Contra o parecer dos seus conspícuos conselheiros, Humberto Delgado respondia assim à pergunta do jornalista sobre qual seriam as suas intenções quanto ao futuro do presidente do conselho, Oliveira Salazar, caso viesse a ser eleito.

Começava uma crise que abalaria profundamente o fascismo, que marcaria um ponto alto da luta do povo português pela democracia. Até ao seu assassinato pela PIDE, a contraditória figura de Humberto Delgado tornar-se-ia um dos eixos e das referências da Oposição.

É justo que se recorde, é necessário que se recorde. Até porque por vezes estas memórias têm insuspeitadas actualidades.

Vão decorridas três décadas. As forças democráticas travavam então batalhas que faziam parte de uma luta que durou quase meio século: as que se desenrolavam em torno das farsas eleitorais montadas pelo salazarismo.

De quatro em quatro anos os democratas portugueses combativamente aproveitavam as escassas possibilidades que se abriam na barreira repressiva de censuras e polícias para denunciarem, esclarecerem, mobilizarem. Eram as «eleições» para a Assembleia Nacional. Depois de 1958, Salazar decidira pôr termo às eleições directas para Presidente da República, o episódio Delgado revelara perigos que o fascismo não estava na disposição de enfrentar de novo.

Mas a actualidade destas recordações provém de um outro facto que sistematicamente acompanhava estas batalhas. A participação democrática nas «eleições» de então não se confinava ao aproveitamento do período de campanha eleitoral: começavam bem antes e em torno de uma questão que ocuparia sempre lugar de destaque: o **recenseamento eleitoral**.

O conhecimento dos cadernos do recenseamento, a fiscalização da sua elaboração e do funcionamento das mesas, a possibilidade de promover a inscrição de cidadãos, o acesso a cópias dos registos constituíam outras tantas batalhas que se iniciavam meses antes de cada «campanha eleitoral» e que sistematicamente defrontavam silêncios, recusas, ameaças — e actos repressivos.

É de transparente evidência que o problema era efectivamente fulcral. Controlando o recenseamento eleitoral, antes das falcaturas e «chapeladas» que fazia durante as próprias eleições, o fascismo tinha possibilidade de à partida as controlar mediante a manipulação da própria capacidade de cada um ser eleitor ou não.

Impedindo completamente qualquer conhecimento ou intervenção na elaboração e fiscalização do recenseamento, o salazarismo riscava a seu belo prazer os nomes de democratas dos cadernos, impedindo-os assim não só de votar, mas mesmo de terem qualquer intervenção nos períodos «eleitorais»:

promoção de candidaturas, serem candidatos, etc. Simultaneamente, o mesmo controlo permitia a multiplicação de eleitores de reconhecida fidelidade ao regime.

Resumindo, a experiência da luta «eleitoral» das forças democráticas portuguesas «linearmente» ensina que a lisura e honestidade das eleições exigem um recenseamento sério e controlado.

Humberto Delgado não pôde, obviamente, demitir Salazar **também** por causa do recenseamento eleitoral. E acontece que 30 anos passados, o actual Governo Cavaco Silva demonstra ter aprendido com estas memórias. Ou seja, aprendeu com o fascismo que viciar cadernos eleitorais é condição indispensável para se perpetuar no poder!

Sob o protesto de **todos** os deputados da oposição, o PSD fez ontem aprovar modificações ao recenseamento eleitoral que, por exemplo (e como damos notícia noutro ponto deste «Avante!») permitem que uma qualquer comissão recenseadora risque o nome de um eleitor se entender que ele já não reside naquele local!

E o PSD anuncia ainda novas medidas quanto a recenseamento e eleições.

É bom irmos recordando factos para que daqui a uns meses o povo português ao querer subscrever um «obviamente, demito-o» não verifique que a sua capacidade de votar para tal demissão foi impedida por um Cavaco que pretende eternizar-se no poder.

Trabalhadores

700 empregos ameaçados na UCAL

A UCAL do leite é bem conhecida para que precise de apresentações. Mas o que já não é tão conhecido é o seu provável desmantelamento. Depois da assembleia geral de cooperativas que a direcção da empresa convocou para o passado dia 29, persistem muitas dúvidas por esclarecer. Para as organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores, e para eles próprios, a maior dessas dúvidas reside naturalmente nos 700 postos de trabalho que podem desaparecer.

Num apelo ao esclarecimento e à adopção de formas de luta, caso se concretizem as ameaças maiores, os sindicatos representativos, designadamente o do Comércio (CESL) de Lisboa, fazem uma série de perguntas que uma reunião recente com o secretário de Estado da Alimentação não permitiu esclarecer.

Em contacto com trabalhadores da empresa e com o CESL, o «Avante!» averiguou que a assembleia geral de cooperativas se efectuou no dia 29 de Abril sem que as ORTs da UCAL tivessem conhecimento das medidas aí aprovadas e que preconizam o desmantelamento da empresa. Embora tal medida não merecesse a aprovação unânime dos intervenientes na assembleia, persistem e avolumam-se questões tão graves como a dívida ao IFADAP, que pode levar à venda da fábrica e à criação de uma outra empresa de

«comercialização e transporte dos produtos da UCAL». A afirmação é do CESL, segundo o qual a assembleia no dia 29 teria decidido alienar parte do património da empresa, mais exactamente o edifício de Sete-Casas.

As cooperativas leiteiras, que votaram contra, decidiam entretanto «impugnar a referida assembleia» — revela ainda o CESL, acrescentando que «as ORTs e os trabalhadores da UCAL reunidos em plenário vão tomar idênticas medidas e estão dispostos a lutar pela salvaguarda dos postos de trabalho».

Direcção da empresa deixa pairar dúvidas

Os representantes dos trabalhadores conseguiram entretanto efectuar uma reunião com os responsáveis pelos destinos da empresa, mas não conseguiram averiguar,



A luta dos trabalhadores da UCAL em defesa da empresa e dos postos de trabalho é um processo antigo, que continua na ordem do dia

porque a direcção não diz, que estudos existem para a viabilização da UCAL, perante as dívidas, e quem vai «lucrar com a alienação de parte da empresa. O que sabem é que a administração «admite» que não haja despedimentos, nem venda do património. Mas essa «admissão» não chega para esclarecer o motivo por que se pretende transferir para

Águas de Moura «a maior parte de todo o processo de fabricação», localizado até agora em Sete Casas.

Também não se sabe — não porque não se tenha tentado averiguar — a quem vai ser entregue «a comercialização e transporte dos produtos da UCAL».

Na reunião com o secretário de Estado da Alimentação averiguou-se foi que o Minis-

tério e a própria secretaria de Estado nada adiantaram sobre a situação.

Mais do que legítima é a preocupação dos trabalhadores da UCAL e dos sindicatos. Nenhum deles conseguiu saber do Governo, através daqueles departamentos, se realmente conheciam a situação que se antevê e qual a posição do IFADAP como credor principal.

Reuniões e contactos por parte das ORTs vão continuar, diz o CESL, ao mesmo tempo que se faz porta-voz das preocupações e anseios dos trabalhadores que manifestam «total repúdio» pelo desmantelamento, mantendo a disposição de lutar pelos 700 postos de trabalho sobre os quais persiste a ameaça diária, principalmente desde 29 de Abril.

SEGURANÇA SOCIAL

Um Dia sem trabalhadores

O movimento sindical na Função Pública, principalmente através do Sindicato da Zona Centro (STFPZC), criticou no passado dia 6 «a pompa e circunstância nas comemorações do Dia da Segurança Social», que suscitou várias iniciativas governamentais por todo o País no último fim-de-semana. O STFPZC chamou, inclusive, a atenção para o facto de haver no próprio Centro Regional de Coimbra, que promoveu as comemorações no distrito, alguns trabalhadores a quem «não é garantida a Segurança Social e relativamente aos quais existem salários em atraso».

Num telex datado de Coimbra, a direcção daquele Sindicato e o conselho distrital da União de Sindicatos local afirmam que, ao contrário da politização que presidiu às comemorações «seria imperioso que nesse dia houvesse um amplo debate» sobre essa matéria de interesse nacional.

Como não foi isso que sucedeu, nem tão-pouco se deu atenção aos perigosos aspectos de degradação contínua, à qual a SS está a ser submetida em nome da privatização, os signatários do documento de Coimbra protestaram contra o que consideram uma certeza: o esvaziamento progressivo da Segurança Social, as prestações reduzidas a um nível dos mínimos, a degradação da qualidade de vida dos seus funcionários.

Recorde-se que tanto o Sindicato do Centro como a

União dos Sindicatos de Coimbra representam a maior parte dos trabalhadores sindicalizados que prestam serviço nos organismos da Segurança Social, cabendo-lhes por isso toda a legitimidade para, em seu nome, criticarem a comemoração oficial presidida pelo próprio secretário de Estado, classificando-a de **pomposa, dispendiosa** e «claramente exterior aos objectivos e à própria razão de ser da Segurança Social enquanto direito constitucional tutelado».

O que se deveria debater durante as comemorações

No entender das associações sindicais signatárias do documento de Coimbra, entre outros «assuntos explo-

sivos», deveria ser debatido no Dia da Segurança Social «o porquê das reformas de quantitativo pouco mais que ridículo; o subsídio de desemprego, que no distrito abrange tão-só perto de treze por cento do número total de desempregados; a nefasta aplicação do decreto regulamentar 36/87 relativo ao subsídio de doença; o número diminuto de beneficiários-contribuintes inscritos na Segurança Social a nível do distrito, as dívidas à Segurança Social, a privatização do equipamento de acção social (acordo de gestão entre o CATI e a Santa Casa de Misericórdia), etc., etc., etc.».

Ao contrário destas matérias de interesse inegável para os beneficiários, os contribuintes e os trabalhadores da área, preferiu o Governo, mais uma vez, gastar rios de dinheiro em publicidade, realizar convívios e outras festas insignificantes, ao mesmo

tempo que promove, ou assiste e estimula a promoção de «fundos de pensões privados, seguro de doença igualmente privado», procedendo à «privatização de estabelecimentos da acção social — enfim, a uma degradação constante dos serviços prestados, reduzindo-os ao mínimo possível».

As associações signatárias do documento, que sublinham «as várias opções possíveis», que se poderiam debater aproveitamento a data, concluem com uma forte chamada de atenção para «os inúmeros problemas que afectam os trabalhadores do sector». Nesse caso, acrescentam, «os resultados seriam necessariamente diferentes, justificando-se, então e como remate de um Dia tão especial, um amplo convívio e um conhecimento mais aprofundado entre os destinatários e os trabalhadores do sistema» da Segurança Social.



As urgências funcionaram durante a greve nacional (foto de arquivo)



VSEVOLOD KNIGJINSKI

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

300 páginas — 750\$00

Trabalhadores**Comunicado conjunto CGTP-ICTU****Acto Único e sindicatos**

Uma delegação do Congresso dos Sindicatos Irlandeses (ICTU) acaba de assinar com a CGTP um comunicado conjunto onde são abordadas algumas questões que se relacionam directamente com a intervenção sindical europeia e mais exactamente com «a aplicação do Acto Único Europeu» no âmbito da CEE da qual, como é sabido, os dois países fazem parte.

Do comunicado difundido em Lisboa no passado dia 3 pela CGTP-IN destaca-se a afirmação das duas Centrais segundo a qual as mesmas «coincidem na apreciação

das possíveis consequências para Portugal e Irlanda da entrada em vigor, em 1992, do Acto Único Europeu».

Segundo a delegação irlandesa (John Carroll e P. Flynn), que esteve no 1.º de Maio em Lisboa, a **unidade sindical** — posição que a CGTP corrobora — é considerada indispen-

sável («essencial») é a expressão utilizada em cada um dos países, bem como a **acção comum** «no plano internacional, empregando os esforços de todos os sindicatos, independentemente das suas opções ideológicas e políticas».

A existência da CES é considerada «um facto positivo»

A CGTP e o Congresso sindical irlandês (ICTU) que, durante a sua visita ao nosso país a convite da CGTP-IN, visitou a Cooperativa Agrícola 1.º de Maio, em Avis, e o estaleiro da Lisnave, na Margueira, consideraram, ainda no plano europeu, «a existência da CES (Confederação Europeia de Sindicatos) um facto positivo, sendo contudo necessário que nela possam participar todas as centrais da Europa ocidental sem excepção».

Essa participação plena, referida no comunicado conjunto pela CGTP e pelo ICTU, seria uma «forma de alargar e dinamizar a sua acção em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Europa, criando condições para o aparecimento de alternativas políticas ao neoliberalismo e conservadorismo da direita predominante».

As suas organizações sindicais consideram ainda «necessário que, em simultâneo com a aplicação do Acto Único Europeu, seja adoptado pelas instituições comunitárias um conjunto de medidas concretas de natureza social, visando prioritariamente o combate ao desemprego e à precariedade no trabalho».

O ICTU, cuja delegação foi recebida em audiência pelo PS, PCP e PRD, bem como

pelo executivo da Câmara Municipal de Avis, refere, também no comunicado conjunto, que assinou com a CGTP-IN, que as instituições europeias devem salvaguardar os «direitos e liberdades sindicais, como valores democráticos indissociáveis da realidade económica, social e cultural da Europa».

Depois de se congratularem com «a evolução política mundial, visando o desarmamento, a paz e a cooperação», as duas centrais de sindicatos concluem o seu comunicado conjunto com a decisão de alargar e desenvolver a sua cooperação tendo em vista:

- Trocar informações sobre a problemática europeia, assim como experiências recíprocas sobre a participação nas instituições comunitárias;
 - Participar em iniciativas bilaterais e multilaterais, visando o combate ao desemprego e à precariedade no trabalho, bem como promover a implementação da formação profissional e a coesão económica e social da Europa;
 - Solidarizar-se na luta comum dos trabalhadores pelo desarmamento, pela cooperação e pela paz;
 - Trocar delegações aos vários níveis das suas estruturas orgânicas, particularmente entre jovens sindicalistas e mulheres;
 - Incrementar o intercâmbio no domínio do turismo social.
- A delegação sindical irlandesa esteve no nosso país entre os dias 26 de Abril findo e 2 do corrente.

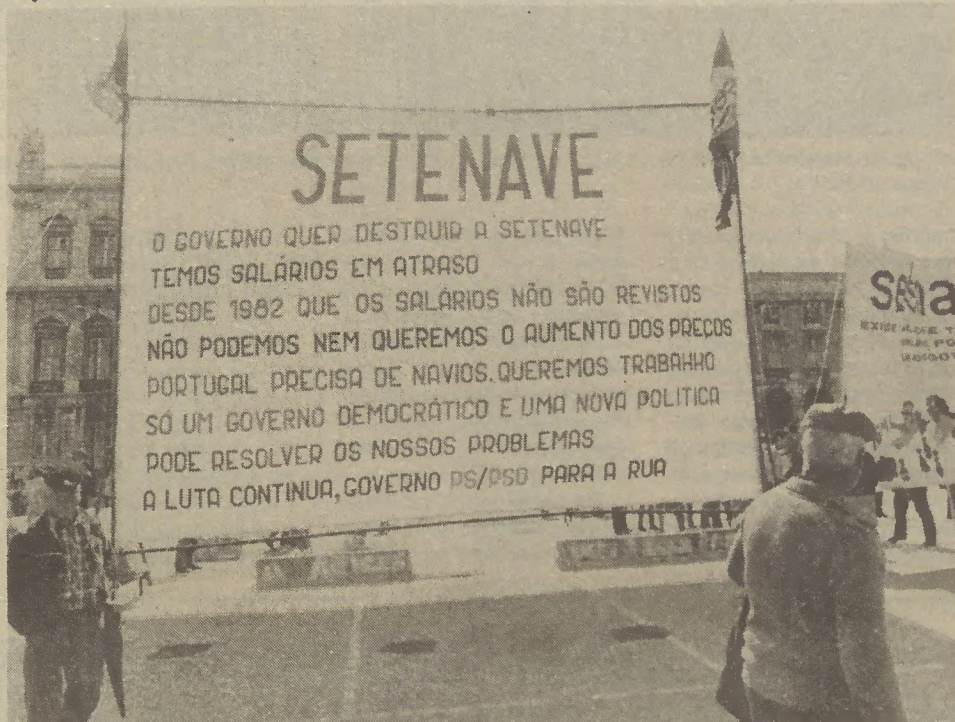
Mobilização na Setenave

A Federação sindical dos metalúrgicos (FSMMMP) continua a mobilizar os trabalhadores da Setenave contra a entrega da empresa ao capital privado — a chamada «reestruturação» — e a consequente eliminação de postos de trabalho.

Numa nota para os jornais do passado dia 29, a direcção da FSMMMP «exige do Governo medidas para a Setenave» e não afasta a luta em defesa das soluções que preconiza.

Ao repudiar a entrega da empresa a «grupos privados» e o «despedimento de milhares de trabalhadores», a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal recorda que o pessoal da Setenave não vê os seus salários actualizados há 30 meses.

A FSMMMP, depois de referir que «Portugal dispõe de um forte e competitivo sector de indústria naval» (como se sabe é esse o ramo da Sete-



No Rossio, em Junho de 1984

nave) apela a uma «política global e coerente», que tenha em conta «as possibilidades abertas por novas formas de cooperação internacional», bem como «a diversificação dos mercados externos».

Antes de lembrar que lutará por esses objectivos, a

FSMMMP reclama do Governo um plano de renovação da frota da marinha mercante e das pescas; o saneamento financeiro da empresa; e «a reformulação dos apoios financeiros à construção».

No entender da FSMMMP, o Ministério da Indústria deve-

ria responder aos «sucessivos pedidos de audiência que lhe têm sido apresentados, para obter respostas sobre estes graves problemas», pois a Setenave «é necessária ao País» e «não pode ser destruída», protesta a Federação.

Novas suspensões na Indep

Fartos de promessas e exigindo nomeadamente o pagamento dos salários a tempo e horas, os trabalhadores da Indep protestam publicamente contra as «medidas arbitrárias que a administração da empresa está a tomar», como seja «a suspensão dos membros da co-

missão de trabalhadores».

Numa nota à Imprensa da passada sexta-feira, a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa transmite esse protesto e acrescenta que a administração da Indep mandou instaurar processos disciplinares aos membros da CT que entre-

tanto suspendera da sua actividade profissional.

O Sindicato (STIMMDL) explica que:

«Após uma primeira suspensão de 90 dias, que decorreu sem quaisquer consequências práticas, e após o regresso da maioria dos trabalhadores suspensos aos

seus postos de trabalho, a administração da Indep demonstra estar empenhada não na resolução dos problemas da empresa e dos trabalhadores, mas, ao contrário, na continuação da instabilidade social da empresa e na continuação dos ataques contra os interesses dos trabalhadores e contra a manutenção dos postos de trabalho».

Solidária com os trabalhadores, a direcção do STIMMDL, acentua que as arbitrariedades da administração ocorrem numa altura em que por ordem do Governo se elabora um quadro ou lista de excedentes, que «aponta para a eliminação de largas centenas de postos de trabalho».

Recorde-se que a Indep tem desenvolvido várias acções de luta pela viabilização da empresa com todos os seus trabalhadores. Nesse sentido recebeu, oportunamente, promessas positivas da parte do ministro da Defesa, Eurico de Melo, e do próprio Primeiro-Ministro, Cavaco e Silva.



Plenário em Braço de Prata

V GRANDE CONCURSO
DE MAR (LITORAL DE SINTRA)
da União dos Sindicatos de Lisboa USL - CGTP/IN

29 MAIO 1988

120 prémios
Prémios extra
Lembranças a todos os participantes

Organização da Delegação dos
Sindicatos do Concelho de Sintra

PESCA

Pesca desportiva

Com regulamento à disposição na sede (Rua António Boto, 3-cave — 2725 Mem Martins), a Delegação dos Sindicatos no Concelho de Sintra leva a efeito no próximo dia 29, um domingo, o V Grande Concurso de Pesca Desportiva de Mar do Concelho de Sintra.

A efectuar no litoral concelhio, a prova é de âmbito nacional. Foi muito participada nos anos de 84 a 87, dizem os organizadores.

Estarão em disputa 120 prémios «extra» e «lembranças» para todos os participantes.

Reproduz-se na imagem a capa do regulamento, que inclui um convite.

Nacional

Pastores de Trás-os-Montes já têm a sua Associação

Os pastores de Trás-os-Montes e Alto Douro, na sequência de um trabalho persistente desenvolvido nos últimos anos, criaram a sua associação. Em Março de 1981 reuniram-se na 1.ª Assembleia de Pastores; no final do mês passado fizeram em Mirandela a escritura formal de constituição da Associação.

No dia 29 de Março de 1981, na 1.ª Assembleia de Pastores transmontanos e durienses, em Mirandela, aprovaram a 1.ª Carta da classe e decidiram formar uma associação.

«A partir daí — refere uma nota distribuída aos órgãos

de informação — trabalhamos sem desfalecimentos e sem hesitações. Metemos os pés ao caminho, arregaçamos as mangas e iniciamos o contacto nos cumes das montanhas, promovemos reuniões nas freguesias e nos concelhos, nos ajuntamentos das feiras e dos mercados, elaboramos as nossas reclamações e protestos, mobilizamos a classe para junto de assembleias municipais, entidades oficiais e tribunais, para fazer prevalecer os nossos direitos lá onde eles foram seriamente ameaçados».

Decorridos vários anos «sentimos uma necessidade

imperiosa de dar força legal a toda a nossa acção». Depois de reuniões mais recentes em Vila Real, Vila Pouca, Vila Flor, Bragança e Mirandela, onde os pastores de Trás-os-Montes e Alto Douro elegeram os seus representantes, foi feita a escritura da Associação, no dia 26 de Abril.

Objectivos

Entre os objectivos da Associação dos Pastores de Trás-os-Montes e Alto Douro — que se propõe ser «uma voz activa junto das entida-

des regionais e nacionais» — salienta-se, na nota divulgada à imprensa no dia da escritura:

- lutar contra as posturas impostas por certas autarquias e defender o direito secular à liberdade de apascentação;
- lutar contra a tentativa de retirar os baldios aos povos;
- dizer «Basta!» às multas dos tribunais «que sobre nós caem impiedosamente»;
- dizer «Basta!» à falta de assistência técnica e veterinária e reclamar as indemnizações do gado morto ou desaparecido;
- reclamar a reforma aos 60 anos para os pastores.

Barros Moura em Lyon

A convite da Associação Jeunes Arabes de Lyon, o deputado do PCP e coordenador do Grupo Comunista na Comissão de Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, José Barros Moura, assistiu no dia 10 como observador ao julgamento dos assassinos de Noredine Mechta, um jovem francês de origem argelina morto em 29 de Setembro de 1985 por elementos da segurança de um grupo de rock em Lyon.

Os assassinos não ocultam as suas ligações a grupos fascistas. O crime teve lugar quando Noredine

Mechta pedia explicações face a agressões cometidas pelos assassinos sobre outros jovens árabes.

A Associação dos Jeunes Arabes de Lyon convidou diversas «personalidades morais, religiosas, políticas, artísticas e literárias a nível nacional e internacional» para testemunharem a forma como a justiça francesa trata os crimes racistas, de que o assassinato de Noredine Mechta é um exemplo particularmente relevante.

Com efeito, os tribunais franceses, numa já longa série de julgamentos de crimes

racistas, têm evidenciado uma preocupante tolerância para com os assassinos: em 17 crimes de morte presentes perante os tribunais deste Outubro de 1980, todos os assassinos estão em liberdade.

Trata-se, pois, de exigir uma justiça não-racista e anti-racista, num momento em que a preocupante subida eleitoral do partido fascista de Le Pen mostra os perigos a que conduz a tolerância para com o racismo e a xenofobia.

Após o julgamento José Barros Moura participou

numa conferência de imprensa em Lyon.

Contribuições

A Associação Jeunes Arabes de Lyon et Banlieue (25 Rue Burdeau, 69001 Lyon, Telefone 78 39 78 80) pede contribuições financeiras para as despesas do processo. As contribuições poderão ser-lhe dirigidas para a morada acima indicada.

As despesas gerais (honorários de advogados, campanha de informação, cartazes, deslocações, envio de dossiês de imprensa) é calculada em 80 000 francos.

XII festa Avante!

Muito trabalho para 120 dias

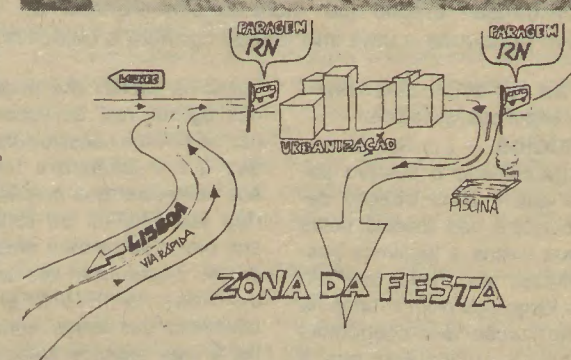
Bem contados, faltam 120 dias para abrir a 12.ª Festa do «Avante!», marcada para 9, 10 e 11 de Setembro nos terrenos da antiga Quinta do Infantado, ali mesmo no fim da via-rápida Lisboa-Loures. Bem pesado, o trabalho por fazer até lá ainda é muito.

Já se iniciaram, como noticiámos na semana passada, as jornadas de trabalho voluntário, todos os sábados e domingos.

O apelo principal vai para os camaradas que se entendem com as tarefas por onde se começa, no terreno, a fazer a Festa: limpeza de mata, montagem de andaimes, carpintaria, construção civil.

Renovamos o apelo: é pegar no farnel (e na ferramenta, se possível), convidar os amigos e os «camaradas vizinhos» e dar lá um salto já neste fim-de-semana.

Da próxima vez que lá voltem já nem vão precisar de se guiar pelos «bonecos» que o «Avante!» publica a mostrar o caminho para a zona da Festa.



Iniciativa na Casa do Alentejo Dia Nacional da Checoslováquia

Comemorar o Dia Nacional da Checoslováquia e reunir o 2.º Encontro de Amigos deste país socialista é o objectivo da iniciativa que decorrerá no próximo sábado, dia 14, na Casa do Alentejo em Lisboa, promovida pela Associação Portugal-Checoslováquia.

O início do programa está previsto para as 12 horas com as intervenções de Moradas Ferreira e Georgete Ferreira sobre a realidade checoslovaca. Cerca das 13 horas começará o almoço de confraterni-

zação (tipicamente alentejana), que será animado com canções interpretadas por Luísa Basto. Mais tarde, por volta das 15 horas, haverá uma antestreia com a apresentação do filme «A Morte do Bonito Gamo».

As inscrições funcionam na sede da Associação (telefone 77 50 92). Almoço, espectáculo e filme: 1250 escudos.

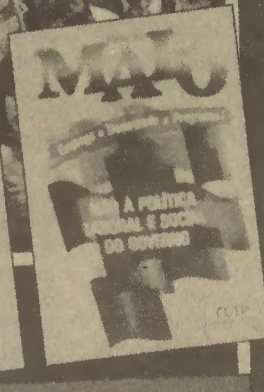
Participará nesta iniciativa o embaixador da República Socialista da Checoslováquia acreditado em Lisboa.

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



- Assembleias da ORA Açores e da ORA Madeira
- A esquerda e a direita, hoje
- Algumas consequências do desenvolvimento tecnológico



Documentos do Comité Central

Terra

Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura

Revolver a terra colhendo-lhe os problemas

Estavam lá trabalhadores da Reforma Agrária, compartes dos baldios, rendeiros e agricultores de todos os distritos (à excepção dos Açores), técnicos e especialistas agrícolas das mais variadas áreas de actividade. Eram 600 ao todo e, todos, ergueram o Encontro Nacional do PCP Sobre Agricultura realizado no passado domingo na Casa do Campino, em Santarém, passando a pente fino a realidade agrícola do nosso país. Tratou-se, mais uma vez, de uma iniciativa sem paralelo no plano político-partidário nacional, concretizando um profundo levantamento dos problemas com que se defronta, actualmente, a agricultura portuguesa. Pois nem assim a televisão achou que valia a pena lá ir!

A própria mesa que presidiu aos trabalhos em plenário reflectiu a grande representatividade do Encontro. Nela tomaram assento um camarada de cada distrito do País, membros das duas comissões junto do CC do PCP para a Reforma Agrária e os Problemas dos Pequenos e Médios Agricultores, camaradas do Gabinete Técnico de Apoio para as Questões da Agricultura (GTACA) e deputados do PCP (dois da As-

sembleia da República, um do Parlamento Europeu). Os trabalhos foram presididos por Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, e encerrados pela intervenção a cargo de Ângelo Veloso, também da Comissão Política (e de que damos excertos noutra local).

O Encontro funcionou com três secções e duas sessões plenárias — a primeira abrin-

gunda encerrando-os às 17 e 30 horas com a já referida intervenção do camarada Ângelo Veloso.

Basta dar uma vista de olhos aos temas em debate nas secções para nos apercebermos da riqueza e profundidade do trabalho produzido neste Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura:

Na 1.ª Secção — **Produção Agropecuária e Florestal** — falou-se de aumento da produção e da produtividade, aproveitamento dos recursos nacionais, orientação da produção, formação profissional e extensão rural, investimento, crédito e seguros. Na 2.ª Secção — **Escoamento, Preços e Transformação da Produção Agrícola** — discutiu-se a política de rendimentos e preços, circuitos de mercado (rede de abate, mercados de origem), infra-estruturas de comercialização e transformação, política de importações, cooperativas de serviços e transformação. Na 3.ª Secção — **Estruturas**



Participaram 600 pessoas no Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura, numa iniciativa sem paralelo no quadro político-partidário. A televisão achou que não valia a pena lá ir...

Agrícolas — abordou-se o papel da pequena e média exploração e das UCPs/Cooperativas, arrendamento rural, emparcelamento rural, baldios, população activa agrícola e jovens agricultores.

Aliás o próprio documento-base do Encontro — um texto denso de mais de 40 páginas que constituem uma das importantes contribuições desta iniciativa, a par das dezenas de intervenções produzidas — dá bem nota da diversidade de problemas em estudo. Passando também apenas os olhos pela «superfície» do documento, encontramos-lo dividido em três

grandes áreas de análise: «Caracterização do Sector Agrícola», a «Política de Direita e a Adesão à CEE» e «A Política Necessária».

Na «Caracterização do Sector Agrícola» encontramos desenvolvimentos sobre estrutura produtiva agrícola, a acentuada fragmentação das explorações, a tipologia das explorações agrícolas, formas de exploração, estrutura da população activa, estrutura agrária portuguesa, níveis tecnológicos e produtividade física, sectores a montante e a jusante, a estagnação da produção agrícola e pecuária, rendimentos dos agricultores.

Na «Política de Direita e a Adesão à CEE» somos confrontados com a política de recuperação capitalista e agrária, a análise da política agrícola dos governos de Cavaco Silva, o pacote agrícola e as ofensivas contra o pequeno e médio agricultor, a integração na CEE (diagnóstico actual da Política Agrícola Comum — PAC — estabilizadores agrícolas e o «set-aside», os objectivos actuais da PAC e as medidas da sua política em Portugal), a política de preços e mercados, políticas ditas «estruturais», critérios de selectividade e marginalização das pequenas e médias ex-

Uma vista de olhos pelos textos

Durante o Encontro foram votadas e aprovadas por unanimidade seis moções, cinco das quais a enviar ao Presidente da República e à Assembleia da República e a restante ao Conselho de Administração da RTP, manifestando o repúdio dos 600 participantes no Encontro «pela ausência da televisão, a qual constitui uma discriminação do PCP, das suas iniciativas e actividades», atitude que «viola também o direito do povo português a uma informação correcta e objectiva».

As restantes abordavam as seguintes questões:

Baldios — (...) Sublinhar o extraordinário e positivo papel que a administração democrática dos baldios pelos seus únicos e legítimos possuidores (os povos) tem tido ao longo dos últimos anos na valorização das economias locais (...) declarar que a ofensiva que desde há 12 anos os governos de direita vêm desenvolvendo contra as leis dos baldios, agora retomada e agudizada pelo Governo PSD/Cavaco Silva, se integra na entrega das riquezas nacionais às multinacionais e grupos de interesses privados e estrangeiros (...) protestar contra a apropriação dos baldios por usucapião ou outras formas, por particulares, exigindo medidas para a defesa da propriedade comunitária das terras baldias (...).

Pacote agrícola — (...) A ser aprovado, daria suporte «legal» à subversão dos princípios e objectivos constitucionais da política agrícola, sendo evidentes neste conjunto de propostas legislativas os objectivos de liquidar a Reforma Agrária e reconstituir o latifúndio, de pôr em

causa os direitos dos pequenos agricultores, de subordinar os direitos constitucionais dos que trabalham a terra aos interesses dos proprietários absentistas, de retirar aos povos serranos a posse, gestão e usufruição dos seus baldios, de favorecer a ocupação das terras agrícolas e criar grandes áreas de monocultura com eucaliptais (...).

CEE — Os quase dois anos e meio de adesão de Portugal à CEE, marcados embora pelos períodos transitórios, evidenciam já situações complexas e difíceis para os agricultores e para a agricultura portuguesa e, fundamentalmente, indiciam com nitidez problemas futuros de enorme gravidade (...).

No entanto, e apesar dos condicionamentos e limitações que a adesão à CEE coloca à agricultura portuguesa, os participantes no Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura consideram que, mesmo no âmbito da integração comunitária, as consequências negativas que daí resultam podem ser atenuadas (segue-se o enunciado de diversas medidas a tomar nesse sentido).

Pequenos e médios agricultores

— (...) Face à situação que está a ser criada à agricultura portuguesa pelo Governo PSD/Cavaco Silva, além da calorosa saudação à luta dos pequenos e médios agricultores, os participantes no Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura consideram que o prosseguimento da sua luta e o reforço e unidade das suas organizações representativas, constituem factores decisivos para fazer frente à actual ofensiva contra os seus interesses e abrem caminho para uma nova política.

Reforma Agrária

— Após diversos considerandos, a moção reclama «estabilidade para a Reforma Agrária, respeito pelas UCP's/Cooperativas, reposição da legalidade democrática com o cumprimento dos cerca de 500 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores» e que «os preceitos respeitantes à Reforma Agrária sejam mantidos na próxima revisão constitucional», realinha que «a Reforma Agrária com as UCP's/Cooperativas Agrícolas é a solução adequada para a realização de uma verdadeira justiça social e para o desenvolvimento da agricultura na região» e apela «a todos os trabalhadores, ao movimento sindical e operário, aos agrónomos e outros técnicos e especialistas do sector, aos democratas, para

que participem no processo de debate público, em curso até 24 de Maio, sobre a Proposta de Lei do Governo, solidarizando-se e apoiando activamente a Reforma Agrária».

As intervenções

Foram produzidas dezenas de intervenções abordando os mais diversos problemas que afectam a agricultura nacional. É impossível resumirmos, mesmo muito condensadamente, tantos contributos para os trabalhos do Encontro, mas não queremos deixar de dar nota, ainda que muito ao de leve, do que Lino Carvalho disse sobre a Reforma Agrária, Vasco Paiva sobre os camponeses e Joaquim Miranda sobre a adesão de Portugal à CEE.

(...) Não há, na história recente da nossa democracia, nenhum outro sector que tenha sido, permanentemente ao longo de mais de onze anos, tão hostilizado pelos seus adversários e inimigos como a Reforma Agrária. Mas apesar de reduzida hoje a cerca de 360 000 ha das piores terras, 11% da área da ZIRA, a 300 UCP's/Cooperativas, a 18 000 trabalhadores; apesar de ocupar somente 4,8% da superfície agroflorestal do País é o sector que, indiscutivelmente, mantém e cria mais empregos, que mais auto-investe; que mais potencialidades continua a manifestar (...)

(...) A RA, com as UCP's/Cooperativas Agrícolas, é decisiva e necessária para que estes objectivos possam ser atingidos com sucesso. Ao contrário do que os seus detractores afirmam não há sequer qualquer incompatibilidade entre as UCP's/Cooperativas, a Reforma Agrária e a adesão à CEE, nem jurídica nem economicamente. Por um lado, Portugal é um País independente e soberano e somos nós, no nosso País, que definimos qual o tipo de estruturas agrícolas que melhor correspondem à nossa situação e às nossas necessidades. Mas por outro, se há explorações com condições de base que lhes permitam fazer face aos condicionamentos impostos pela adesão à CEE elas são, precisamente, as UCP's/Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária (...).

Lino Carvalho (membro do Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas de Évora)

(...) Merecem ser realçadas as iniciativas dos rendeiros, e as múltiplas acções dos povos dos baldios que culminaram com a vinda de centenas de compartes do Norte e Centro à Assembleia da República no momento em que aí se iniciava a discussão de novos projectos de lei que querem roubar os baldios aos povos. Mas são também as iniciativas dos agricultores vítimas da tentativa de emparcelamento forçado, ou que já começam a sofrer os efeitos do imposto

agrícola, ou lutas mais localizadas, mas bastante participadas e combativas como as dos produtores de tomate do Ribatejo, dos agricultores que reclamam a abertura do mercado na Benedita, ou dos produtores de arroz do Baixo Mondego a que se somam muitas outras e que aqui podiam ser referidas (...).

Vasco Paiva (membro do CC do PCP)

(...) Fomos nós que, desde o primeiro momento, sublinhámos, com insistência a especificidade da nossa agricultura; e reclamámos, por isso, uma atenção e medidas específicas para ela. E ainda neste quadro, fomos também nós quem reclamou — e continuaremos a reclamar — a renegociação de aspectos fundamentais e mais graves do Tratado de Adesão (períodos transitórios, harmonização de preços, etc.). E fomos ainda nós que exigimos, desde sempre — e continuaremos a exigir — a não aplicação a Portugal e à nossa agricultura, directa ou indirectamente, das políticas e das medidas restritivas que vêm sendo adoptadas pela CEE.

Todos estaremos recordados das reacções negativas que tais propostas mereceram de outras forças políticas e particularmente do Governo (...) hoje, porém e com satisfação, começamos a verificar que a luta que temos travado não tem sido em vão (...).

Joaquim Miranda (deputado do PCP no Parlamento Europeu)

Terra

Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura

plorações e barreiras ao desenvolvimento da produção dos Regulamentos CEE, o Governo português que impõe uma selectividade acrescida, as consequências da política de direita e da adesão à CEE, a liquidação da Reforma Agrária e de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas, o crescente domínio do sector agrícola pelo grande capital comercial e industrial.

Finalmente, em relação à «Política Necessária» deparamos com importantes propostas para a produção, a melhoria da estrutura produtiva, o aproveitamento integral e integrado dos recursos naturais, comercialização, etc.



Pormenor da mesa que presidiu às sessões plenárias (da esquerda para a direita podem ver-se Vasco Paiva, Ângelo Veloso e Raimundo Cabral)



Três secções funcionaram de manhã e de tarde, discutindo em pormenor qualquer coisa como 21 temas relativos à produção agropecuária e florestal, escoamento, preços e transformação da produção agrícola e estruturas agrícolas (pormenor da mesa que orientou os trabalhos de uma dessas secções)

Ângelo Veloso

A política dos governos de direita não visa resolver distorções e estrangulamentos da agricultura

Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP, encerrou os trabalhos do Encontro com uma intervenção de que respigamos algumas passagens.

(...) Este Encontro constituiu um importante contributo à análise da situação da agricultura portuguesa, ao conteúdo da política que vem sendo realizada e à definição da política agrícola necessária aos agricultores e ao País.

Evidentemente que não consideramos o debate encerrado. E evidentemente também que eu não pretendo substituir-me às conclusões que foram tiradas, nem sintetizar as riquíssimas intervenções sectoriais ou globais que foram feitas.

Permiti-me apenas que aborde meia dúzia de questões que reputo importantes.

A revolução portuguesa soube apontar caminhos fundamentais para enfrentar com êxito alguns dos problemas estruturais da agricultura portuguesa e abrir as vias do seu desenvolvimento.

Com a Lei dos Baldios, a Lei do Arrendamento, a Reforma Agrária, o Crédito Agrícola de Emergência ou Crédito de Campanha, a transformação dos Grémios, a reestruturação dos organismos do Estado, etc. — a Revolução de Abril encetou uma política agrícola que correspondia aos interesses dos agricultores e do País.

Mas, também é preciso dizer, que a Revolução de Abril não foi capaz ou não teve tempo, para consolidar os resulta-

dos da sua política ou para enfrentar com firmeza questões essenciais como o associativismo rural, o emparcelamento, a descapitalização da agricultura, o desenvolvimento tecnológico, etc (...).

A caracterização da agricultura portuguesa é hoje praticamente aceite por toda a gente.

Com fortes distorções e assimetrias estruturais, muito fragmentada e crescentemente concentrada; atrasada, relativamente estagnada, com baixos níveis de produção, de desenvolvimento tecnológico e de produtividade; pauperizada, com baixíssimos níveis de rentabilidade, assente, em elevado número de pequenas explorações, na pobreza real, no sobretrabalho e na semi-proletarização; suportando um crescente absentismo e uma crescente dependência dos intermediários e do sector industrial, descapitalizada, estrangulada, desprotegida; com percentagens muito elevadas de uma população activa envelhecida e sem instrução profissional (...).

O debate que realizamos permite concluir que a política que tem sido levada a cabo pelos governos de direita, designadamente pelos governos de Cavaco Silva, não visa resolver minimamente as distorções e estrangulamentos da agricultura portuguesa, mas ao contrário e de facto, agrava-os enormemente.

É importante sublinhar que a política do actual Governo não é, em nenhum sentido, uma política de modernização e desenvolvimento da agricultura (...).

A política do Governo do PSD é uma política de desastre e

ruína para os pequenos e médios agricultores, esmagados pela concorrência da CEE, desprotegidos pelo Governo e obrigados e estimulados a abandonar a actividade produtiva.

É uma política de protecção ao senhorio absentista, contra o cultivador directo, designadamente o pequeno rendeiro. É esse o objectivo da proposta de lei sobre arrendamento do Governo.

É uma política de apoio aos caciques, aos negociantes imobiliários e às celulosas contra os povos dos baldios. É esse o objectivo do projecto de lei do PSD de espoliação dos baldios.

É uma política institucional de brutal destruição da Reforma Agrária e de apoio à reconstrução do latifúndio parasitário, de terras abandonadas ou subaproveitadas, base social de um clientelismo ultra-reaccionário.

É uma política de emparcelamento forçado, coercivo, visando a concentração das melhores terras nas mãos dos grandes proprietários contra os pequenos, e espoliando os direitos dos rendeiros (...).

São já hoje perfeitamente visíveis consequências significativas ao nível da população activa, da emigração, da baixa de algumas produções e na acentuação de fenómenos da semi-proletarização e proletarização, na concentração da terra, na reconstrução do latifúndio alentejano e ribatejano (...).

Reconstituição do latifúndio, roubo dos baldios, expropriação dos rendeiros, emparcelamento à força, subjugação da agricultura aos interesses do grande capital comercial e industrial, submissão aos interesses das multinacionais da CEE, florestação indiscriminada ao serviço das celulosas, isto é, uma política que serve os latifundiários, os grandes agrários, o grande capital comercial e industrial, as multinacionais e o imperialismo, mas não serve nem a agricultura nem o País — tal é o conteúdo real e profundo da política agrícola do Governo de Cavaco Silva.

Esta caracterização do conteúdo fundamental da política agrícola actualmente em curso é tanto mais necessária quanto o Governo de Cavaco Silva se procura acobertar e desculpar com as exigências da CEE.

A integração na CEE não serviu nem serve o desenvolvimento económico nacional, designadamente da agricultura. Sempre o afirmámos e hoje já são visíveis consequências graves para o País.

E muitos dos que ontem discordaram das nossas análises, reconhecem hoje a justeza do que dizíamos (...).

Nós sempre defendemos que a integração na CEE exige a defesa intransigente, palmo a palmo, dos interesses portugueses a partir de uma política nacional de desenvolvimento, modernização e valorização da agricultura e dos agricultores, no quadro da defesa dos interesses do País e da soberania nacional (...).

A valorização dos recursos humanos, a melhoria dos níveis de vida dos agricultores e das populações rurais, uma política social, habitacional, infra-estrutural e cultural fortemente positiva — são as cinco direcções estratégicas fundamentais para transformar a agricultura portuguesa numa agricultura próspera, moderna, desenvolvida, valorizada e rentável (...).

Os comunistas deram e darão sempre todo o seu apoio às organizações próprias e independentes dos pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, que apesar de dificuldades de toda a ordem, têm constituído um instrumento inestimável na luta do campesinato português.

É preciso reconhecer, no entanto, que apesar da gravidade dos problemas e das dificuldades que sofrem, apesar das lutas travadas, os pequenos e médios agricultores constituem ainda o maior suporte eleitoral dos partidos da direita.

Esta realidade deve merecer uma atenção particular por parte dos comunistas. É uma realidade que demonstra, de um modo muito vivo, as contradições existentes entre o apoio eleitoral do Governo de Cavaco Silva e a sua base social de apoio.

Intervenção de Agostinho Lopes

O que queremos?

Agostinho Lopes, membro do CC do PCP, proferiu a intervenção geral de abertura dos trabalhos do Encontro, durante a primeira sessão plenária. Pelo seu interesse, reproduzimos algumas passagens dessa intervenção.

O que queremos do Encontro Nacional do PCP sobre a Agricultura? Quais são os objectivos desta nossa reunião?

A resposta é simples: reflectir sobre a agricultura portuguesa (...)

Esta reflexão será em primeiro lugar uma valiosa contribuição para os trabalhos do XII Congresso do PCP a realizar em Dezembro deste ano.

Em segundo lugar, vai permitir que o PCP, usando da sua força e presença política intervenha no Parlamento Europeu, na Assembleia da República, nas autarquias e noutras instituições, de uma forma mais adequada à defesa dos interesses dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas, na defesa dos interesses nacionais.

Que resultados/conclusões vão sair do Encontro?

Dado o seu carácter preparatório do Congresso, não vamos fechar a reflexão e vamos sobretudo considerá-lo como uma importante etapa no caminho para o nosso Congresso.

Uma etapa que culmina experiências, lutas, acontecimentos, estudos, que os comunistas e outros cidadãos, nas suas organizações, no seu quotidiano, nas suas tarefas técnicas ou produtivas, fizeram e fazem sobre a situação e os problemas da agricultura portuguesa.

Uma etapa que abre também uma discussão de aprofundamento em conjunto com o resto dos materiais aqui feitos, carregando elementos para o trabalho global do XII Congresso, para o desenvolvimento da acção política dos comunistas.

Serão resultados e conclusões do Encontro:

- Todos os materiais elabora-

dos por técnicos do PCP e técnicos amigos;

- Todas as contribuições dos organismos do Partido;

- As experiências de luta e de vida aqui trazidas pelos trabalhadores da Reforma Agrária e pelos pequenos e médios agricultores, militantes ou simples cidadãos interessados no progresso da agricultura;

- As intervenções, as discussões, as diversas opiniões que vamos trocar durante o Encontro;

- O Documento-base do Encontro que foi distribuído aos presentes e que é uma primeira sistematização de um conjunto de contribuições prévias ao Encontro. Um documento que, naturalmente, teve falhas, omissões, teses controversas, etc.

O documento é apresentado como base de trabalho e como tal deve ou pode ser ponto de partida para todas as sugestões, correcções e alterações, que desde já apelamos a que sejam feitas,

hoje ou posteriormente ao Encontro.

O que queremos que seja este Encontro?

Que seja um lugar para uma reflexão atenta e séria sobre os problemas da agricultura portuguesa. Um lugar de participação criadora e democrática de todos os presentes, comunistas e convidados (...)

Na reflexão sobre estes e outros problemas, na procura de respostas às questões colocadas, o Encontro dará certamente uma contribuição válida.

Mas deverá haver a certeza que fora da luta, que fora do trabalho abnegado e criador dos trabalhadores dos campos portugueses, não há solução para a agricultura portuguesa. Que fora da luta e valorização do trabalho do povo português, não há solução para os problemas de Portugal.

E nessa luta estará sempre o Partido Comunista Português, ao lado do povo, ao lado dos agricultores, ao lado dos trabalhadores agrícolas.

PCP

PORTALEGRE

A Comissão Distrital do PCP toma posição sobre a «Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano»

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP, profundamente interessada na resolução dos problemas do distrito e na satisfação dos anseios da sua população, entendeu encontrar-se recentemente com a comunicação social no sentido de lhe transmitir as conclusões a que chegou após uma primeira análise da «Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano».

Este encontro foi particularmente oportuno face às diversas posições que publicamente vêm sendo assumidas, em especial provenientes de estruturas governamentais e do partido do Governo e essencialmente deturpadoras da realidade, como assinala a Distrital do PCP.

Na sequência de algumas iniciativas que mais adiante se anunciarão e que a Comissão Distrital de Portalegre vai promover, novos encontros com a comunicação social terão lugar também ainda sobre as questões do desenvolvimento do distrito e também, certamente, sobre a «OID».

O que é a «OID»?

A Comissão Distrital de Portalegre entende dever sublinhar que tal documento é, fundamentalmente, um instrumento de acesso aos fundos comunitários; nesse exacto sentido ele poderia assumir um papel positivo.

Convirá entretanto referir que ele surge na sequência do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Nordeste Alentejano (PIDR) o qual, pelos inequívocos fracassos em que sempre resultou constitui hoje um sério obstáculo à credibilidade de um qualquer programa integrado, nomeadamente pelas dúvidas que criou na generalidade dos agentes económicos e sociais.

É indubitável, entretanto, que este novo programa, pelo seu âmbito, pelos recursos que o poderão integrar e particularmente pelos objectivos para que aponta, poderá assumir fortes implicações para o futuro do distrito de Portalegre. As quais estão longe de ser positivas, em nosso entender. Ao contrário do que se tem feito crer e apesar de ser sempre uma questão importante a do maior ou menor volume de verbas que comporta o programa, mais importante e decisivo será o destino efectivo que lhe estará reservado.

E, efectivamente, os objectivos definidos na «OID» não satisfazem.

Aspectos fundamentais

Saliente-se, antes de mais, a disponibilidade sempre manifestada pelo PCP para participar na elaboração quer do PIDR, quer da OID, o que de resto é confirmado pela resposta positiva dada através dos órgãos que integra e que foram chamados a intervir (particularmente as autarquias locais).

Ao PCP interessam os problemas do distrito e por isso assim age; ao contrário de outras forças políticas que condicionam a sua contribui-

ção dependia, em primeiro lugar, de uma ampla discussão e participação das populações e nomeadamente dos agentes económicos e sociais e das forças políticas do distrito. Só assim seria possível um diagnóstico acertado dos problemas do distrito e se retirariam as adequadas formas de os resolver.

Tal não foi feito; e o facto de se ter resumido a participação, no essencial, às autarquias locais — indiscutivelmente da maior importância — determinou que a «OID» — para mais da responsabilidade de uma estrutura dependente da administração cen-

tal programa ser da responsabilidade do (deste) Governo e de uma sua estrutura com sede exterior ao distrito, pode justificar a exclusão inadmissível dos concelhos do Gavião e Ponte de Sor, os quais para o efeito nunca foram ouvidos apesar de sempre proclamarem o desejo de continuarem ligados ao distrito de Portalegre e ao Alentejo.

Tal circunstância evidencia e acentua o carácter negativo que vêm assumindo as CCRs enquanto estruturas criadoras de obstáculos à Regionalização e redutoras do legítimo campo de acção das autarquias locais.

É indispensável, uma vez apresentada a «OID» e na perspectiva da sua aprovação, que ela seja concretizada e acompanhada por uma estrutura radicada no distrito e integrada — ao contrário do que se verificou na sua elaboração — pelos mais diversos agentes económicos, sociais e políticos do distrito, sem discriminações, e com efectivos poderes de decisão. Tal estrutura deve, de resto, constituir um factor importante de correcção dos múltiplos aspectos negativos que agora encerra a «OID».

A urgência da Regionalização

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP reafirma que a Regionalização constitui um factor imprescindível para o efectivo desenvolvimento do distrito.

Mas salienta ainda que a adesão de Portugal à CEE não só acentuou a sua necessidade como reforçou a

urgência da sua concretização.

A má elaboração da «OID», bem como as circunstâncias que determinaram tal facto, decorrem, em boa medida, da ausência de regionalização.

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP chama entretanto a atenção da população para as previsíveis tentativas governamentais de, com campanhas demagógicas à volta de verbas da CEE, desviar as atenções da necessidade indiscutível e inadiável da criação das regiões administrativas.

Conteúdo da «OID»

Convirá salientar, em primeiro lugar, que o montante global da «OID» depende não do valor nela inscrito mas essencialmente da efectiva apresentação de projectos e da capacidade financeira (na parte que lhes respeita), quer do Estado, quer das autarquias locais, quer ainda de outras entidades que pretendam apresentar projectos que nela se integrem.

Em segundo lugar, sublinha-se o sensível desequilíbrio entre os diversos sub-programas que compõem a «OID». É evidente a insuficiência de verbas para infra-estruturas (não estão sequer previstas, no período a que respeita a «OID» obras tão necessárias como a variante de Portalegre ou a estrada Monforte/Estremoz e — caso caricato — prevê-se apenas para o futuro a concretização da estrada Portalegre/Monforte, já em execução). O turismo, que naturalmente re-

quer a maior atenção, aparece claramente sobreavaliado relativamente a outros sub-programas (como o da indústria, por exemplo).

A forma «departamentada» como foi concebida conduziria sempre a tais situações. A falta de articulação entre os departamentos governamentais constitui um factor extremamente negativo.

Iniciativas do PCP sobre o desenvolvimento do distrito

São conhecidas as propostas que o PCP vem apresentando no sentido do desenvolvimento do distrito de Portalegre.

O PCP é de resto a única força política que o tem feito de forma global, aprofundada e sistemática. A Comissão Distrital entende dever continuar tal orientação, e nesse sentido anuncia a realização, a curto prazo, de duas importantes iniciativas:

- Uma reunião de quadros do PCP, centrada nas «questões que se colocam ao distrito na sequência da adesão à CEE», que terá lugar no próximo dia 21 de Maio;

- A realização das «Primeiras Jornadas sobre o Desenvolvimento no Distrito de Portalegre», no dia 25 de Junho, e para as quais serão convidadas as mais diversas estruturas económicas e sociais do distrito e as forças políticas e personalidades empenhadas num debate profundo e aberto sobre tal problemática.



Durante o recente encontro com os jornalistas em Portalegre. À esquerda na foto o deputado do PCP no Parlamento Europeu Joaquim Miranda

ção à respectiva permanência no Governo.

Por outro lado, sublinhá-se que não está em causa, antes se reconhece, o esforço de alguns técnicos da CCR do Alentejo. No entanto, considera-se que o êxito desta

trabal não radicada no distrito — resultasse no mero somatório de projectos individualizados, sem nexos entre si, desequilibrados no seu peso relativo e quantas vezes contraditórios.

Só a circunstância de um

12.ª FESTA DA AMIZADE

1, 2 e 3
Julho 88
Laranjeiro
ALMADA

PORTA ABERTA
400 AMIZADES



POR ABRIL
PELO TRABALHO
PELA PAZ

COMISSÃO CONCELHIA DE ALMADA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
COMISSÃO CONCELHIA DE ALMADA DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA



Uma festa renovada em preparação. Sábado é dia da 1.ª jornada de trabalho voluntário

Por Abril, pelo trabalho, pela paz. É com este lema que decorrerá este ano a 12.ª Festa da Amizade, no Laranjeiro, Almada, iniciativa conjunta das Concelhias do PCP e da JCP. A Festa terá lugar a 1, 2 e 3 de Julho e a primeira jornada de trabalho

no terreno é já no próximo sábado (dia 14). A entrada permanente (a conhecida «PA») já está à venda. Os camaradas de Almada entraram em contacto com o «Avante!» e explicam:

«A Festa da Amizade será este ano ainda mais bela,

mas isso depende da forma empenhada e da dinâmica que cada organização e cada camarada conseguir, na programação das tarefas, na mobilização para as jornadas de trabalho, na divulgação da festa junto dos trabalhadores e da população».



PORTO

2.ª Assembleia motiva intenso trabalho preparatório

• Já marcadas mais de 40 iniciativas

Prosseguem no Porto os trabalhos preparatórios da 2.ª Assembleia da organização local, que se realiza no próximo dia 29 de Maio, a partir das 9 e 30 horas, na Faculdade de Economia.

Numa circular dirigida pelo Comité Local do Porto às organizações envolvidas nesta importante iniciativa é dado conhecimento dos objectivos que motivam a realização da Assembleia: dar um balanço da actividade da organização nos últimos três anos e meio (a 1.ª Assembleia realizou-se em Novembro de 1984); debater as principais direcções da luta e do trabalho de massas e a contribuição para a luta em defesa de Abril e por uma alternativa democrática;

ção, como constante na vida da cidade, em que se destacam pela sua expressão: a luta histórica contra os aumentos brutais da energia eléctrica; as acções em Miragaia, pelo usufruto do Horto das Virtudes e contra a venda das casas recuperadas do Monte dos Judeus; a luta dos moradores dos Bairros Camarários por melhores condições de habitação, em defesa dos seus direitos; a luta dirigida pelas Comissões Unitárias de Mulheres pela redução do

de de a organização local do Porto desenvolver «o seu trabalho próprio para e com a juventude, nomeadamente a nível local, dinamizando a sua intervenção em prol da resolução dos seus problemas, dinamizando a sua actividade associativa de carácter cultural, recreativo e desportivo».

Um capítulo dedicado aos problemas locais, contendo as principais propostas dos comunistas para a resolução dos problemas da população na construção do futuro da cidade, e um outro aprofundando a análise da vida interna do Partido, fazem igualmente parte do projecto em discussão, aberto às propostas e sugestões das diferentes organizações e militantes.

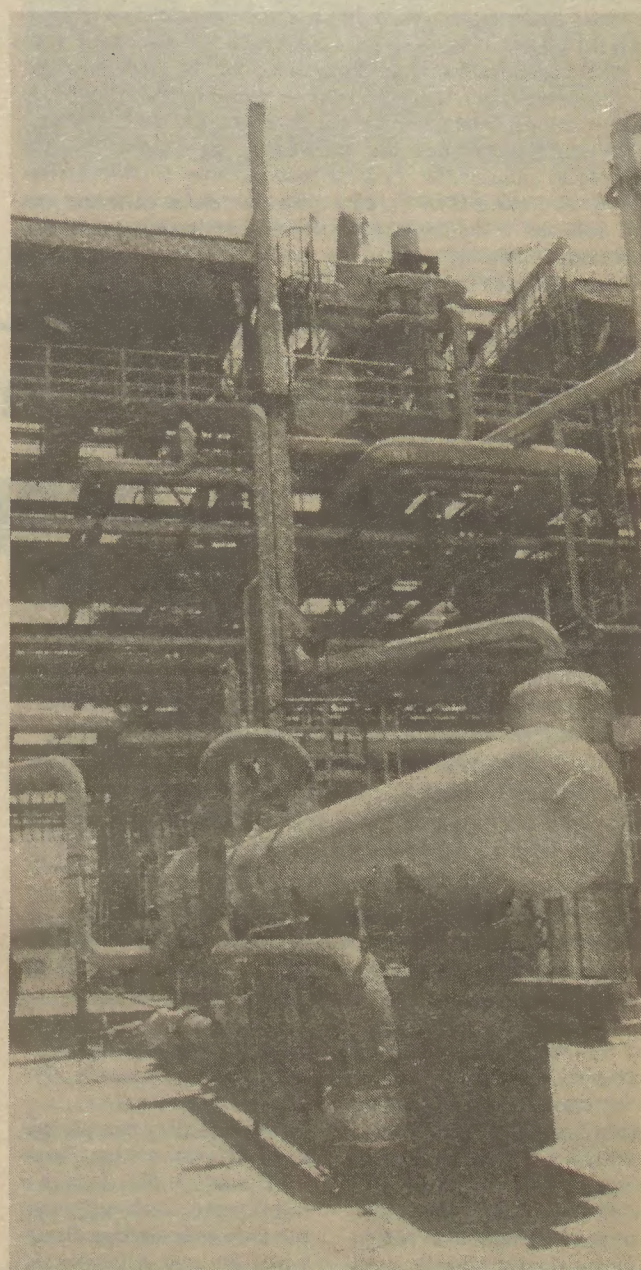
Além da discussão dos vários problemas políticos, locais e orgânicos, a propósito do debate do projecto de Resolução Política, decorrem neste momento as eleições para os delegados à 2.ª Assembleia — um delegado por cada 15 militantes —, sendo da maior importância, salientou o Comité Local do Porto, a participação activa de todos na sua divulgação e nos seus trabalhos (todos os membros do Partido que não forem delegados são convidados à Assembleia).

Sábado, no Barreiro, com 800 membros do PCP Encontro nacional sobre o Sector Empresarial do Estado

Prosseguindo a realização de iniciativas voltadas para o debate e estudo de grandes questões da vida nacional (iniciativas que se inserem na actividade preparatória do seu XII Congresso), o PCP promove no próximo sábado 14 de Maio, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, no Barreiro, um encontro sobre o Sector Empresarial do Estado.

Este encontro tem como principais objectivos proceder a uma caracterização actualizada da situação económica, financeira e de gestão do SEE, examinar a ofensiva do Governo Cavaco Silva contra o sector público da economia, aprofundar as propostas do PCP para a defesa, dinamização e reestruturação do Sector Empresarial do Estado, no quadro de uma política económica ao serviço do desenvolvimento e modernização do País e da salvaguarda dos interesses nacionais.

No encontro, que terá início às 10 horas e deverá terminar cerca das 18.30 h, participarão cerca de 800 membros do PCP, de todas as regiões do País, designadamente, trabalhadores de empresas públicas, técnicos e especialistas.



Assembleias preparatórias

Na «Agenda» desta edição do «Avante!» referimos as numerosas assembleias e reuniões de organismos já marcadas para eleição dos delegados e debate do projecto de Resolução Política da 2.ª Assembleia da organização local do Porto do PCP.

dar um balanço dos principais problemas da cidade e da contribuição do PCP para a sua resolução; aprofundar as perspectivas do desenvolvimento do Porto e as propostas dos comunistas; reforçar a organização do Partido, tornando-a cada vez mais apta para vencer as novas e complexas tarefas e responsabilidades que têm hoje pela frente; eleger o Comité Local do Porto.

A 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto, continua a circular, «culmina um trabalho permanente de conhecimento, intervenção e aprofundamento dos problemas dos trabalhadores, da população, da cidade». Conhecimento, intervenção e aprofundamento que aparecem de forma clara no projecto de Resolução Política já colocado à consideração das várias organizações, e cuja discussão vai iniciar-se, a partir desta semana, nas mais de quarenta Assembleias marcadas nas freguesias e sectores profissionais.

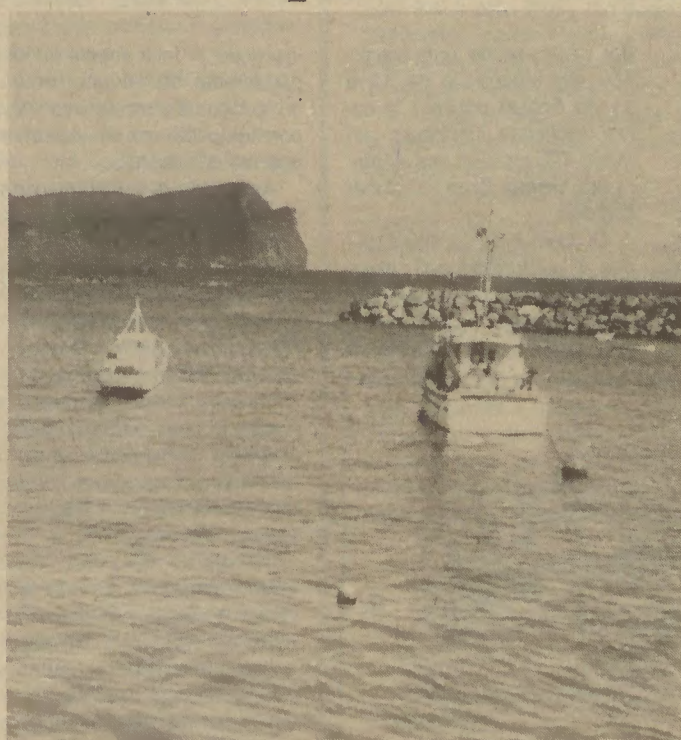
O projecto agora em discussão abrange os vários aspectos da vida e da luta na cidade do Porto desde 1985. São as grandes batalhas políticas. São as lutas da classe operária e dos trabalhadores, desde a luta contra a reprivatização do JN, no «1.º de Janeiro» contra os salários em atraso, na EFI, na Câmara, nos STCP, em defesa da semana inglesa, até a um pormenorizado relatório dos resultados da greve geral de 28 de Março. É, ainda, a luta da popula-

preço do pão e do leite.

«Dar força crescente à intervenção e ao papel da juventude — questão central de hoje» é outro tema desenvolvido no documento, no qual se aponta, para a necessida-

Terceira (Açores)

Propostas do PCP para as pescas e transportes marítimos



Terceira: porto de S. Mateus; ao fundo o «Monte Brasil»

A instalação de uma escola de pesca para jovens na freguesia de S. Mateus é uma das propostas contidas na recente nota divulgada pelo gabinete de imprensa do PCP na ilha Terceira, Região Autónoma dos Açores.

O Executivo da Comissão de Ilha chama a atenção a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas — segundo o documento — para a situação difícil do sector das pescas naquela ilha açoriana, onde se assiste a «um agravamento da situação de crise progressiva».

Acrescenta a nota do Executivo local do PCP:

«Condições e infra-estruturas portuárias para a pesca artesanal, nomeadamente as obras do porto de S. Mateus, a construção de um porto piscatório em Porto Judeu, de obras de adaptação e prolongamento do porto D. Fernando em Porto Martins e obras de beneficiação e alargamento nos Biscoitos e Vila Nova — são pro-

jectos prioritários que o Governo Regional devia ter executado de 1983 a 1987.» Mas não executou...

E mais adiante:

«A Secretaria Regional dos Transportes e Turismo deve rever os itinerários das viagens dos barcos Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do Canal, de modo a servir e rentabilizar os circuitos marítimos.

«Estes dois barcos de interligação de passageiros no grupo central tem de passar a escalar a Praia da Vitória, já que os passageiros que se deslocam à Terceira para viagens de avião com destinos nacionais ou internacionais ficariam com maior mobilidade.

«Os horários semanais da SATA em vigor nas ligações entre Flores, Pico, Faial, Graciosa, S. Jorge e Terceira não respondem às necessidades populacionais e vêm prejudicando as interligações para os voos internacionais e nacionais, a partir das Lajes e da Terceira.»

PCP

SETÚBAL

Exemplos de trabalho empenhado

O encontro distrital da CDU com eleitos das freguesias, realizado na Baixa da Banheira, o plenário também de âmbito distrital sobre informação e propaganda marcado para o próximo dia 21 em Almada, a 5.ª Assembleia da organização concelhia dos comunistas de Setúbal no dia 28 e o seminário sobre desenvolvimento económico e social do distrito a 18 de Junho são apontadas, entre outras iniciativas, como exemplo do trabalho empenhado dos militantes e organizações do PCP na região setubalense. Reunida recentemente, a Direcção Regional do Partido (DORS), para além das tarefas correntes que se colocam e da preparação do XII Congresso, analisou a actualidade política.

Os objectivos do Governo PSD com a política dos pacotes,

as questões ligadas à revisão da Constituição e a necessidade de convergência das forças democráticas foram pontos desenvolvidos pela reunião da DORS. Nas conclusões que fez chegar à nossa Redacção, salienta-se o apelo feito «a todos os comunistas da Organização Regional de Setúbal» para que «participem activamente na elaboração de propostas, quer em relação aos estatutos do Partido, quer em relação à sua vida orgânica e prática, quer ainda na formulação de um novo programa que deverá ter como horizonte temporal o século XXI».

A DORS anuncia, entretanto, que foi aprovada e adjudicada a segunda fase das obras do novo Centro de Trabalho a uma empresa que brevemente começará os trabalhos.



Experiências de informar

- o PCP, a propaganda e a informação

Experiências de informar — o PCP, a propaganda e a informação é o tema genérico de uma iniciativa descentralizada que a SIP/DORS promove no distrito de Setúbal, com «arranque» já no próximo dia 21 deste mês (plenário distrital de propaganda e informação em Almada), prolongando-se depois no Seixal no dia 1 de Junho, («E agora, que fazer?», debate sobre as novas tecnologias na área da informação); no dia 17 em Setúbal (a informação na e sobre a região) e no dia 24 no Barreiro (a informação no Portugal de Abril). Ao mesmo tempo que divulga este calendário, a SIP/DORS avança um texto de apoio que, pelo seu interesse, aqui deixamos à apreciação do amigo leitor e especialmente do camarada que em qualquer região do País está ligado a esta frente de trabalho.

Em primeiro lugar os objectivos:

Concretizar um projecto em que salientaremos as nossas experiências e analisaremos as dos outros.

Comunicar e propagandar objectivos que são intrinsecamente sociais, políticos e económicos e que determinarão o nosso próprio futuro, mas não como se fizesse parte de uma campanha para aumentar a venda de um produto comercial.

E mais adiante:

Ser da SIP é não vender ou querer vender uma imagem, é conciliar a formação do indivíduo com a luta, a democracia e a satisfação dos interesses políticos do Grande Partido que somos.

Transmitimos uma mensagem da prática, deste povo que fez e foi feito em Abril, não apresentamos nunca um produto embrulhado em papéis prateados, mas antes a realidade da fábrica, do tempo e da luta.

As SIPs funcionam porque querem que funcione a democracia e a liberdade.

Nesta iniciativa iremos ver como diversificada é a nossa acção, que dificuldades encontramos no nosso percurso, que medidas (e muitas são originais...) tomamos para reforçarmos o Partido e para ultrapassarmos barreiras de som e imagem.

Nos textos que apresentaremos, pormenorizaremos aspectos (desde o calar ao falar, desde a reunião ao comércio) que contribuíam para que possamos reflectir a nossa actividade em cada local concreto, para que melhoremos, cada vez mais, um

trabalho que tem raízes, raízes que sorvem a água deste povo que somos.

Esta iniciativa não se limita à realização de um Plenário Distrital de Propaganda e Informação, prolongar-se-á por uma série de três (3) debates em que a informação será vista com a amplitude que nos caracteriza na abordagem de temas importantes. Falar hoje de informação do distrito é assumir um combate em defesa de uma região rica e que se interessa pelo seu desenvolvimento, contrariando perspectivas miserabilistas ou de enganos. A crise de uma região não é dela, é, antes de tudo, o reflexo de uma crise globalizadora e geral, uma crise que tem como protagonistas a direita portuguesa, os seus governos e as suas práticas políticas sociais e económicas.

Mas... hoje há a tendência de se referenciar as novas tecnologias como produto essencial da informação. Mais ou menos efeitos especiais, mais ou menos truques e a verdade e a realidade concreta das coisas torna-se um subproduto de uma imagem ou de um som. No segundo debate abordaremos o tema das novas tecnologias informativas e o aproveitamento digno e humano que se lhes pode dar. É também uma questão de posicionamento. Hoje poder-se-á dizer a verdade, informar e formar de outra maneira, com outros meios mas nunca esquecendo este quotidiano em que tropeçamos e este povo de que fazemos parte. A miséria, a fome e a exploração

• Um plenário distrital e 3 debates dão corpo a um projecto interessante da SIP/DORS

serão sempre a exploração, a fome e a miséria.

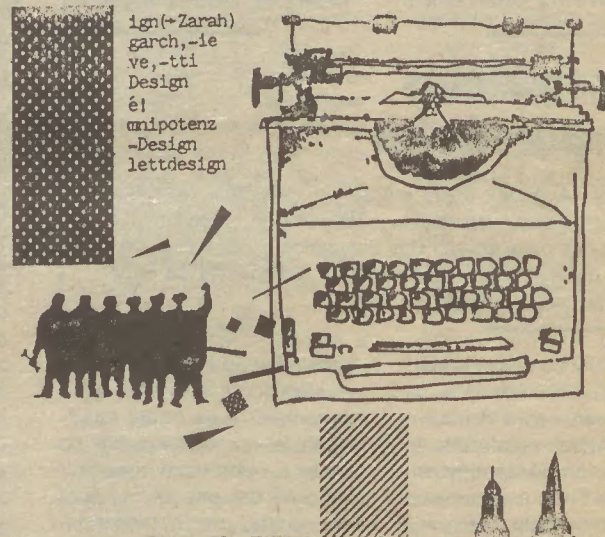
E por fim estaremos a reflectir sobre a comunicação social que 14 anos após Abril existe em Portugal. As influências políticas que determinam o seu estatuto. Uma informação que desliza da realidade ou reflectora de uma realidade de nobres feitos de gentes velhas (veja-se a revista «Olá» do semanário) que se pavoneiam entre bebes e jantares em luxuosos restaurantes de não menos fastuosos e fastidiosos aniversários, eis a medida que nos dão os *mass-media*

de *papillon* e *fraque* à maneira.

Este não é o país mas é aquele que nos impõem, ou tentam impor, e como se não bastasse fala-se de privatizar, privatizar como se fosse o verbo salvador da língua portuguesa.

Uma ova, a democracia tem e terá sempre um conteúdo que se chama **povo, participação e liberdade.**

É assim desta forma que a SIP/DORS do PCP encara a informação afinal porque este sector se encontra em todas as batalhas do nosso povo: lutando pela defesa da democracia e por Abril.



Excursão em Agosto

De Almada a Trás-os-Montes para ajudar o novo CT da DORS

Ajudar a construir o novo Centro de Trabalho da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, viver quatro dias de fraterno convívio, percorrer a região de Trás-os-Montes e contactar de perto um património valioso de história e paisagem. Este convite que a comissão do Centro concelhio de Almada dirige a todos os interessa-

dos. Trata-se de uma excursão que decorrerá de 12 a 15 de Agosto próximo, e cujas inscrições funcionam naquele CT através das camaradas **Odete Cruz** ou **Artur Cabrita**.

O custo é de 11 500 escudos e inclui transporte, alojamento (dormida e pequeno almoço) para as três noites em hotel de três estrelas. A

inscrição é feita mediante o pagamento de 30 por cento do preço. Os restantes 70 por cento devem ser liquidados até 31 de Julho.

Aqui fica o itinerário da viagem:

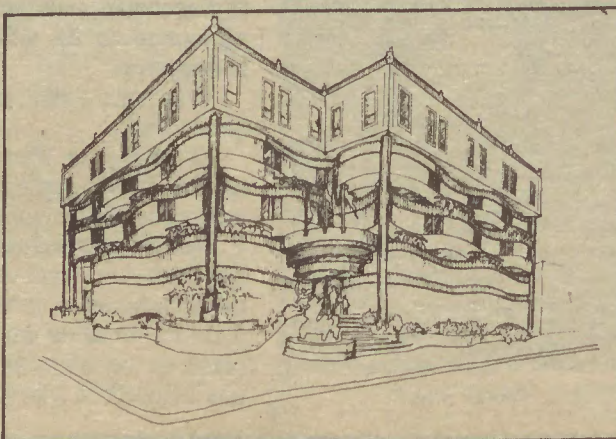
1.º dia — Almada — Partida às 07.00 horas do CT Concelhio — Pombal, seguindo por Ponte de Sor (breve paragem), Nisa e Castelo Branco (almoço), Proença-a-Velha, Monsanto (visita a esta característica povoação considerada a «aldeia mais portuguesa»), Penamacor, Sabugal e Guarda (jantar). Dormida.

2.º dia — Guarda — Pequeno-almoço e partida às 08.30 horas por Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo (pequena paragem), Barca d'Alva, barragem de Saucelle, Freixo de Espada-à-Cinta (paragem de 30 minutos), Moncorvo (paragem de 2 horas para almoço e visitas de

carácter pessoal), Vila Flor, Mirandela (paragem de 30 minutos), Macedo de Cavaleiros e Bragança (jantar). Dormida.

3.º dia — Bragança — Pequeno-almoço e partida às 08.30 horas por Vinhais (breve paragem), Sobreiro de Cima e Chaves (almoço), Vidago (paragem de 1 hora para visita), Pedras Salgadas (45 minutos de paragem para visita) e Vila Real (jantar). Dormida.

4.º dia — Vila Real — Pequeno-almoço e partida às 08.30 horas pela Serra do Marão (região vinícola do Alto Douro), Régua, Lamego (paragem de 1 hora), Castro d'Aire e Viseu (visita ao Museu de Pintura Grão Vasco e almoço). Depois, segue-se por Tondela, Buçaco, Luso (paragem junto das nascentes), Coimbra (paragem de 30 minutos), Pombal, Batalha, Lisboa e Almada.



Poder Local

Branca Carvalho no «rescaldo» do Encontro:

Cresce o prestígio da CDU em Viana do Castelo

Branca Carvalho: «O prestígio dos eleitos da CDU cresce, e por boas razões, em Viana do Castelo»

A Coligação Democrática Unitária (CDU) de Viana do Castelo realizou em meados do mês passado um importante Encontro Concelhio onde estiveram presentes várias centenas de pessoas e se debateram, nomeadamente, os objectivos de trabalho da CDU neste Concelho minhoto.

Aproveitando uma deslocação a Lisboa da camarada Branca Carvalho, membro do CC do PCP e ligada a esta frente de trabalho em Viana do Castelo, solicitamos-lhe alguns comentários a esta iniciativa.

Branca Carvalho começou por realçar que este Encontro foi «a primeira iniciativa da CDU de Viana do Castelo após as eleições autárquicas de 1985, o que pode dar a ideia de atraso mas foi, na verdade, deliberado, pois decidimos deixar passar algum tempo para se poder fazer uma análise mais aprofundada do trabalho realizado». Curiosamente isto veio a circunstanciar um outro problema: «a

difficuldade em fazer o balanço de todo o trabalho entretanto concretizado nas diversas frentes autárquicas pelos eleitos da CDU (na Câmara, na Assembleia Municipal e nas Freguesias CDU, que são seis, em todo o Concelho), dada a profusão desse mesmo trabalho em tão dilatado período».

Pormenorizando alguns aspectos desse trabalho, Branca Carvalho referiu a ac-

tividade do vereador da CDU na Câmara, Maurício de Sousa, «onde tem dinamizado não apenas o seu pelouro (da Cultura), mas o próprio trabalho colectivo do executivo, no sentido da defesa dos interesses das populações» e também o labor desenvolvido pelos autarcas da CDU quer nas Freguesias onde são maioritários (Chafé, Darque, Meadela, Monserrate, Santa Maria Maior e Santa Marta de Portuzelo), quer onde se encontram em situação de minoria.

Neste quadro, «trabalhar com o objectivo de alargar a influência da CDU noutras Freguesias, obtendo novas maiorias, nomeadamente em Afião, Areosa, Carreço, Mazarefes, Vila Franca e Amonde, não nos parece um objectivo irrealista porque conhecemos o trabalho dos autarcas da CDU e o prestígio que grangearam». Trabalho e prestígio que têm a ver com a capacidade de intervenção dos eleitos da CDU quer em situações de isolamento, quer em posições maioritárias, «onde o diálogo e procura de colaboração com as outras forças políticas, as instituições, associações e os cidadãos é uma constante, sempre com o objectivo de servir os interesses das populações e dar resposta aos seus anseios».

Para além disto, o Encontro da CDU «manifestou preocupação quanto à poli-

tica da Câmara em relação a um conjunto de questões e avançou as suas propostas em relação ao futuro». Entre essas questões preocupantes avulta a da chamada «Associação de Defesa do Vale do Lima» (ADVAL), para a qual se elegeram os corpos sociais, se realizaram curso e «cursilhos», houve formandos e... «passado mais de um ano pouco ou nada se conhece dos resultados práticos e dos benefícios para o Concelho e para o universo dos jovens envolvidos. Conhecemos, isso sim, os resultados da gestão ruinosa, segundo parecer da peritagem feita por dois licenciados em economia». Trata-se de mais uma história muito mal contada, onde entram (e saem...) dinheiros só por acordos verbais e há estranhíssimos negócios entre a ADVAL e a empresa «Ángelo e Araújo, Lda.».

Entretanto Branca Carvalho frisou: «Temos feito o nosso trabalho mesmo com os vereadores de partidos de direita e são preocupantes as manifestações que aparecem já, no PSD, no sentido de afastar esses vereadores nas próximas eleições autárquicas». Comentando a actuação da força maioritária da Câmara, o PSD, a nossa interlocutora acusou-a de «se mostrar incapaz de contribuir para a definição de linhas gerais de desenvolvimento local, mostrando-se insensível às enormes potencialidades



do Concelho para fazer dele um pólo nacional e internacional de forte atracção turística», além de outras insuficiências de gestão notórias, como o desprezo pela participação das populações e dos seus representantes nas Freguesias, o bloqueamento do Plano Director Municipal, o exercício folclórico do poder, a não satisfação das necessidades básicas das Freguesias, a aceitação complacente de todas as exigências e imposições do Poder Central, etc.

Confiança

A CDU é a terceira força do Concelho (era a segunda, antes do aparecimento do PRD) e «40% dos eleitores são tocados pelas autarquias CDU». A presença e o prestígio da CDU são factos incontroversos, em Viana do Castelo. Branca Carvalho, após recordar que a CDU, na última campanha eleitoral, denunciou claramente as careências e problemas concelhios e apontou soluções concretas, «não pode, ao aproximar-se outra campanha eleitoral, afirmar que a situação não tenha registado alguns desenvolvimentos positivos e os eleitos

da CDU orgulham-se de terem contribuído para tal, ora apresentando propostas concretas, ora votando favoravelmente outras de outras forças políticas, desde que fossem positivas». Na verdade «o que se conseguiu deve-se grandemente ao empenhamento dos nossos autarcas, ao prestígio de que disfrutam, à justeza das suas propostas». E «deve-se também — é justo dizê-lo — ao contributo positivo dado por outros autarcas dos partidos da oposição e, mesmo, aqui e além, de um ou outro dos elementos do PSD, o que parece já assustar este partido, a ponto de, ao que parece, se preparar para afastar os elementos que contribuíram pontualmente para o entendimento no trabalho em prol das populações».

Quanto à CDU, encara as próximas eleições com optimismo, colocando como objectivos a conseguir «o aumento do número de eleitos nos órgãos municipais, por forma a reforçar a sua capacidade de decisão e a aprofundar a sua influência política e manter todas as Juntas de Freguesia onde é maioritária».

ementas o prato com que concorrem, podendo assim o público avaliar, por juízo próprio, a qualidade de alguns dos pratos concorrentes.

• Vila Real de Santo António

Na sexta-feira dia 5 de Maio, reuniu em Vila Real de Santo António o plenário da CDU, no qual participaram eleitos das três freguesias do concelho, membros da Assembleia Municipal, vereadores da Câmara Municipal e activistas e apoiantes deste coligação unitária.

Eis o resumo das principais observações, resoluções e conclusões deste primeiro plenário que lança no concelho de Vila Real de Santo António o projecto CDU/Autarquias.

O plenário verificou «a existência de um sentimento que se generaliza de que o trabalho da coligação PS/PSD não atinge, antes de fraudada, as expectativas daqueles que nela votaram. A coligação PS/PSD está, portanto, a perder rapidamente a sua base eleitoral de apoio, enquanto o eleitorado da CDU se apresenta estável».

A perda de apoios da coligação PS/PSD deve-se, segundo a CDU, «ao facto de se ter apresentado nas eleições a defender um programa de progresso e desenvolvimento para o concelho que não cumpre e mostra-se incapaz de fazer mais e melhor que a Câmara com maioria APU».

As deficiências do trabalho da coligação PS/PSD são muitas e, delas a CDU de Vila Real de Santo António destaca:

«O atraso em dar continuidade a algumas das obras fundamentais herdadas da ex-APU, tais como a conclusão do novo mercado municipal, o alargamento da «estrada da mata», a continuação do complexo desportivo, o abastecimento de água, a remodelação das redes de saneamento básico». Nas obras de sua própria iniciativa «verificam-se também atrasos, incorrecções nos projectos e desperdícios de dinheiros públicos com trabalhos a mais, por erros técnicos no terreno e ilegalidades diversas».

O plenário decidiu alargar a CDU, «dirigindo convite não só a um maior número de democratas independentes que apoiem o projecto CDU, mas a militantes e simpatizantes de outros partidos que rejeitem a coligação PS/PSD e que entendem que a CDU é a alternativa para que o município de Vila Real de Santo António seja de novo colocado no caminho do futuro e a serviço das populações».

Praça da Liberdade

Sebolido

O sonho mais próximo da realidade

Um sonho bonito está em marcha, em Sebolido. Por administração directa da Junta, com a colaboração do Centro de Cultura e Recreio e pelas mãos de dezenas de moradores, que aos fins-de-semana dão o seu trabalho voluntário, vai ganhando corpo o Núcleo de Cultura e Desporto. Aprovado o projecto, também ele elaborado graciosamente, o terreno foi já terraplanado e iniciada a construção de um polidesportivo, descoberto. O edifício principal, a concluir até final do ano, terá a futura sede da Junta, posto médico e espaços polivalentes — será nos objectivos da Junta, uma verdadeira Casa da Cultura. Um anfiteatro ao ar livre, formando um conjunto harmonioso sobre a encosta de um dos montes da freguesia que olha sobre o Douro, faz parte do mesmo projecto.

A freguesia de Sebolido, situada na margem direita do Rio Douro, a 30 km da cidade do Porto e a 28 km da sua sede de concelho, Penafiel, desde sempre conheceu o atraso no desenvolvimento social e o abandono, por parte do poder instituído.

Com a democratização operada após o 25 de Abril e mais propriamente com as sucessivas gestões dos comunistas e outros democratas, a partir de 1979, Sebolido conheceu um novo viver com a concretização das obras levadas a efeito pela Junta de Freguesia.

A distribuição domiciliária da água é um exemplo, pois, a par da freguesia de Rio Mau, é das poucas localidades do concelho que possui tal infra-estrutura básica. A pavimentação de milhares de metros quadrados de arruamentos é outro exemplo — nos dois últimos anos, os deste mandato, foram cinco mil metros quadrados, em lugares como os de Junçadelo, Souto, Vale Mourisco, Portelas e outros.

A dimensão da obra erguida fica mais exacta se se tiver a ideia da realidade concreta da freguesia — Sebolido tem cerca de seiscentos eleitores, uma área aproximada de seis quilómetros quadrados e a Junta tem receita de capital de novecentos contos por ano.

Hoje, o sonho está mais próximo da realidade, as aspirações do povo materializam-se a outra velocidade, não é preciso esperar vinte anos, como aconteceu relativamente à água e estão para trás os tempos dos «carreiros de pé posto» e dos doentes transportados em padiola. São tempos novos, de Abril, de Poder Local.

Da experiência de trabalho desta Junta como o de outras, é caso para dizer: há quem esteja na política de um modo diferente.

Sebolido estende-se, mirando o Rio, com um vasto horizonte, com vistas largas...

■ B.V.B.

• Mealhada

A Coligação Democrática Unitária — CDU de Mealhada, «solidária com a justa luta que os agricultores do concelho estão a desenvolver pela reabertura da feira de gado, apresentou na última Assembleia Municipal em 29 de Abril, uma moção, exigindo a reabertura da feira durante o mês de Maio, a qual foi aprovada por unanimidade».

Convém lembrar que o encerramento da feira, verificou-se há oito anos. De então para cá a Câmara, que tem sido gerida pelo PS e pelo PSD, nada fez para resolver o problema. Foi necessário sentir a movimentação dos agricultores para se mostrarem agora cheios de boa vontade», comenta a CDU de Mealhada, que pergunta ainda:

«Porque ficaram de braços cruzados todos estes anos? E mesmo agora, porque não escolheu o presidente da Câmara o caminho mais rápido?

Porque enviou uma carta ao ministro em vez de enviar à entidade oficial que determina a abertura da feira? Já agora convém perguntar o que foi fazer a GNR para o átrio da Câmara? E porque veio um graduado do concelho vizinho? Será que tudo isto foi por acaso? Não acreditamos!».

E o comunicado conclui:

«Os órgãos do poder não estão interessados na reabertura das feiras. Só a firmeza e a persistência dos agricultores, conseguirá alterar a situação e levar a feira a reabrir ao gado, tal como vem acontecendo noutras localidades do distrito. A CDU saúda a justa luta dos agricultores do nosso concelho e fará tudo o que estiver ao seu alcance para que em breve se concretizem os seus objectivos».

• Évora

Está a decorrer em Évora, entre 3 de Maio e 3 de Junho, o «Concurso de Cozinha Alentejana» promovido pela Câmara Municipal.

A semelhança dos anos anteriores, o concurso é aberto às categorias de profissionais e amadores e engloba três modalidades: sopas, pratos regionais e doces.

Este ano, durante o prazo em que decorre o concurso, os restaurantes participantes integram diariamente nas suas

Assembleia da República

Lei Orgânica

Controlo total do Parlamento na mira do Governo e do PSD

Passando por cima de todos os argumentos aduzidos pelos partidos da oposição, a maioria voltou a rejeitar liminarmente, em sessão plenária realizada na passada semana, todas as propostas de alteração subscritas pelos partidos da oposição quanto ao projecto da nova Lei Orgânica da Assembleia da República. À revelia da vontade e das opiniões expressas pelas restantes bancadas parlamentares, tratou-se assim de dar mais um passo na edificação de uma segunda peça — a par do Regimento, recorde-se, a Lei Orgânica constitui um instrumento fundamental para o funcionamento da Assembleia — com vista ao total controlo deste órgão de soberania pelo partido que suporta o Governo.

Unanimemente condenada pelos partidos da oposição e designadamente pelo PCP — sendo uma lei que rege a actividade de todos os deputados, o grupo parlamentar comunista sempre entendeu que a Lei Orgânica da AR deve corresponder à vontade diversificada e plural de todas as forças políticas —, a postura do PSD vem deste modo pôr em causa a necessidade de dotar a Assembleia da República de maior eficácia e de maior capacidade de resposta para a resolução dos problemas do povo e do País.

Realce merece ainda o

facto de o PSD também nesta matéria se encontrar completamente isolado, tendo o seu comportamento conseguido a proeza — o que deve ser o primeiro exemplo na história parlamentar — de unir todos os partidos da oposição num projecto comum em defesa de um funcionamento democrático e participado da Assembleia da República.

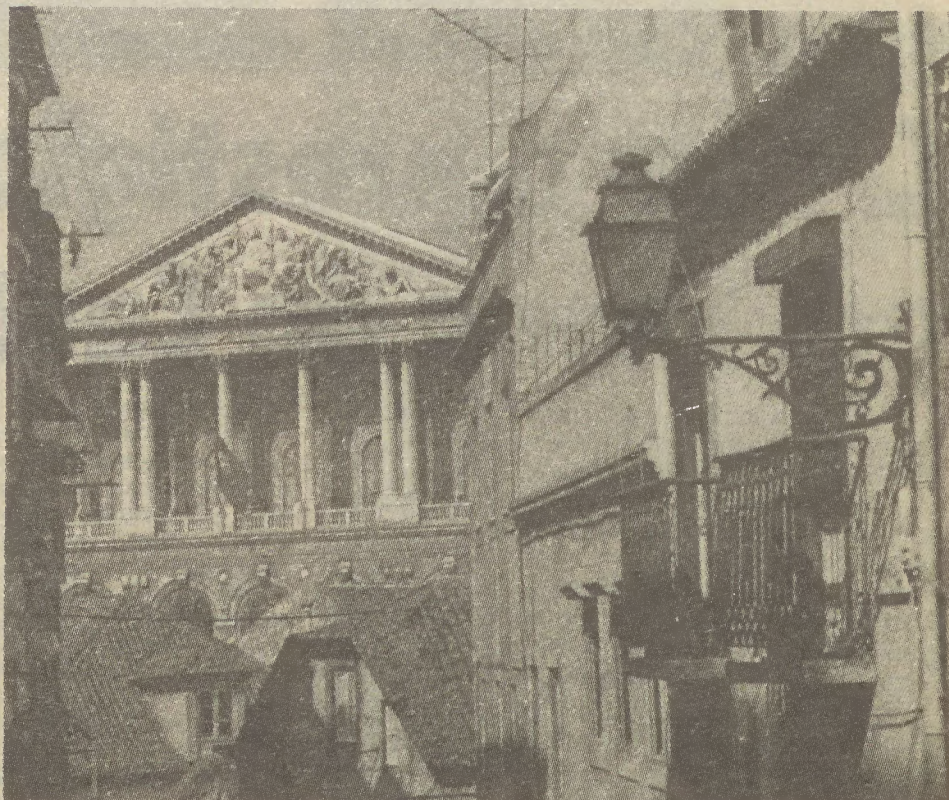
Mais uma sede do PSD...

Mas quais são então os aspectos mais graves do projecto do PSD que estive-

ram na origem desta resposta firme da totalidade da oposição? Em primeiro lugar importa destacar a intenção manifesta de monopartidarizar e governamentalizar a Assembleia, ou seja, trata-se de uma lei elaborada não para servir a acção e as competências deste órgão de soberania mas sim para o transformar em mais uma sede do PSD.

Travar a necessária e urgente aproximação dos deputados com os eleitores, impedindo designadamente a criação de delegações regionais da Assembleia da República, surge simultaneamente como outro dos propósitos evidenciados no projecto governamental, não sendo por outro lado sequer dissimulada a vontade de desarticular os serviços, destruindo a respectiva estrutura orgânica, e fazendo-a substituir por outra, perfeitamente controlável pelo PSD.

O projecto de lei apresentado pelo partido do Governo traduz ainda a sua vontade de que a Câmara não venha a legislar em termos gerais e abstractos mas sim em função de interesses partidários,



Ao limitar gravemente os direitos dos partidos da oposição, o Governo e o PSD estão também a construir mais uma peça do projecto global que visa a sua eternização no Poder

promovendo uns, excluindo outros, isto é, consoante tenham ou não um cartão partidário laranja. A este facto, segundo nos explicou Jorge Lemos, está ligada a ausência de transparência nas regras de recrutamento das chefias de serviço, as quais passariam a ser da exclusiva responsabilidade do PSD e não a ser preenchidas por concurso público tal como propôs a oposição.

Silenciar a oposição

Fortes críticas e reservas merece ainda o facto do partido maioritário pretender transformar o Presidente da Assembleia da República em

gestor administrativo com prejuízo das suas funções políticas enquanto segunda figura da hierarquia do Estado. Esta decisão não deve entretanto ser dissociada da ausência de participação efectiva e de capacidade de decisão dos grupos de oposição que são remetidos para um conselho de administração sem poderes.

Em conclusão e ao contrário do que se possa eventualmente pensar, a importância desta Lei Orgânica excede largamente o âmbito da própria Assembleia da República, constituindo uma matéria que diz respeito não apenas aos deputados mas também ao povo português.

Com efeito, ao limitar entre outras coisas os direitos da oposição, os poderes de fiscalização, o uso da palavra, as marcações da ordem do dia, as perguntas ao Governo, o Governo e o PSD estão também a construir mais uma peça de iniludível importância no contexto de um projecto global que visa a sua eternização no Poder, projecto esse de que nomeadamente fazem parte as alterações à legislação eleitoral.

Sem exagero, legítimo é pois de concluir que, tudo isto combinado, representaria a criação de um quadro relâmpago para a aprovação de iniciativas do Governo com a enorme comodidade de este passar a disputar, como aspira, de uma oposição calada e sem direitos.

VIII SONETOS de ARY DOS SANTOS

um texto de
Manuel Gusmão
e
um desenho de
Rogério Ribeiro



Iniciativas do PCP

Correspondendo a legítimos e profundos anseios das populações, cumprindo os compromissos eleitorais e no seguimento das Jornadas Parlamentares, o Grupo Parlamentar apresentou na AR três projectos de lei para a criação de novos municípios: Vizela, Canas de Senhorim e Samora Correia.

Criação do município de Vizela

A aspiração do povo de Vizela à criação do seu município tem raízes na lonjura dos tempos.

Centro de importantes actividades agrícolas, industriais e comerciais, abrangendo uma região em crescente progresso, Vizela necessita de autonomia administrativa que permita a plena realização das suas potencialidades e acelere o desenvolvimento. Os que no passado recente tudo fizeram para impedir a criação do novo município, têm hoje, através da iniciativa do PCP, a oportunidade de a viabilizarem.

A justiça da criação do concelho e a genuinidade da causa de Vizela estão bem expressas no apoio prático-

mente unânime de todos os órgãos representativos das freguesias, que, em tomadas de posição e deliberações, têm expresso a vontade e o sentimento colectivo dos vizelenses.

A acção empenhada do Movimento para a Restauração do Concelho de Vizela, a luta das populações contribuirão com toda a certeza para que se cumpram anseios que há muitos anos são defendidos.

Criação do município de Canas de Senhorim

A história municipalista de Canas de Senhorim remonta aos inícios da nacionalidade.

Após ter perdido o seu estatuto de sede de concelho em 1852, veio a recuperá-lo e a conservá-lo até à revolução da Janeirinha, perdendo-o então sem razões que o justificassem. Integrada actualmente no município de Nelas, Canas de Senhorim tem conhecido uma taxa de desenvolvimento económico assinalável.

A iniciativa do PCP vem dar corpo legal aos anseios das populações e do Movimento para a Restauração do Concelho de Canas de Senhorim que junto dos órgãos de soberania tem pugnado pela criação do concelho.

Criação do município de Samora Correia

Zona predominantemente rural, Samora Correia conheceu a partir dos anos 60 um rápido desenvolvimento.

Foi a partir da década de 70 que a região deu um salto qualitativo com a instalação de inúmeras e importantes indústrias (designadamente em Porto Alto), com o desenvolvimento do comércio, com a criação de novas urbanizações e o crescimento demográfico.

Samora Correia já foi sede de concelho de 1510 a 1836.

A criação de órgãos autárquicos municipais, correspondendo a um desejo das populações, irá contribuir para o progresso da região.



Assembleia da República

Consulta pública sobre o pacote laboral

Um recuo ainda arrogante e inadmissível

Tal como se previa, longe de ser um assunto encerrado, o pacote laboral continua a estar na ordem do dia e a dar que falar. No período antes da ordem do dia da sessão realizada faz hoje uma semana o tema voltou a estar em foco, centrando-se a atenção geral do Plenário numa intervenção da deputada comunista Odete Santos. Em causa, a recente decisão do Governo de fazer publicar no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) o texto do ainda anteprojecto de decreto-lei sobre liberalização dos despedimentos para consulta pública das organizações representativas dos trabalhadores.

Esta decisão de publicar em separata do BTE em 29 de Abril último o referido texto contradiz assim declarações do próprio ministro do Emprego e da Segurança Social proferidas no decorrer do debate na generalidade do pedido de autorização legislativa segundo as quais, foi então dito, a discussão pública estava feita, constituindo portanto esta matéria «um caso encerrado» para o Governo.

A contradição existente entre as declarações na altura proferidas e a decisão agora tomada constituíram o primeiro aspecto para o qual a deputada comunista chamou a atenção, fazendo notar nomeadamente estar-se perante o «expresso reconhecimento» por parte do Governo de que a chamada consulta pública por si organizada a partir da separata do BTE de Dezembro de 1987 «não tem qualquer valor jurídico», constituindo simultaneamente a publicação da separata de 29 de Abril «uma tentativa de emendar a mão».

Nulidade insuprível

Só que se tratou de um emendar de mão tardio e mal feito na medida em que, como explicou Odete Santos, a consulta pública agora desencadeada pelo Ministério do Emprego «não tem qualquer valia jurídico-constitucional».

Com efeito, o processo legislativo padece já de uma «nulidade insuprível» dado que para cumprimento dos preceitos constitucionais e legais a consulta pública devia ter sido organizada pela Assembleia da República sobre o próximo texto de autorização legislativa, tal como de resto foi na altura proposto pelo PCP e negado pelo PSD.

Para a bancada comunista só com tal consulta é que se daria cumprimento ao Artigo 55.º e 157.º da Constituição, preceitos constitucionais destinados a garantir que os órgãos representativos dos trabalhadores tenham uma intervenção efectiva no processo legislativo laboral, podendo deste modo simultaneamente exercerem a sua influência sobre determinadas decisões políticas que de uma forma especial lhes dizem directamente respeito.

Ora acontece, como lembrou a deputada comunista, que essa intervenção efectiva dos órgãos representativos dos trabalhadores teria de exercer-se previamente ao debate sobre a proposta de autorização legislativa. «É que nesta matéria, em matéria laboral — asseverou — as decisões políticas são ful-

crais e só pela Assembleia da República podem ser tomadas».

Assim, para que fossem cabalmente definidas as opções políticas e para que a Assembleia pudesse exercer plenamente as suas competências, como fez questão de acentuar Odete Santos, os trabalhadores deveriam ter tido a possibilidade de se pronunciar, designadamente, sobre a oportunidade e necessidade de legislação, sobre o âmbito da operação legislativa e sobre o conteúdo fundamental das alterações legislativas.

Concepção redutora

O facto de o PSD ter negado à Assembleia da República a organização da consulta sobre o texto da pro-

posta de autorização legislativa, traduz ainda, segundo a bancada comunista, a sua «concepção redutora do modelo constitucional do processo legislativo e das competências da AR na definição das linhas-mestras do direito laboral, linhas que na autorização legislativa se traduzem na definição do sentido, âmbito e extensão da autorização».

«São todas estas razões que o Governo não consegue escamotear no engrolado despacho que precede na separata do BTE o texto do projecto de decreto-lei», frisou Odete Santos, concluindo: «é aqui que se evidencia, ainda mais, como este emendar de mão, este recuo do Governo, é, mesmo assim, um recuo ainda arrogante e inadmissível».

Na verdade, como tratou de salientar, mesmo que a tese ora adoptada pelo Governo fosse admissível «ainda assim a consulta pública só poderia iniciar-se após a publicação da autorização legislativa», não estando o Governo autorizado até lá a legislar sobre a matéria.

«Com que legitimidade despacha o Governo em 20 de Abril o texto do projecto de decreto-lei para publicação na separata do BTE? Com que legitimidade, se a lei ainda não está publicada, considera o Governo como data de início de consulta pública o dia 29 de Abril? O que faz correr o Governo para uma «consulta» carecida de objecto, abusiva, ex-



A extemporânea «consulta» pública relativa ao decreto-lei sobre liberalização dos despedimentos, decidida pelo Governo afigura-se na opinião da bancada comunista como uma inadmissível forma de pressão sobre o Presidente da República e como uma manobra antidemocrática, desrespeitadora do próprio princípio da separação de poderes



temporânea?», interrogou a deputada comunista.

«Uma inadmissível forma de pressão sobre o Presidente da República», qualificou por último Odete Santos esta manobra governamental, considerando-a «antidemocrática», desrespeitadora do próprio princípio da separação de poderes e reveladora de «falta de sentido de Estado».

Pensões dos magistrados

Acolhendo os votos favoráveis de todos os Grupos e agrupamentos parlamentares, o Plenário aprovou na mesma sessão, já na ordem do dia, um pedido de autorização legislativa destinado a corrigir uma situação iníqua e a repor a justiça relativamente a uma distorção de-

tectada na fixação das pensões de aposentação dos magistrados jubilados.

Definindo a posição do PCP, José Manuel Mendes encarou a aprovação do referido diploma como um acto de justiça que permitirá corrigir um «erro com consequências» e simultaneamente dignificar a função de julgar e enobrecer o estatuto da judicatura.

Em Portalegre a saúde está doente

Alguns dos problemas mais sentidos pelas populações do distrito de Portalegre foram terça-feira última levados ao conhecimento da Assembleia por intermédio do deputado comunista Luís Roque. Em foco, estiveram nomeadamente o considerá-

vel decréscimo demográfico que se tem feito sentir nos últimos anos e os gravíssimos problemas que se colocam na área da saúde.

Para esta crescente desertificação são apontadas como causas fundamentais a falta de acções de extensão

rural bem como a falta de investimento e de reformas estruturais por parte do Governo, não sendo igualmente excluída como responsável pela presente situação a elevada taxa de analfabetismo.

A verdade é que a economia regional, como referiu o

deputado comunista, é baseada numa agricultura pobre de baixos rendimentos, sendo praticamente inexistente o sector industrial.

Basta de resto atender a índices como o valor bruto da produção (inferior a 1 por cento do total nacional) ou à elevadíssima taxa de analfabetismo (34,7 por cento) para se compreender facilmente a dimensão do desprezo a que este distrito e as suas populações têm sido votados pelo Poder Central.

Mas foi sobretudo em torno do sector da saúde que Luís Roque incidiu a sua atenção, pondo em relevo designadamente aqueles que em seu entender constituem alguns dos motivos que conduzem a que a «saúde em Portalegre esteja doente», (as palavras são suas) levando a que todo o sector funcione mal, pese embora a dedicação, como sublinhou, dos profissionais de saúde.

E dificilmente poderia ser de outro modo se se reparar nalguns dos exemplos cita-

dos pelo deputado comunista como sejam a existência nas enfermarias de janelas que «são maiores que portões», na falta de meios de diagnóstico, na falta de viaturas ou de motoristas para fazer as extensões, na falta de médicos ou de enfermeiros.

Paradigmático desta situação, como foi assinalado, são ainda sem dúvida os casos do centro de Saúde de Fronteira que, tendo médicos, não tem serviço de urgência ou de Marvão, sede de concelho, que nem sequer possui uma farmácia.

A anunciada pretensão do Ministério da Saúde de extinguir diversas especialidades nos hospitais distritais de Portalegre e Elvas e de pretender privatizar, por exemplo, no primeiro, a unidade de hemodiálise, dão-nos, ainda, o retrato da política de saúde que hoje norteia a acção do Ministério, acção gravemente lesiva dos interesses dos utentes e dos profissionais do sector.



A falta de acções de extensão rural bem como a falta de investimento e de reformas estruturais pela parte do Governo, aliados à elevada taxa de analfabetismo, constituem algumas das causas que estão na origem do considerável decréscimo demográfico registado nos últimos anos no distrito de Portalegre

Internacional

Angola

Jornada sindical de solidariedade

(...) A guerra de agressão e de desgaste que é movida contra nós pelo regime racista da África do Sul, quer directamente quer através de forças mercenárias e dos bandos armados da Unita, que massacram populações pacíficas, sabotam áreas económicas estratégicas e destroem bens essenciais à sobrevivência do nosso povo, tem como consequência segundo cálculos aproximados prejuízos de doze mil milhões de dólares, mais de 600 mil pessoas deslocadas, 150 mil refugiados, mais de 61 mil mortos e um número elevado de mutilados, sem contar os valores que se deixam de ganhar pela situação de insegurança e instabilidade ainda prevalecente nas áreas de confrontação militar que abrange regiões produtivas do país. Este quadro sombrio explica as causas de muitas dificuldades que vivemos hoje no domínio económico, social e organizativo (...)

As palavras são de Pascoal Luvualu, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) e membro do Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho, durante a jornada sindical de solidariedade para com o povo e os trabalhadores de Angola e contra as agressões do regime racista da África do Sul, realizada em Luanda no âmbito das comemorações do 1.º de Maio último.

Na iniciativa promovida pela UNTA participaram representantes de centrais sin-

dicais de África, América Latina, Europa e Ásia, bem como representantes diplomáticos de diversos países socialistas creditados em Angola. De Portugal esteve presente uma delegação da CGTP-Intersindical Nacional.

Como afirmou na sua intervenção Pascoal Luvualu, a presença em Angola de «representantes do movimento sindical mundial e de outras personalidades atentas ao processo de descolonização e de desenvolvimento» da África Austral conferiu àquele fo-

rum «um significado de importância vital no processo de desmantelamento do último bastião do colonialismo e racismo em África, no qual estão envolvidas todas as forças amantes da paz e do progresso da Humanidade».

Uma importância que os pesados custos da guerra bem testemunham, a exigir de forma cada vez mais premente uma resolução política do conflito, indispensável para levar a bom termo os esforços de reconstrução nacional que Angola se propõe.

Neste âmbito, referiu Luvualu, cabe à UNTA um papel de relevo, mobilizando as massas trabalhadoras para as tarefas de defesa da independência, integridade territorial e soberania nacional, a par da necessidade de garantir e aumentar a produção, contribuir para a recuperação da economia nacional.

Porque, como fez notar o dirigente da UNTA, às pressões económicas e militares sofridas pelos povos da África Austral, há que acrescentar ainda as nefastas consequências da dívida externa, bem como as calamidades naturais que flagelam a região.

Hoje — referiu Luvualu —



As comemorações do 1.º de Maio em Angola, bem como a jornada sindical de solidariedade realizada em Luanda, expressaram de forma inequívoca o apoio dos trabalhadores à luta pela independência, pela paz e pelo progresso social

segundo dados estatísticos dos nove países da Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que comportam uma população estimada em 70 milhões de habitantes, com aproximadamente 3 milhões e meio de nascimentos, cerca de 750 000 crianças morrem antes de atingirem os cinco anos de idade, sendo uma percentagem significativa destas perdas atribuível ao impacto do conflito que nos opõe à racista África do Sul.

A situação é agravada,

como sublinhou, com a quebra das receitas das exportações o que, aliado ao esforço de guerra, se faz sentir negativamente sobre as infra-estruturas económicas e sociais bem como na realização dos projectos de desenvolvimento.

Consciente da interligação entre paz e desenvolvimento, a UNTA conseguiu, neste fórum de solidariedade, um impulso importante para a unidade de acção sindical internacional no sentido de se intensificar o apoio à justa cau-

sa dos trabalhadores angolanos e do povo em geral. Uma solidariedade que, activa e eficaz, será sem dúvida um contributo valioso para a luta dos povos da África Austral contra o regime de Pretória e os seus aliados norte-americanos.

Exprimindo as preocupações e objectivos comuns, os participantes na jornada de solidariedade aprovaram uma declaração conjunta — «Declaração de Luanda» — cujos principais aspectos publicamos em separado.

URSS, estatísticas

O primeiro trimestre

A imprensa soviética divulgou, nos últimos dias de Abril, as estatísticas referentes ao primeiro trimestre, ou seja, aos três primeiros meses de aplicação da lei sobre a empresa socialista. Com a nota global de «alterações positivas», em simultâneo com atrasos registados nalguns sectores, que estão a comprometer «o progresso

da reestruturação».

Resultados particularmente significativos foram alcançados tanto em termos globais, como no que se refere à indústria. O produto nacional bruto (PNB) cresceu de 4% em relação a igual período do ano transacto. A produtividade do trabalho teve também um aumento da ordem dos 4%.

A produtividade industrial subiu de 5%, progresso inteiramente assegurado pelo aumento da produtividade de trabalho (5,4%).

Os fundos destinados ao equipamento das empresas cresceram em 7%, mas trata-se naturalmente de investimentos cujos efeitos só serão sensíveis posteriormente.

No domínio dos fornecimentos alimentares, tal como no que se refere às quantidades e qualidade nos ramos de produção de bens de consumo, fizeram-se severas críticas no debate havido no Conselho de Ministros.

Entretanto, no plano social, registam-se progressos.

O salário médio teve um aumento de 4% na indústria e de 3% no sector cooperativo da agricultura. Também as pensões foram aumentadas. Verificaram-se melhorias no sector da saúde. A construção de habitações cresceu em 5%.

As estatísticas divulgadas indicam também disparidades no desenvolvimento das diferentes Repúblicas. A Letónia vem à cabeça nos aumentos de produtividade (10%). No Azerbaijão e na Arménia, os dramáticos acontecimentos de Fevereiro-Março tiveram sérias repercussões, ficando nos últimos lugares no que se refere aos aumentos de produtividade nas diferentes Repúblicas soviéticas.

Mensagem de Yasser Arafat

O presidente do Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina e comandante em chefe das forças da revolução da Palestina, Yasser Arafat, enviou ao PCP o seguinte telegrama:

Muito vos agradeço as vossas sentidas condolências, por ocasião da perda do nosso dirigente militante mártir, o irmão Khalil Ai Wazir (Abu Jihad), que se tornou mártir nas mãos das forças criminosas do inimigo sionista.

Este crime horrendo jamais nos impedirá de prosseguir com a nossa luta justa, de modo a libertar a nossa terra usurpada e reconquistar os direitos nacionais inalienáveis do nosso povo, incluindo o nosso direito ao retorno, à autodeterminação e ao estabelecimento do nosso Estado independente.

A grandiosa herança de luta que nos foi deixada pelo nosso grande mártir Abu Jihad, será o farol que nos iluminará o caminho até à liberdade e à libertação, o qual nos ajudará a levantar, bem alto, as insígnias da liberdade e da nossa revolução, sobre Jerusalém, a capital do nosso Estado independente.

Mais uma vez, obrigado pelas vossas condolências e votos também de vosso sucesso.

Revolução até à vitória.

Declaração de Luanda

(...) Examinando a actual situação prevalecente na África Austral, particularmente na República Popular de Angola, e tendo em conta o envolvimento da administração norte-americana na guerra não declarada imposta ao povo angolano, os participantes na jornada reconhecem a necessidade de uma acção sindical mais intensa de solidariedade internacional e aprovam as seguintes decisões:

— (...) Manifestam o seu apoio incondicional à justa luta do povo angolano e alertam a opinião da comunidade internacional sobre a actual situação de grande ameaça à Paz e à integridade territorial da República Popular de Angola;

— Condenam todas agressões sul-africanas, partindo do território ilegalmente ocupado da Namíbia, e pronunciam-se contra o aumento do seu arsenal militar;

— Denunciam a ocupação militar de uma parcela do território angolano pelas forças invasoras da racista África do Sul e exigem a retirada imediata e incondicional das suas tropas em conformidade com a resolução 602/87 da ONU;

— Rendem homenagem à acção heróica e corajosa dos combatentes das linhas defensivas das gloriosas FAPLA estacionadas no Cuito-Cuanavale, defendendo a pátria angolana;

— Rejeitam categoricamente as tentativas repetidas da administração dos EUA e da racista África do Sul, que procuram estabelecer um paralelo entre a independência da Namíbia e a presença dos internacionalistas cubanos em Angola;

— Condenam todas as manobras que visam a estabelecer uma aliança orgânica entre Washington-Pretória-Tel-Aviv, visando a coordenação da política de terrorismo de Estado;

— Expressam o seu apoio aos esforços do governo da República Popular de Angola na procura de uma solução de Paz duradoura na África Austral; que passa pelo cumprimento dos princípios da plataforma de negociações para a solução global da situação na África Austral, contida

na carta da Sua Excelência o Presidente José Eduardo dos Santos, ao secretário-geral das Nações Unidas:

- Retirada imediata e incondicional das forças sul-africanas que ocupam uma parte do nosso território;
- A aplicação imediata da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que conduz a verdadeira independência da Namíbia;
- Cessação da agressões sul-africanas contra Angola;
- Cessação de todo o apoio logístico aos bandos fantoches da Unita.

— Condenam energeticamente o regime de Pretória pela sua política e prática de *apartheid* e de colonização, e rendem homenagem à luta heróica dos povos irmãos da África do Sul e da Namíbia, conduzidos pelas suas vanguardas, respectivamente o ANC e a SWAPO;

— Consideram o plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia aprovado pelo Conselho de Segurança através da sua Resolução 435/78, como instrumento seguro para solução pacífica da questão namibiana, e exigem a sua aplicação imediata;

— Manifestam o seu apoio fraternal às centrais sindicais, SACTU da África do Sul e NUNW da Namíbia, pelos esforços que desenvolvem na acção unida dos trabalhadores e na justa luta contra o *apartheid* e pela libertação nacional;

— Manifestam o seu repúdio à política da administração norte-americana, que pretende apresentar-se perante a opinião pública internacional como mediano do conflito na África Austral;

— Manifestam a sua solidariedade aos povos do Sahara Ocidental, Timor-Leste, Palestina, El Salvador no seu combate contra o colonialismo e o neocolonialismo;

— Apoiam as iniciativas do povo soviético e o tratado soviético-americano, sobre a eliminação dos mísseis nucleares de curto e médio alcance, concluído no passado dia 8 de Dezembro do ano transacto.

Internacional

Greves na Polónia

O que está em causa

Uma série de movimentos grevistas tem vindo a registar-se em diversas empresas e sectores económicos, na Polónia.

A sucessão de greves teve o seu início com os trabalhadores dos transportes públicos de Bydgoszcz, que após uma paralisação de 11 horas, obtiveram aumentos salariais da ordem dos 60%. Em Bydgoszcz, a greve foi conduzida pelo movimento sindical criado após a lei sobre os sindicatos de Outubro de 82. À curta greve dos trabalhadores dos transportes comunais, seguiu-se a siderurgia de Nova Huta, perto de Cracóvia. Actualmente, a ocupação dos estaleiros de Gdansk, por um número limitado dos trabalhadores da empresa, surge como o ponto mais difícil do processo grevista. É nos estaleiros de Gdansk que se encontra o dirigente do ex-«Solidariedade», Lech Walesa. Um facto que reflecte a outra dimensão da difícil realidade que hoje se vive no país.

Mas vamos aos factos, cingindo-nos a um curto apanhado de elementos para a compreensão do que se passa.

Aumentos de preços e descontentamento capitalizado

A partir de Fevereiro passa- do, e no contexto da segunda

etapa da reforma económica (a que já voltaremos), os preços sofreram um enorme agravamento. Segundo cálculos elaborados pelo governo polaco, o mínimo necessário para a vida quotidiana deve encarecer este ano de cerca de 36%.

Paralelamente aos aumentos de preços promoveram-se aumentos dos salários médios — através dos aumentos salariais directos e de uma elevação diferenciada dos abonos de família. Outros pagamentos adicionais dependerão, nas fábricas, dos resultados da produção, e noutras empresas, dos princípios de remuneração do trabalho, em função do sector ou profissão.

Como resultado destas medidas, o peso dos aumentos de preços terá os seus efeitos atenuados, mas não anulados.

Acresce a esta uma outra questão: a dos princípios de justiça social inerentes ao socialismo. E aqui citamos curtos extractos de uma conversa com o presidente da Comissão de planificação junto do Conselho de ministros polaco, Zdzislaw Sadowski, reproduzida nas páginas do «Perspectivas polacas».

Referindo-se à reforma económica e mais concretamente à introdução dos princípios e prática da autogestão, diz Sadowski: «a ideia consiste em fazer depender as possibilidades de ganhos dos trabalhadores da situação financeira da empresa (...) mas, na prática, as razões de ordem económica entram em conflito com as razões inerentes aos ideais de justiça social socialista (...). Um bom torneiro, por exemplo, ganhará menos numa má empresa, que um medíocre numa boa (...). Invertamos o problema: acham justo, na óptica do nosso sistema, tudo o que leve à obtenção de bons resultados apesar de maus resultados no trabalho?».

Tal o tipo de questões que se coloca.

Como se vê não se trata de questões fáceis. Por exemplo, na siderurgia Lénine, trabalha-se hoje segundo os princípios de autogestão e autofinanciamento e a empresa é dirigida por organismos autogestionários eleitos pelos trabalhadores. A autogestão é exactamente uma das componentes da reforma económica. Como os aumentos de preços são neste momento uma outra das suas facetas.

Os factos indicam que o previsível descontentamento com estes aumentos, não tem vindo a gerar apenas acções reivindicativas pontuais por maiores aumentos salariais.

Esse descontentamento está também a ser capitalizado pelos que em 1980 levaram a Polónia a uma situação verdadeiramente dramática. E que hoje intentam agarrar esta oportunidade para desestabilizar a situação no país.

Não é naturalmente por acaso a presença de Walesa nos estaleiros de Gdansk, os esforços no sentido de uma reafirmação do «Solidariedade». Tão pouco são por acaso os «conselhos» ao governo polaco, provenientes de Washington... Muito embora agora dificilmente se trate de reacender as velinhas de Reagan.

Reforma Segunda etapa

Um programa para a realização da segunda etapa das reformas económicas foi apresentado para debate e aprovação no Parlamento em Outubro de 87. O sentido geral das alterações então propostas pode-se sintetizar na criação de um novo sistema de gestão da economia que associe a planificação central e a autoridade do Estado com uma autonomia das unidades económicas, baseada no autofinanciamento e a autogestão.

Como objectivo supremo — criar as bases estáveis, materiais e organizativas, para uma mais ampla satisfação das necessidades das pessoas, nomeadamente através de uma melhor qualidade dos serviços sociais.

Para atingir tais objectivos os caminhos estão longe de ser fáceis.

Impõe-se corresponder simultaneamente às necessidades de aceleração económica que se prendem ao desenvolvimento do socialismo, e ao pesadíssimo encargo que é o pagamento da dívida, contraída fundamentalmente entre 1971 e 81, e que ainda hoje ascende a 37 mil milhões de dólares.

Por outro lado — e apesar de alguns bons resultados registados, nos últimos 3 meses de 1987 o PNB cresceu de 4 a 5% — mantém-se a tendência para uma taxa de aumentos médios dos salários superior à dos aumentos de produtividade.

Dia 29 de Novembro realizou-se um referendo, em que os polacos deveriam responder a duas questões:

• Manifestas-te pela plena realização do programa radical de saneamento da economia apresentado à Dieta e determinado a melhorar as condições de vida tendo em conta que estas transformações rápidas levarão uns 2-3 anos e vão provocar momentos difíceis?

• Pronuncias-te pelo modelo polaco da democratização profunda da vida política cujo objectivo é reforçar a autogestão, aumentar os direitos dos cidadãos e tornar mais ampla a sua participação na gover-

nação do país?

Como resultado do referendo, e embora a maioria dos votantes tenha votado sim, não se registou o apoio da maioria dos cidadãos com direito a voto. Pelo que foi decidido optar por um mais lento desenvolvimento do processo de reforma.

Os projectados aumentos de preços — concretizados a partir de Fevereiro — desencadeiam o processo em curso.

Sem dúvida também com o criterioso aproveitamento por parte de sectores anti-socialistas a nível interno e o estímulo, a nível externo, do imperialismo.

Já antes do início do processo de greves — de que não se deve entretanto escamotear as razões objectivas — as rádios da CIA instaladas na Europa, haviam lançado os seus apelos para a realização de greves generalizadas e exigências de ordem salarial que pudessem vir a funcionar como boicote concreto a quaisquer reformas e instrumento de desarticulação da própria economia.

Importa relembrar aqui que durante a crise de 80/81, a produção recuou 7 anos, até ao nível de 74.

Também uma questão de confiança

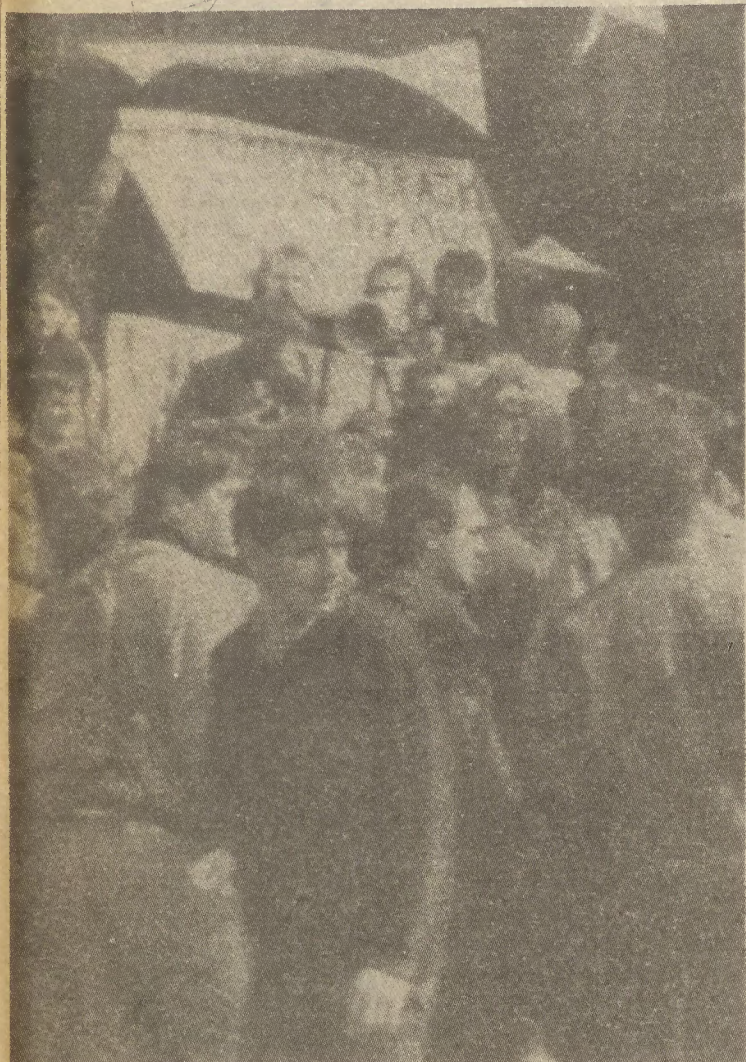
A realização do referendo, os meses de debates que antecederam a apresentação ao Parlamento do projecto da segunda etapa das reformas económicas, os múltiplos esclarecimentos que antecederam os aumentos de preços — testemunham de uma vontade clara de fazer participar todos no desenvolvimento e na tomada de decisões políticas e socio-económicas, que na verdade a todos dizem respeito.

Trata-se entretanto de um bem difícil processo de recuperação. E assim, em sondagem realizada pelo governo polaco, logo a seguir aos aumentos de preços, 80% dos inquiridos manifestavam descontentamento em relação às medidas avançadas, enquanto simultaneamente caíam os índices de confiança no governo e no parlamento, embora a maioria dos polacos continue a manifestar essa confiança.

Voltamos aqui a referir declarações do vice-primeiro-ministro Sadowski, anteriores aos recentes acontecimentos.

«O ceticismo com que nos defrontamos encontra evidentemente a sua justificação nos reveses e falhanço das reformas precedentes. Não temos em conta, creio, em que medida a actual reforma se diferencia de todas as outras, ao basear-se numa análise exaustiva das causas da sua falha. Isto não chega para lhe garantir o sucesso, mas oferece-lhe maiores hipóteses de sucesso».

A realidade de hoje — como os factos o provam — é bem difícil. Mas sem dúvida fundamentalmente diferente da de 80. Não terá sido em vão todo o trabalho desenvolvido nestes anos.



Uma concentração de trabalhadores em Nova Huta, perto de Cracóvia. Um momento difícil da vida da Polónia, que há quem queira também utilizar contra o socialismo, contra o povo polaco

Direita do «nuclear» derrotada na Dinamarca

No passado dia 10 a oposição dinamarquesa, integrada pelo Partido Social Democrata (o maior, em termos eleitorais), Partido Socialista Popular, Partido Socialista de Esquerda e Partido Comunista Dinamarquês, derrotaram largamente a coligação de partidos conservadores actualmente no poder, nas eleições gerais antecipadas que estes últimos impuseram ao país, numa desesperada tentativa de torpedear a resolução aprovada a 14 de Abril último pela maioria dos deputados do «Folketing» (Parlamento), pedindo ao governo para informar os navios de guerra que entrem em águas territoriais dinamarquesas da recusa deste país em relação à presença de quaisquer armas nucleares no seu território, interdição aliás há já 30 anos. Em resposta, da parte dos navios de guerra estrangeiros, deveria ser fornecida a informação quanto à natureza das armas que transportam.

Mas este simples acto de soberania nacional provocou verdadeira tempestade no seio da NATO. Aí se falou mesmo de «consequências extremamente graves», e países houve, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que afirmaram recusar por princípio qualquer esclarecimento sobre armas transportadas nos seus navios de guerra (afirmação muito instrutiva no que a nós, portugueses, diz respeito).

Por fim, reunidos em Bruxelas, os ministros da Defesa dos 14 países da NATO, adoptaram uma declaração comum de alerta em relação aos «perigos» da posição do parlamento dinamarquês, face ao trânsito de armas nucleares.

Numa clara cedência a estas pressões externas, o governo conservador de Schluter — integrado por uma coligação de conservadores, liberais, centristas-democratas e cristãos, que no conjunto detêm apenas 70 dos 179 lugares do Parlamento — opta pela dissolução do Parlamento e a convocação de eleições antecipadas e uma campanha eleitoral de menos de um mês, pouco tempo portanto para quaisquer debates, em particular no que respeita à política à política económica e social.

A evolução posterior à decisão de dissolução do Parlamento foi deveras significativa. Pela primeira vez os quatro partidos que representam os trabalhadores dinamarqueses, e se opõem à política prosseguida pelo governo conservador — Partido Social-Democrata (o maior partido, em termos eleitorais), Partido Socialista Popular, Partido Socialista de Esquerda e Partido Comunista Dinamarquês — uniram-se na organização do 1.º de Maio, que levou para as ruas 200 mil manifestantes.

Palavra de ordem central: «Por uma maioria representativa dos trabalhadores no Parlamento — por uma política ao serviço dos trabalhadores».

Em comum, a defesa de uma política externa virada para a criação de uma zona nórdica livre de armas nucleares, a condenação da política de submissão à NATO e à CEE.

No plano interno, a batalha é contra o desemprego, a degradação da situação económica e social.



Manifestação em Copenhague. A exigência de paz, em particular contra as armas nucleares, é uma constante

Internacional

França

A direita não passou

No confronto Mitterrand-Chirac, do passado domingo, segunda volta das eleições presidenciais em França, o voto maioritário em Mitterrand claramente assume o carácter de uma derrota da direita.

É uma expressão da recusa de uma maioria do eleitorado em dar à direita a margem de manobra por que o capital ambicionaria.

Isto apesar da desilusão imensa nascida do não cumprimento por Mitterrand das promessas de 81, quando multidões saíram às ruas, num transporte de entusiasmo, na convicção de que finalmente seria cortado o fio de políticas antipopulares. Apesar da capitalização de votos da crise e da desorientação, pelo fascista Le Pen. Apesar ainda de se tratar de uma eleição, hoje mais do que nunca deliberadamente esvaziada, em termos de campanha, dos problemas concretos e reais, das opções políticas e socioeconómicas.

Mitterrand alcançou os 54%, Chirac não ultrapassou os 46%.

Na primeira volta, os votos em Mitterrand e todos os candidatos à esquerda somaram 45,4%. Os votos de toda a direita (incluindo aqui a extrema-direita, Le Pen), subiram aos 50,8%, o que levou mesmo a que se ouvissem vozes no governo de Chirac proclamar a direita maioritária em França.

A segunda volta das presidenciais em França testemunha de um claro esforço de mobilização da esquerda, da consciência da necessidade de barrar caminho à direita.

Os factos indicam bem desse esforço e dessa consciência agudizada com os números da primeira volta.

Mitterrand — ou melhor dizendo, os votos dos que recusam os perigosos caminhos de uma direita com mãos livres pela força dos votos — ultrapassa em mais de 8 pontos a percentagem global obtida pela esquerda na primeira volta. A abstenção (que se pensa ter atingido em particular eleitorado de esquerda, nomeadamente eleitorado comunista) cai de 18,6% para 15,3%.

A clivagem de votos é mesmo maior que a de 81, em que Mitterrand obteve 51,8 contra os 48,2% de Giscard D'Estaing. Um facto que será de assinalar.

É mais provável que Mitterrand intente reduzir a uma «maioria presidencial», os votos que permitiram a sua eleição. Mas sem dúvida a verdade é bem outra. Se na primeira volta, o «voto útil» terá tido já grande peso, na segunda volta é uma evidência que os votos somados são-no antes do mais contra o perigo de uma maioria de direita. Naturalmente, os comunistas. Mas como os números também podem testemunhar, não só.

Perspectivas

Nos termos da lei francesa, a vitória de Mitterrand vai desde já acarretar um novo governo. O que não significa a alteração de uma política, pois no fundamental são coincidentes as opções e a prática política de Mitterrand e Chirac (que entretanto sai condenado neste escrutínio).

Com pequenas variações, também Mitterrand tem vindo a defender, na prática, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores franceses, práticas de «flexibilização» que representam o lesar de direitos adquiridos ao longo de anos de luta, do direito a uma jornada de trabalho fixa ao princípio de igualdade de salário para trabalho igual, à própria contratação colectiva — tudo isto é posto em causa.



«Não toquem na saúde! Não toquem no poder de compra!» — reivindicações renovadas cada 1.º de Maio. Neste ano de 88, um grandioso 1.º de Maio, de mobilização contra a direita

Algumas das múltiplas facetas da política antipopular que desde 1982 tem vindo a ser promovida, a que há que somar a sua outra faceta — a de uma política externa claramente contra o processo de desarmamento e o esforço de desarmamento em curso, e de que os recentes acontecimentos na Nova Caledónia são uma ilustração prática. «Um acto puramente colonial de política de canho-nheira», como foi definido, pelo dirigente comunista francês, Roland Leroy, perante as câmaras da TV.

Na reunião do Comité Central realizada pelos comunistas franceses após a primeira volta das presidenciais, em que foi definido o apelo ao voto em Mitterrand para impedir uma vitória da direita, sublinhe-se no relatório apresentado pelo secretário-geral do PCF, Marchais: «e nós temos o dever de dizer a verdade: a reeleição de François Mitterrand, se constitui nas presentes circunstâncias o único meio de impedir Chirac, Barre, Le Pen de se apoderar do poder, não trará a melhoria da vida das pessoas e do país. Pelo contrário. Vai ser bem necessário defender-se, conduzir

grandes lutas. Para se juntar contra a política do capital, para se unir por uma mudança, as forças populares vão poder contar com o Partido Comunista».

Continuação da luta

É portanto de luta a perspectiva que uma vez mais se abre aos trabalhadores franceses. Ou melhor dizendo — de continuação da luta. Pois como é assinalado pelas forças progressistas em França, a luta não parou ao longo de toda a campanha eleitoral.

Enquanto o candidato comunista, Lajoinie, era pura e simplesmente ignorado (a um mês do escrutínio uma sondagem indicava que 60% dos franceses nunca tinham ouvido ou visto Lajoinie na TV ou na rádio!), enquanto qualquer referência à vida real era cuidadosamente afastada da campanha, como de coisa alheia ou mesmo perniciosamente se tratasse, os trabalhadores lutavam, determinadamente, pelos seus direitos. E várias das propostas avançadas pelo PCF no seu último Congresso, eram assumidas como exigências, ou pelo menos como aspirações, por milhares de pessoas.

Esté é o caso, como é também referido no relatório apresentado ao CC do PCF, «do SMIC (salário mínimo nacional) a 6000 francos; dos 3000 francos como mínimo para os mais deserdados; da palavra de ordem «produzir francês»; de um novo crescimento (económico) para a justiça social e o pleno emprego; de um imposto sobre as grandes fortunas englobando vinte mil milhões de francos; da garantia de todas as liberdades sindicais; da redução — a que André Lajoinie associou o seu nome — de quarenta mil milhões do orçamento do sobreamento, nomeadamente em proveito da escola; do «zero armas nucleares até ao ano 2000»; da ruptura de todas as relações diplomáticas, comerciais, culturais, com o regime de apartheid».

Contra a política do capital, a perspectiva é, continua a ser, a luta. Reunindo numa mesma batalha, e com objectivos diversificados e confluentes, o mundo do trabalho de hoje.

No passado domingo, uma relativa mas muito importante vitória foi alcançada: a direita não passou.

Na Nova Caledónia, a opção do governo de Chirac foi a clássica dentro de uma política colonialista: a brutal força das armas.

Os factos falam claro. Dia 5, os 26 reféns franceses detidos por um comando da FLNKS (movimento de libertação dos kanakas, contra o colonialismo francês), foram libertados através de uma sangrenta operação militar, que levou ao massacre de 15 militantes independentistas. Note-se que as exigências apresentadas pela FLNKS para a libertação dos soldados aprisionados, eram tão-só: a retirada dos corpos policiais estacionados na ilha, a anulação das eleições regionais, e a nomeação de um mediador pelo primeiro-ministro e o Presidente da República, «para discutir um verdadeiro referendo». De assinalar que, ao contrário do que manifestamente se pretendia, Chirac não retirou quaisquer dividendos políticos da operação de violência colonialista.

«Sob as consignas de luta pela democracia, liberdade sindical e direito à greve, decorreu em cerca de 20 cidades espanholas a jornada do 1.º de Maio.

Em S. Sebastian, Santander, nas bacias mineiras das Astúrias, Mérida, Barcelona, Valência, Madrid, Sevilha, Málaga, Tarrasa e vários outros centros, realizaram-se manifestações massivas e deram-se violentos recontros entre milhares de manifestantes e as forças policiais. Entre os 300 detidos conta-se uma dezena de sacerdotes.

Apesar das ameaças de repressão, milhares de trabalhadores seguiram as palavras de ordem lançadas pelos comités operários constituídos por comunistas, católicos, socialistas e falangistas dissidentes.

Entre as tarjetas distribuídas convocando as manifestações do 1.º de Maio que circularam em Barcelona, havia uma assinada por 67 sacerdotes.

As manifestações do 1.º de Maio foram precedidas de um largo movimento de greves e lutas reivindicativas múltiplas, particularmente notáveis nos sectores mineiro, metalúrgico e estudantil.

Após a greve dos mineiros das Astúrias de 1 de Fevereiro passado, na qual participaram mais de 20 000 trabalhadores do subsolo, outras se lhe seguiram abrangendo milhares de trabalhadores de vários ramos industriais, bem como a juventude, designadamente a juventude universitária.

«O 1.º de Maio em Espanha» — «Avante!», VI Série, n.º 378, Maio 1967

«A grande greve de setenta mil mineiros das Astúrias há um mês que se mantém. A solidariedade activa de muitos outros trabalhadores elevou para cima de cem mil o número de grevistas. O movimento atingiu muitas outras províncias e chegou ao operariado agrícola. Madrid tornou-se um centro grevista. O governo fascista de Franco vê nitidamente à sua frente a vontade do povo levantada contra o seu regime. Em muitos países ergue-se a solidariedade à luta dos trabalhadores e do povo espanhol.

Os trabalhadores e o povo português, também em luta contra o regime de Salazar, saúdam vibrantemente a acção heróica dos seus irmãos espanhóis.

«Grandes greves em Espanha» — «Avante!», VI Série, n.º 317, 2.ª Quinzena Maio 1962

«A grande luta dos mineiros franceses teve eco em todo o mundo. Mais de 240 mil mineiros se lançaram arduamente na defesa dos seus interesses económicos sendo apoiados em França por muitos actos e greves de solidariedade de outras classes profissionais. Com a sua unidade, organização e combatividade, os mineiros franceses não vacilaram ante as graves ameaças governamentais, lutando com vigor contra a resistência obstinada dos seus exploradores e do governo que os representa, o actual governo de poder pessoal de De Gaulle.

Por isso maior foi a vitória, quando ao fim de 34 dias de greve foram conquistados 19% de aumento nos salários, férias de 4 semanas e outras melhores condições de trabalho.

«A grandiosa greve dos mineiros franceses» — «Avante!», VI Série, n.º 329, 1.ª Quinzena Maio de 1963.





CT dinamiza debate

Modernizar a CP: chavão propagandístico ou trabalho a sério?

Modernizar a CP é mais que necessário — os trabalhadores já por várias vezes alertaram para isso e os utentes sentem-no cada vez que necessitam de utilizar o comboio.

O Governo aprovou em Fevereiro o plano a médio prazo para a Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, designando-o pomposamente de Plano de Modernização da CP. Para a sua concretização, até 1994/95, são apontados volumes de investimento da ordem dos 225 milhões de contos.

Mas será este Plano a resposta que exigem os problemas dos caminhos-de-ferro?

Partindo do princípio que «não é lícito perder nenhuma oportunidade de melhorar o caminho-de-ferro» nem é aceitável deixar os ferroviários à margem de questão tão importante, a Comissão de Trabalhadores da CP decidiu dinamizar um debate «franco e alargado», com o objectivo de recolher de todos os interessados contribuições para a definição das múltiplas medidas integradas de que a empresa necessita.

No sábado, dia 7, realizou-se em Lisboa uma primeira iniciativa, mas a discussão vai prosseguir por todo o país e, em breve, a CT promoverá outro debate nacional.

Aqui deixamos algumas das principais dúvidas e questões levantadas pelos representantes dos trabalhadores ferroviários, que justificam a sua preocupação lembrando que «os conselhos de gerência mudam, e bem depressa, ao passo que nós ficamos cá para resolver os problemas que eles sucessivamente adiam».

Modernizar a CP é, certamente, um bom chavão propagandístico; mas tem que ser mais: um trabalho levado a sério, tendo em conta as opiniões dos trabalhadores, das autarquias e dos utentes. ■

Modernizar a CP

CT dinamiza debate

O chamado plano de modernização e reconversão ferroviária até 1994/95 não é, pela análise da CT, sequer um plano e muito menos de reconversão — afirma a comissão de trabalhadores da CP no documento que elaborou para a introdução ao debate

«Caminhos-de-ferro portugueses: modernizar — como?», efectuada no sábado, dia 7, num hotel de Lisboa. Fala-se, no Plano, num volume de investimentos de 225 milhões de contos. «Finalmente — comenta a CT — dizem-nos que há dinheiro». Mas, denuncia aquele órgão representativo dos trabalhadores da CP, assiste-se agora em alguns departamentos da empresa a um autêntico campeonato «para ver quem vai para o quadro de honra dos gastadores».

Entretanto, continuam por fazer estudos indispensáveis para um melhor conhecimento das necessidades e para uma melhor fundamentação dos investimentos. Na linha do que já define o anteprojecto de Lei de Bases dos transportes terrestres, fica a impressão de que para o Governo são mais importantes as indicações vindas da CEE.

Em termos de verbas desbloqueadas para a tarefa de reconversão do caminho-de-ferro, o Plano aprovado em Fevereiro (e publicado no «DR» de 19/2/88) nada altera relativamente aos anteriores — considera a CT num artigo inserido em Abril no seu boletim, «À tabela», — pois «os números são mais altos, mas o período da sua vigência também passou de 1992 para 1994».

Já a «filosofia da renovação da via» é, segundo a CT, completamente diferente: esta versão do Pla-

no «afasta definitivamente o fecho do ciclo da renovação e concentra os investimentos nos chamados eixos fundamentais e alguma coisa nos chamados complementares».

Nem plano nem reconversão

A comissão de trabalhadores da CP considera que «o chamado plano de modernização e reconversão

procurando as soluções mais correctas

ferroviária até 1994/95 não é sequer um plano, e muito menos de reconversão».

Considerando-o «tão-só um somatório de medidas avulsas há muito listadas e consensuais em vários aspectos», a CT interroga-se sobre os resultados concretos da sua aplicação, uma vez que «continua por elaborar um plano nacional de transportes» e «nada está estudado em termos de inserir o caminho de ferro nos planos de desenvolvimento regional (que, aliás, estão por fazer)».

Além disso, acrescenta a CT no seu documento preparatório do debate, falta na elaboração do plano governamental uma «análise interventiva» da situação na CP: «mede-se o que temos e projecta-se em

termos de futuro, mas recusa-se o estudo das alterações que resultariam da intervenção sobre certas realidades».

Entretanto, «continua praticamente esquecida» a perspectiva de acções integradas.

A comissão de trabalhadores interroga a propósito: «Por exemplo, para a linha do Sul tem sentido dizer que a questão da sinalização eléctrica além do anel do Poceirão é assunto a colocar a partir de 1994/95? Todas as estações vão continuar a ser passadas a 80 km/h?».

O Governo prevê que a Linha do Norte seja passada a 140 km/h em 1990 e a 160 km/h em 1994/95. Mas «como se entende isto, se a homogeneização de velocidades pa-

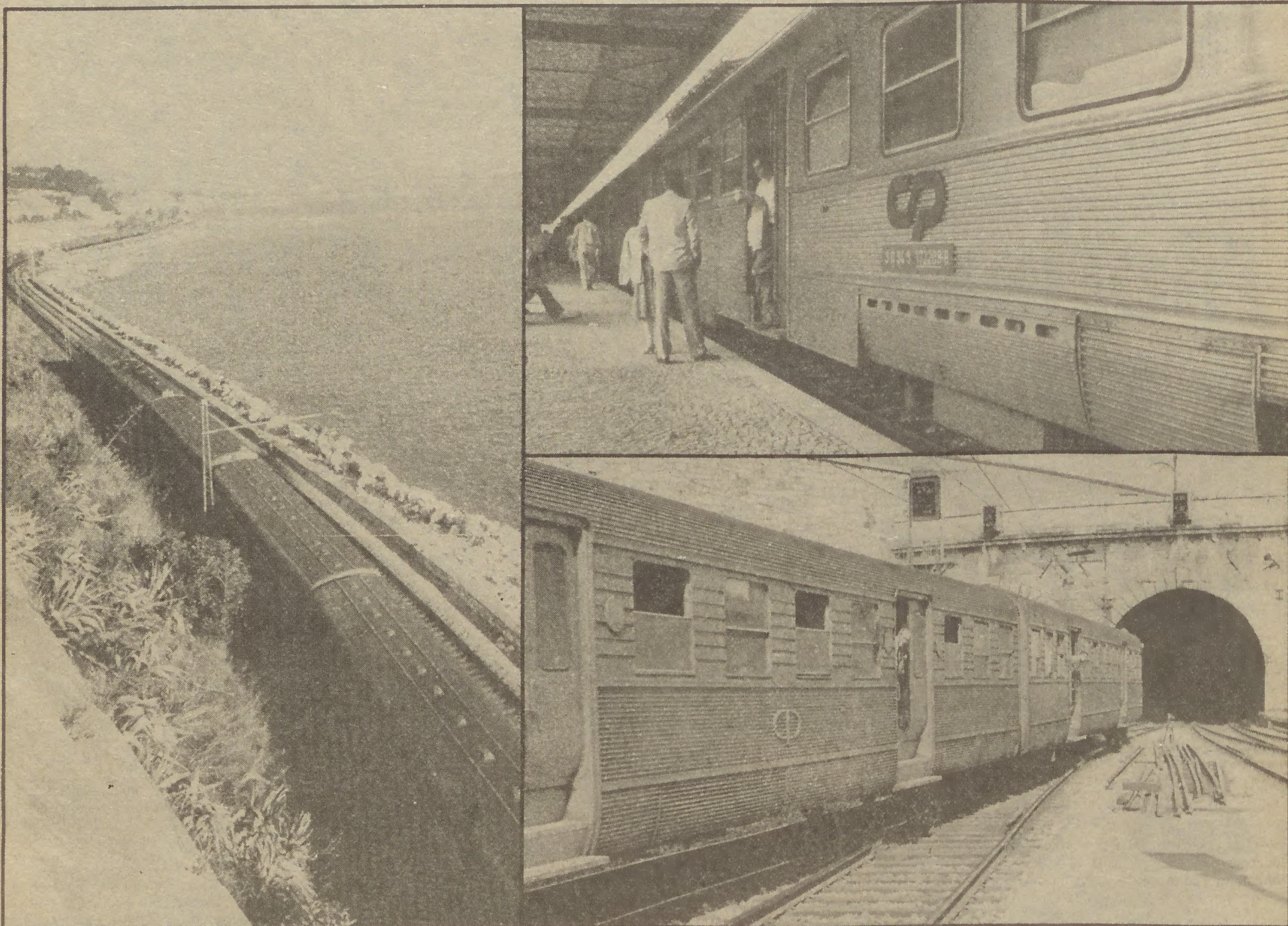
rou e nada está previsto para a retomar? E como se compatibilizam os 140 km/h em 1990 com o enorme volume de trabalhos que é necessário realizar na infra-estrutura».

Investir ou esbanjar?

A comissão de trabalhadores da CP manifesta ainda outras preocupações, tanto em relação à limitação da capacidade do tráfego que o aumento da velocidade irá provocar, principalmente nas zonas de transvia, como no tocante à afirmação do presidente do CG de que preparou a empresa, em 1986 e 1987, para os investimentos agora apontados. «Esta seria a parte risível deste assunto — comenta a CT —, se não fosse a gravidade que tem».

«Só para avivar memórias», a comissão de trabalhadores recorda que, apenas no respeitante às instalações fixas (que absorvem 80% dos capitais), a capacidade de materializar investimentos, já de si baixos, foi de 90% em 1985, 86% em 1986 e 73,5% em 1987.

A CT duvida da possibilidade real de aplicar os investimentos, considerando que foi desmantelada uma



A comissão de trabalhadores da CP manifesta sérias dúvidas de que tenham sido devidamente equacionados todos os problemas que se ligam com uma verdadeira modernização dos caminhos-de-ferro e afirma que, «a ser assim, ou os investimentos previstos não terão concretização (como já se verificou com tantos planos anteriores) ou, caso se verifiquem, não representarão uma real modernização da empresa, mas tão-só a insuflação de algum oxigénio a uma estrutura agonizante, há muito em situação de ruptura»

boa parte da estrutura que preparava e materializava projectos de investimentos na CP (o DIF), em benefício dos Nós e da Ferbritas, sem qualquer reestruturação no restante e com investimentos que são quase o dobro dos do ano anterior.

Depois de muitos anos em que sucessivos governos e conselhos de gerência foram deixando degradar os caminhos-de-ferro, «finalmente dizem-nos que há dinheiro», constata a comissão de trabalhadores, acrescentando:

«Curioso é até o autêntico campeonato a que assistimos nalguns órgãos da empresa para ver quem vai para o quadro de honra dos gastadores! Curioso se não fosse dramático! Já nem se trata de saber o que é necessário em termos de intervenção integrada das várias especialidades. O importante é gastar.»

Para a CT, que reafirma o seu papel «não apenas de controlo da gestão, mas também de incentivo ao investimento», investir é tão indispensável quanto esbanjar é condenável.

Modernizar encerrando ou avançar ... para trás

Os investimentos previstos no Plano do Governo são, na sua maioria, investimentos de manutenção e não de expansão e têm como pano de fundo o abandono de cerca



Não é a propaganda da modernização da CP que vai resolver problemas como o dos passageiros da linha de Vila Franca - Azambuja, que se viram já forçados a interromper a circulação (na foto, em Braço de Prata, Dezembro de 1987). A CT dos Caminhos de Ferro Portugueses, EP, intertrôa justamente se «tem sentido aprovar planos com a dimensão deste que aí temos sem promover um amplo debate ou, no mínimo, uma generalizada troca de impressões

de 30% da rede nacional. Mas não foi ainda feito o estudo prometido pelo conselho de gerência, logo que tomou posse, para saber se a baixa rentabilidade dessas linhas se deve à falta de potenciais utentes ou ao facto de estarem degradadas e a oferta de serviços não se ajustar à procura.

Devem ser feitas quanto antes as análises necessárias, «sem preconceitos nem posições pré-definidas de qualquer das partes» — exige a CT. — «O que então se provar que é inviável poderá vir a ser fechado, desde que os justos direitos e aspirações das populações sejam acautelados».

Afirmando que «a marginalização de toda a empresa na elaboração do seu próprio plano de reconversão, remetendo os ferroviários à condição de sujeitos passivos de

uma realidade que urge modificar, só poderá conduzir ao desbaratamento das verbas e à manutenção da actual situação», a comissão de trabalhadores da CP declara que «naturalmente, não está estaticamente apegada a uma estrutura centenária, mas também não pode aceitar que, em nome de uma duvidosa modernidade, se amputem serviços que têm ainda um insubstituível papel social e se remeta para um futuro longínquo a concretização de importantes projectos de novas linhas e ramais».

O debate do passado sábado foi, para a comissão de trabalhadores da CP, «mais uma etapa dum diálogo que queremos cada vez mais estreito entre a CT, os quadros técnicos e demais trabalhadores da empresa». A discussão vai prosseguir nas várias regiões, culminando de-

pois com um novo debate nacional.

Os trabalhadores da CP não esquecem — como afirma a CT — que «os conselhos de gerência mudam, e bem depressa, ao passo que nós ficamos cá para resolver os problemas que eles sucessivamente adiam».

Dinamizando a discussão em torno da necessária reconversão e modernização da CP, a comissão de trabalhadores dá um contributo significativo para que sejam encontradas as soluções mais correctas do ponto de vista técnico, financeiro e social. ■

Os investimentos de 1970 a 1985

Investimentos efectuados pela CP (Despesa) no período 70/85

unidade: milhões de escudos
Preços constantes
fonte: CP

Anos	Infra-estruturas	Material Circulante	TOTAL
1970	519	228	747
1971	729	180	909
1972	929	208	1137
1973	994	129	1123
1974	978	224	1202
1975	953	406	1359
1976	721	208	929
1977	526	327	853
1978	375	414	789
1979	209	442	651
1980	182	126	308
1981	228	135	363
1982	342	177	519
1983	294	101	395
1984	204	102	306
1985	233	141	374

A falta de investimentos no Caminho de Ferro é responsável pelo estado de grande degradação a que se chegou.

Numa comparação do investimento na CP a preços constantes, verificamos, a partir de 1970, uma evolução crescente até 1975, ano em que se atingiu o valor máximo, e uma acentuada quebra nos anos seguintes, com excepção do período 81/82 (electrificação do Ramal de Alfaias).

Em 1985, o nível de investimento era inferior a 1/3 do verificado em 1975 a preços constantes! De facto, no que respeita a infra-estruturas, nos anos de 74 e 76 investiu-se um total de 2652 milhares de contos, valor ainda superior ao verificado nos nove anos seguintes (2593 milhares). Este decréscimo deve-se principalmente, às limitações de carácter financeiro e à diminuição acentuada da despesa com a renovação da via que em 1983 representava apenas 17% da verificada em 1975.

Relativamente ao material circulante, a situação não é muito diferente, com excepção dos anos de 78/79 devido à aquisição de vagões e de material circulante para a linha de Cascais.

Entre 1980 e 1985 o nível de investimento foi sempre inferior ao da década de 70 e entre 74 e 76 investiu-se mais (838 milhares de contos) do que nos seis primeiros anos da década de 80 (778 milhares). ■

(«A tabela», boletim da CT da CP, n.º 8, Abril de 1988)



PCP debate transporte aéreo

A célula do PCP na TAP decidiu promover uma série de debates sobre o transporte aéreo. Num momento em que o Governo faz do sector empresarial do Estado um dos seus alvos preferenciais, os comunistas da transportadora aérea nacional lançam esta iniciativa com o objectivo de promover um amplo

debate e um melhor esclarecimento sobre a matéria.

No dia 4 de Maio realizou-se, em Lisboa, o primeiro destes debates, que teve por tema «TAP — empresa pública ou privada?». Das intervenções aí feitas, quer de militantes do Partido, quer de outros participantes na discussão, ficou claro que

é a continuação da TAP como empresa pública que melhor serve os interesses dos trabalhadores e do País.

Os debates vão continuar. Os camaradas da célula da TAP pretendem depois incluir numa brochura as principais intervenções e as conclusões.

■ José Paulo Oliveira

MADEIRA ano de eleições regionais Em torno

das realidades escondidas

Não são apenas as belas flores, o vinho generoso, as piscinas convidativas, os hotéis e os turistas de máquina fotográfica em punho que constituem a realidade madeirense. Uma semana na Região Autónoma pode mostrar uma outra face — bem diferente! — ao observador mais atento...

Encarado como única mola real de todo o desenvolvimento, sem estímulo às actividades económicas produtivas, o turismo é, sem dúvida, uma componente essencial da vida madeirense mas nem de longe nem de perto sintetiza uma realidade.

Para lá do bilhete postal, do bailinho, da festa da flor ou dos cortejos de Carnaval e do fim-de-ano, a Região Autónoma da Madeira assiste a um agravamento generalizado da situação: no plano financeiro, económico, social e cultural.

Fala-se das ajudas da CEE mas o Governo Regional não possui a parte necessária para o avanço dos projectos. Fala-se da Zona Franca, como salvadora milagrosa, mas assiste-se à penetração dominante dos capitais da África do Sul. Fala-se das maravilhas da política de Jardim, mas muitos madeirenses continuam a «viver» em abrigos pré-históricos conhecidos como *urnas*. Enaltecem-se os avanços conseguidos (com inaugurações sucessivas das mesmas coisas, nem que seja um humilde fontanário), mas permanece a situação de atraso dos agricultores e das gentes afastadas do Funchal. Propagandeia-se a hospitalidade oficial e a democracia, mas a comunicação social continua apertada por mão-de-ferro, ao mesmo tempo que as forças da oposição, e particularmente o PCP, se vêem sem direitos.

Uma semana na Região Autónoma tanto pode ser turística como pode dar para ver tudo isto e algo mais (como por exemplo, o abandono a que o Porto Santo continua votado).

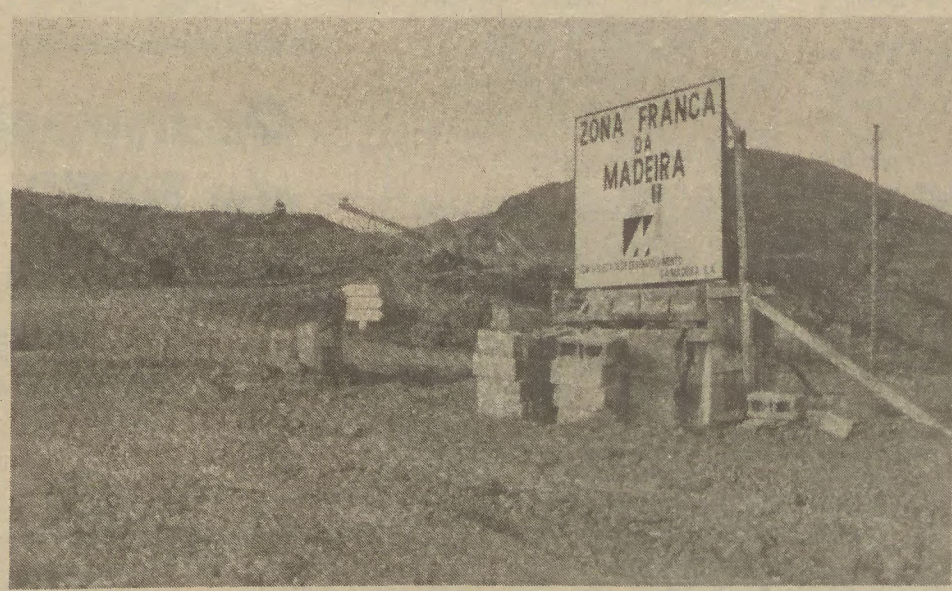
E se um dia destes também os turistas começarem a ver estas coisas? ■

Investimentos produtivos é coisa que não entra na cabeça do Governo Regional da Madeira. Propagandear a Zona Franca do Canical, como se aqui residisse «a cura de todos os males», controlar a Comunicação Social,

organizar os cortejos de Carnaval, as festas da Flor e do Fim de Ano, lançar umas «bocas» políticas mais ou menos polémicas através do seu presidente, numa das deslocações a Lisboa, parecem assumir-se como as preocu-

pações do Governo PSD da Madeira. Para segundo plano, ficam «pormenores» como o desemprego (11 100 pessoas no 3.º trimestre de 1987), a inflação (593% nos últimos 10 anos), a fraca captura de pesca (índices inferiores aos

de 1974/75), as decrescentes remessas dos emigrantes (a partir de 1985 baixaram para metade), as quebras de produção e comercialização nas áreas da pecuária, fruticultura e silvicultura (até a exportação de flores estagnou), as restrições na exportação de bordados e vimes para países que não pertencem à CEE (caso dos EUA), e, para não ir mais longe, o acentuado défice da Balança Comercial que em 1980 era já de 9 milhões e 500 mil contos e que em 1986 alcançou os 30 milhões e 280 mil contos, com a taxa de cobertura de apenas 27,2 por cento. A dívida da Região já ultrapassou os 70 milhões de contos e para evitar a falência absoluta o Governo de Alberto João Jardim teve que assinar em 85 um Protocolo Financeiro com o Governo da República no qual se decretam progressivos cortes nas despesas — em 1992, os investimentos serão reduzidos a metade... (na foto, os terrenos da Zona Franca)



Para vos falar do Porto Santo, a ilha das belas praias a 15 minutos de voo do Funchal, começamos pela história da sua (única) padaria.

O estabelecimento pertence a um dos homens influentes da ilha. O pão é pouco e geralmente de má qualidade. Quem quisesse protestar deveria recorrer ao fiscal das actividades económicas... Até aqui tudo bem... Só que o fiscal é o mesmo personagem, que, por «acaso», tem responsabilidades autárquicas e é empregado nos Correios. No Porto Santo (4347 habitantes, segundo o censo «mais actualizado», como nos dizem na Junta de Freguesia) impera uma verdadeira organização de padinhos do PSD. Em torno de homens como João Albino, José Lino e Jorge de Freitas (este o delegado do Governo Regional), tudo o que se passa é controlado de perto. Postos de trabalho? Só para alguns. Assistência médica? O melhor é voar para o Funchal. Investimentos? Conhecem-se os da NATO, que, como foi alertado na recente Assembleia da Organização Regional do PCP (17 de Abril), «podem vir a constituir no futuro um gravíssimo per-

go para a sobrevivência da própria ilha, já que existem planos para lá se instalarem armamentos nucleares norte-americanos». Entretanto, as dificuldades impostas aos porto-santenses continuam, como o problema da água: a que é dessalinizada (foto) é pouca e não tem as qualidades mínimas (o seu sabor e as terríveis consequências que deixa nas canalizações são provas evidentes), não se avança na prospecção de água, represas para «segu-

rar» a água das chuvas é coisa que fica pelas intenções eleitoralistas, a florestação da ilha processa-se muito lentamente. «O resultado», referem os comunistas madeirenses, «é que tudo o que se consome na ilha vem da Madeira ou do continente, a preços incríveis. Muitas vezes nem se encontra à venda a semilha (batata), as cebolas e o pão».

Coutada de caça para alguns (não será por acaso que a época abre no Porto Santo

quinze dias antes da Madeira), estância de férias sem divulgação tanto nas agências turísticas do Funchal como nas estruturas oficiais, o Porto Santo é um exemplo de «dupla insularidade», como nos dizia um taxista entristecido por tanto abandono. Sem papas na língua, a organização do PCP na Região Autónoma da Madeira vai alertando para os problemas da pequena ilha e da tribuna da recente Assembleia houve uma voz que salientou:

«A política económica do PSD em Porto Santo caracteriza-se pelo corte dos subsídios que favoreciam o desenvolvimento da agropecuária, fazendo assim crescer os lucros dos especuladores e grossistas importadores de carne; caracteriza-se por ter deixado arder todas as barcas de transporte de ilha, condenando dezenas de trabalhadores ao desemprego; caracteriza-se pela reduzida dinâmica no sector turístico, onde a estagnação impera há muitos anos.

«A política social caracteriza-se pela deficiência das redes de transportes internos

e para a Madeira, (na foto a chegada do «Pirata Azul») pela incorrecta cobertura escolar, pela falta de estruturas



de saúde e de apoio à fixação de professores e de outros trabalhadores especializados, pela inexistência de apoio aos

estudantes porto-santenses para frequentarem o ensino superior no Funchal ou no continente.»



Barracas, habitações profundamente degradadas e as «urnas» (cavernas abertas na rocha, autênticos abrigos pré-históricos) persistem como realidades dramáticas da situação social na Região Autónoma da Madeira, perante o silêncio cúmplice e o complexo de culpa do Governo de Alberto João Jardim, das autarquias, e da Comuni-

cação Social. Verdade escondida e envergonhada, o problema das urnas, que o deputado comunista na Assembleia Regional tem denunciado firmemente, faz parte duma paisagem que não chega aos olhos do turista (e por vezes nem do madeirense anónimo menos atento à realidade), mas que continua a

marcar o quotidiano de muitas famílias (incluindo crianças), como observámos recentemente na freguesia de São Gonçalo, a dois passos do Funchal; no sítio das Tabaias, na freguesia de Santa Luzia; e no sítio da Mão de Deus, Caniço, concelho de Santa Cruz. Julieta Rodrigues (na foto: junto ao fogão), uma madeirense de 48 anos,

«vive» com um filho numa das urnas de São Gonçalo. Requerimentos e visitas de assistentes sociais ainda não resolveram o seu problema, nem o do casal com dois filhos que ocupa uma outra urna ali mesmo ao lado da sua. «Quando há acidentes, as autoridades evacuam as pessoas desse local e abafa-se a

notícia», dizem-nos. Para se ter uma ideia das graves carencias da Madeira em matéria de habitação, registre-se que num recente concurso no concelho do Funchal para atribuição de 100 fogos económicos, os serviços da Direcção Regional de Habitação receberam qualquer coisa como 6000 inscrições!...

Os agricultores madeirenses (20 por cento da população) terão em 1992 graves dificuldades. Nessa altura a CEE ditará plenamente as suas leis do mercado e da produção provocando a ruína de muitas famílias. Esta é a sombria perspectiva que se desenha desde já para a vinha e para a banana. Única cultura que tem crescido (muitas vezes em terrenos impróprios, o que causa, naturalmente, problemas de qualidade), correspondendo a 1/4 do total das produções do arquipélago, a banana conhecerá proximamente uma situação muito difícil, tanto mais que os produtores madeirenses não poderão concorrer com os melhores preços oferecidos pelos países da Convenção de Lomé. E já que se fala da banana madeirense, é de recordar que os preços pagos ao produtor já caíram de 100\$00 o quilo em 1983 para 70\$00 em 1987. Como será em 1992, ano da «plena adesão»? (nas fotos, o mercado do Funchal numa bela manhã de Abril).



ÁFRICA DO SUL

Um silêncio de morte

sobre os «seis de Sharpeville»

Presos ao acaso em 1984, condenados à morte em 1985, os «seis de Sharpeville» foram salvos da forca em 17 de Março passado, apenas um dia antes da data aprazada pelas autoridades racistas para a sua execução.

Não se tratou de uma revogação da sentença, mas apenas de um adiamento. Um adiamento de um mês, vencido em 18 de Abril último. De então para cá, o silêncio, a ausência total de notícias.

Que aconteceu aos «seis de Sharpeville»?

Esta uma pergunta que importa fazer e para a qual urge encontrar uma resposta.

Pode-se especular que a ausência de qualquer informação sobre este assunto significa que as autoridades racistas de Pretória não se atreveram — ainda — a executar a sentença que pesa sobre os seis jovens patriotas sul-africanos, dada a intensa campanha de solidariedade internacional que em torno deles se gerou. No entanto, isso não deve levar a que o problema seja esquecido, uma vez que só beneficiaria os desígnios de Pretória.

Recorde-se que o presidente Botha recusou até ao momento todos os apelos feitos pela ONU, pelo movimento internacional anti-apartheid, pelo Parlamento Europeu, pelos mais diversos países e organizações de massas, no sentido de comutar a pena de morte aplicada aos «seis de Sharpeville».

E contudo não subsistem dúvidas de que as condenações à morte pronunciadas contra Mojalefa Reginald Sefatsa, Oupa Moses Diniso, Duma Joshua Khumalo, Francis Don Mokhesi, Reid Malebo Mokoea e Theresa Ramashomola se ba-

multidão em fúria. Entre os manifestantes encontravam-se os «seis de Sharpeville», presos posteriormente pela polícia com centenas de outros.

Os «seis» foram a tribunal apenas um ano depois. Durante as semanas e meses de tumulto que agitarão então a África do Sul, a polícia e as forças armadas mataram, só naquela região ao sul de Joanesburgo, mais de 150 habitantes dos ghettos. Nenhum destes assassinos foi levado a prestar contas dos seus actos.

Nem tão pouco os carrascos que na prisão torturaram barbaramente os presos de Sharpeville.

Apesar do médico do distrito Van der Westhuizen ter afirmado, em relação aos presos, que todos apresentavam marcas de tortura — o juiz que os julgou não considerou necessário ter o facto em consideração. As «confissões» e «testemunhos» arrancados nos interrogatórios bastaram-lhe para pronunciar, em 13 de Dezembro de 1985, as condenações à morte.



A coberto da «legalidade» do apartheid, a minoria branca treina-se para brutalizar e até assassinar, impunemente, a maioria negra



No Soweto como em Sharpeville, tal como em qualquer outro ghetto sul-africano, a maioria negra está em luta pela liquidação do apartheid e necessita de todo o apoio da comunidade internacional

seiam num simulacro de processo que dura desde 1985.

Tudo começou em Setembro de 1984, durante as manifestações de protesto realizadas em quase todos os ghettos do triângulo do Vaal, contra os exorbitantes aumentos das rendas de casa. Os aumentos tinham então começado a ser aplicados pelas autoridades locais designadas por Pretória.

Em Sharpeville, Khuzwayo Dlamini, uma espécie de presidente adjunto da comunidade, respondeu com disparos de pistola às reivindicações dos manifestantes, que exigiam a sua demissão e a aplicação de rendas de casa justas.

Dlamini viria a ser linchado pela

Embora o tribunal tenha reconhecido que em nenhum dos casos ficou provado o envolvimento directo dos seis acusados na morte de Dlamini, o recurso da sentença foi recusado.

Os seis eram condenados à morte pelo simples facto de naquele dia se encontrarem naquele local. Eram condenados a morrer na forca como um «exemplo».

Foi apenas em 17 de Março deste ano, véspera da data da execução, que os advogados dos seis conseguiram um adiamento da aplicação da sentença entregando no Supremo Tribunal uma declaração da principal testemunha de acusação, Joseph Manete, afirmando que

o seu depoimento no processo tinha sido extorquido pela polícia sob tortura e não era verdadeiro.

O caso dos «seis de Sharpeville» está longe de ser um caso isolado. Numerosos testemunhos das mais diversas organizações de direitos humanos e anti-apartheid têm demonstrado nos últimos anos como a «justiça independente da África do Sul» não passa de um mito e desmascarado juizes e magistrados como «assassinos de toga», como lhes chamou o órgão do Congresso Nacional Africano, «Sechaba».

Enquanto os polícias e os fazendeiros brancos continuam a ser, quando são, condenados a penas insignificantes por brutalizar ou as-



Morrer às mãos dos racistas, seja em que idade for, tornou-se um acontecimento banal na África do Sul

sassinar negros, os patriotas sul-africanos continuam a ser «legalmente» mortos por se oporem ao apartheid. Só no ano passado foram executados na África do Sul 164 pessoas, o que constitui um trágico recorde. E pelo menos 267 aguardam nas celas da morte a execução da pena a que foram condenadas.

Ao abrigo do estado de emergência que vigora no país há mais de dois anos, o terrorismo de Estado reforçou-se na África do Sul com a conivência das forças policiais, militares e judiciais. Assim, desde 1986 foram mortos mais de 2 000 habitantes dos ghettos e presas arbitrariamente mais de 25 000 pessoas, das quais cerca de 40 por cento crianças e adolescentes com menos de 18 anos.

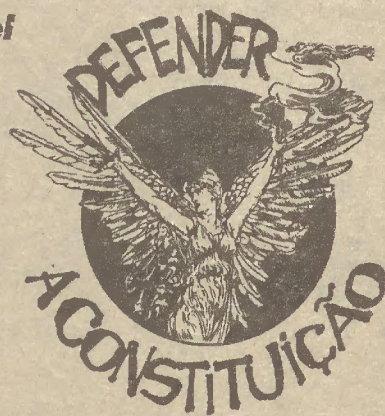
Ao abrigo da «justiça» racista, as forças de segurança sul-africanas dispõem de carta branca para torturar os presos políticos até à morte, impunemente. Segundo informações

do Comité de apoio aos familiares de presos, mais de 100 militantes anti-apartheid foram mortos dessa forma nos últimos anos. E inquéritos levados a cabo por organizações de defesa dos direitos cívicos revelaram que nos anos oitenta três em cada quatro presos foram torturados.

Perante uma situação como esta, compreende-se como é importante saber o que se passa com os «seis de Sharpeville». E sobretudo como é indispensável continuar a pressionar, a nível internacional, o regime de Pretória para evitar a morte de mais inocentes.

Porque salvar os «seis de Sharpeville» é contribuir para salvar igualmente todos os restantes, é ajudar a luta do povo sul-africano pela liquidação do apartheid. Uma responsabilidade de que a comunidade internacional não deve nem pode dissociar-se. ■

■ José Manuel Mendes



A revisão constitucional e os direitos liberdades e garantias

É geralmente proclamado o carácter progressista da Constituição Portuguesa e, dentro dela, do corpo normativo referente aos direitos, liberdades e garantias. Mesmo não faltando, noutras latitudes, Leis Fundamentais que, neste domínio, se não apoucam no confronto com a nossa, importa sublinhar que o legislador de 76 acolheu, sem tibiezas, a riqueza dos valores democráticos nascidos com o 25 de Abril. O conteúdo dos preceitos relativos ao Título II da Parte I da CRP, bem como o que surge plasmado no Título III, não se limitam a receber o legado histórico-cultural libertador, afeiçoando-se às exigências do último quartel do século XX; incorpora uma vasta plêiade de novos direitos (económicos, sociais, culturais), inclusive os designados como pertencendo à **terceira geração** (por ex., os das áreas do património, da ecologia, das tecnologias). Não se consagram apenas os direitos de liberdade e de abstenção estadual, mas também os que pressupõem acções ou prestações do Estado e os que recaem nas relações correntes entre os cidadãos. Aos órgãos de governo público incumbe positivar e garantir as condições de exercício dos comandos em apreço. Estamos hoje distantes das concepções liberais, negativas, que (quase) se bastavam com a simples enunciação retórica: o direito à vida — refira-se, ilustrativamente — não se encontra acantonado nas muralhas do direito a não ser morto; ele reclama condições elementares de vivência, entre as quais se não poderá deixar de contar o acesso ao emprego, à saúde, à escola, à habitação, à criação e fruição da cultura, a um ambiente sadio, ou, numa visão estrita, a um mínimo de sobrevivência (que o Estado, naturalmente, haverá de assegurar).

A esta luz se deverão ler, na esfera concreta de que nos ocupamos, os Projectos de Lei de Revisão Constitucional apresentados pelas diferentes forças políticas na Assembleia da República. Pareceria, numa análise não sistemática e integrada, que o PSD e o CDS — principais opositores ao regime democrático saído da Revolução de 74 — não poriam em causa, de forma pulverizante, os direitos, as liberdades e as garantias dos portugueses.

Será assim? Para lá das más propostas avançadas no exíguo terreno jurídico a que nos reportamos, enfraquecem drasticamente as obrigações do Estado, esvaziam de conteúdo o estabelecido constitucional pertinente às mais elementares prerrogativas de todos e de cada um. Vejamos: que vale, na prática, a um desempregado, a faculdade — que lhe está reservada — de associar-se sindicalmente, de integrar uma Comissão de Trabalhadores, para já não aludir ao nevrálgico direito ao trabalho? E é ou não facto que a acção do Governo de Cavaco Silva, em consonância com as opções de toda a direita, gera contingentes acrescidos de desemprego, quer mediante legislação ordinária, quer através de intentadas (e, em boa medida, logradas) desnacionalizações de importantes sectores, mesmo os estratégicos, só possíveis após a queda do artigo 83 da Constituição? Quem negará, afora de uma seráfica leitura jurídicista, que as privatizações conduzem à precarização dos vínculos laborais, ao agravamento das injustiças, aos despedimentos selvagens — quaisquer que sejam os disfarces de que as leis os recubram —, ao desviamento das injunções que impendem sobre o Estado democrático, logo à gradativa preclusão de garantias como as do artigo 53 (segurança no emprego), 59 (direito ao trabalho), 74 (direito ao ensino), entre muitas?

Dir-se-á que revela do exposto uma óptica de acerada desconfiança na força do jurídico e uma indevida extrapolação de conclusões, numa linha marcadamente ideológico-política. O que, sem dúvida importa é não proceder a uma avaliação errada, por ingénua e não globalizadora, das implicações reais de uma completa inversão dos rumos da Constituição, onde quer que se achem. E isto, naturalmente, sem prejuízo da consideração pontual, informada, técnica e rigorosa, dos artigos cuja alteração surge ensejada.

Quais os traços centrais, então, dos projectos do PSD e do CDS no que se concerne aos direitos, liberdades e garantias?

O PSD debilita a protecção dos direitos fundamentais não expressamente previstos na CRP (ainda que constantes das leis), inserindo a propriedade privada entre os que, pelo contrário, vêm o seu estatuto robustecido; amplia as situações que dão lugar a prisão preventiva; atribui às polícias o poder de expulsar e extraditar estrangeiros, em determinados enquadramentos; desprotege os cidadãos face ao uso indêbito de meios informáticos, podendo os dados sobre convicções políticas, religiosas e sindicais, bem como os relacionados com a vida privada, ser tratados, sem cautelas nem fiscalização eficaz, pelos serviços de informações e pelas polícias; elimina as Comissões Coordenadoras das Comissões de Trabalhadores, restringindo a participação destas na elaboração da legislação laboral, eliminando a representação dos trabalhadores na gestão das empresas públicas, ao mesmo tempo que lhes suprime o direito à livre fixação do âmbito da greve (que passaria a ser limitada pela lei e pelos tribunais); admite despedimentos por motivos ideológicos de pessoas ao serviço de entidades confessionais sindicais ou partidárias; propõe a abolição da designação «trabalhadores da Função Pública», reforçando a sua sujeição ao interesse público (no entendimento, claro, que lhe seja dado, caso a caso, pelo Governo e pelas chefias).

O CDS, por seu turno, partilhando, com maior ou menor facúndia, os objectivos do PSD, cria cláusulas contra o divórcio, intenta a proibição do aborto, constringe o direito de resis-

tência, prescreve livres restrições ao direito à greve, acaba com o controlo de gestão, erradica todo o sistema de protecção reforçada dos direitos fundamentais. Um e outro incentivam, entretanto, a proliferação de entes privados de segurança social, até com fins lucrativos, ao invés do imperativo actual do sistema unificado, fulminam o Serviço Nacional de Saúde, anemizam garantias do direito à habitação.

Não é pouco, como se vê. A aposta na destruição do texto constitucional, vinda de longe, atinge agora a sua expressão plena. É indispensável que o PS contribua, de maneira inequívoca, para fazer frustrar o plano subversivo que anima o cavaquismo. O que deve retirar-se do projecto de lei dos socialistas é, em geral, no que aos direitos, liberdades e garantias se liga, positivo, pese embora uma ou outra fragilidade; o abrir mão do conteúdo perceptivo da **Organização Económica** (nomeadamente favorecendo o surto privatizador, a descaracterização do papel do Plano e da Reforma Agrária, em conexão com as modificações concebidas relativamente ao artigo 290 e à garantia da Constituição), a disponibilidade indiciada para cedências em feixes normativos não despididos, a troca dos mecanismos das tão faladas paraconstitucionais, podem não ser bom augúrio e reclamam um acrescido esforço de intelecção do que, efectivamente, se joga, apelando a entendimentos responsáveis entre as forças democráticas e do progresso social.

Partindo do pressuposto de que a CRP não esgotou ainda as suas imensas virtualidades, sem apego fixista a formulações e num espírito de melhoria do que, sendo bom, não rejeita enriquecimentos, o PCP propõe, nomeadamente: novos meios de defesa em processo penal, e, em geral, dos cidadãos contra a violação dos seus direitos; o reforço dos poderes do Provedor de Justiça; garantias contra a prisão preventiva ilegal; o aprofundamento dos direitos dos reclusos e da sua reinserção social; a instituição da administração aberta; a desburocratização da justiça e o robustecimento de acesso ao direito, bem como da eficácia das petições dos cidadãos; a subordinação das polícias aos magistrados; a protecção contra os usos indevidos da informática; o acatamento face aos riscos de suspensão arbitrária de direitos durante o estado de sítio; a defesa da Língua Portuguesa. No que mais se prende com os direitos dos trabalhadores: limita os despedimentos

colectivos; veda a imposição de trabalho desigual, em função da natureza e da duração do vínculo laboral; advoga o livre exercício dos direitos fundamentais na empresa, novas regras de garantia do salário mínimo, um modelo adequado de prevenção e protecção dos salários em atraso, a redução progressiva da jornada de trabalho, a participação dos trabalhadores nas estruturas da administração pública, bem como o revigoramento da Inspeção de Trabalho e justiça laboral, o fortalecer dos direitos das comissões de trabalhadores e das associações sindicais. O PCP preconiza ainda a actualização periódica, segundo critérios objectivos, das pensões e reformas mínimas, a intervenção dos trabalhadores na gestão da Segurança Social, a consagração dos direitos básicos dos inquilinos, a propulsão das potencialidades — juguladas pelas administrações de direita — do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito.

Numa moldura de defesa da Constituição se perfilam também os projectos de lei de outros partidos, associações e deputados, designadamente os de «Os Verdes» e da «Intervenção Democrática», sendo de realçar, quanto ao primeiro, a proposta de criação de um Promotor Ecológico, e, quanto à segunda, a da instituição de um Provedor do Consumidor.

O que fica exposto constitui um itinerário de superfície, um acervo de instrumentos de defesa da Constituição, modalizados pelo enfoque próprio dos comunistas. Todas as navegações — em extensão e profundidade — são desejáveis, segura que é a rota e recenseados os escolhos certos à partida; sucessivos remoinhos e recifes, no entanto, surgirão no decurso do debate que corre os seus termos institucionais na Assembleia da República. É possível, nas actuais condições políticas, impedir a imolação da Constituição; urgem as convergências sem as quais o PSD alcançará ganhos contra-revolucionários que se traduziriam por gravíssimas sequelas na vida colectiva do País.

É imperioso garantir que a Lei Fundamental nascida com o 25 de Abril permaneça a carta das liberdades dos portugueses, dos direitos dos trabalhadores, das profundas transformações socioeconómicas, de um Estado com suportes na vontade e na participação do povo. ■



Desgraças

Bem sabemos como as desgraças se vendem. É assim de tal modo que alguns mesmo as inventam para vender um pouco mais. Desgraças e «crises» é o que não falta pela imprensa. E é tal o gosto pelas desgraças que alguns até perdem — ou fingem perder — o azimute dos seus ataques. Disto é exemplo o «Correio da Manhã». Tão apoiante da «felicidade» que o seu Governo PSD/Cavaco tem distribuído e afinal já colabora no coro geral contra o executivo laranja. A semana passada chegou a titular que era «Só Desgraças», logo na primeira página, arriscando-se a fazer estremecer os seus leitores. Mas os leitores, depois, ficariam sossegados, ao lerem logo a seguir que os causadores de tais desgraças eram os acidentes de viação, o cancro e as... autarquias. O Governo escapava. Agora, porém, nem o Governo escapa. Primeiro é acusado de não dar apoio à Igreja. Depois, de ter baixado os juros. Agora, de encurtar os prazos de pagamento nas compras a prestações — nas operações de venda em grupo. Só desgraças!

Comentários

Já se sabe que cada um comenta como quer — conforme a sua vontade — os acontecimentos que se produzem. Cada comentário tem a «marca da casa» onde é feito, aparece carregando subjectividade. Um comentário nem sequer é uma «leitura» de um facto,

nem a sua análise, mas antes o mostrar como o facto se adequa ou não ao nosso modo de ver e de querer. Já se sabe. Mas alguns comentaristas, de tanto quererem o contrário, exageram. Como por exemplo, quando a RTP comentou a vitória de Mitterrand em França. Tal vitória foi, para o comentarista, não a derrota da direita, mas a derrota da esquerda aqui há anos. Quando Mitterrand terá querido impor um «socialismo dogmático à século XIX»!!! O homem terá recuado tanto que os franceses acabaram gostando dele... à direita! Não nos lembramos de Mitterrand ter querido impor qualquer socialismo. Nem dogmático, nem outro. Nem à século XIX nem à século XX. E quanto a estas eleições, o que sabemos é que, contra as várias direitas, das mais extremas às menos fascistas, o eleitorado francês escolheu a única hipótese da segunda volta. Chirac tinha o apoio declarado de Barre e o apoio velado de Le Pen. E isso foi determinante para manter Mitterrand. Mas enfim, comentários são comentários.

A moralidade social-democrata

Quando o Governo estabeleceu o tecto de 6,5 por cento para os aumentos de salários, rios de tinta correram a justificar o facto e a tentar convencer os trabalhadores que com tal aumento não lesaria os seus

Pontos Cardeais

legítimos interesses e salvaguardava os superiores interesses da economia nacional.

A fazer té em tais ditos, as hostes populares, com os milagres económicos do Cadilhe, ia viver tão bem que nem tinha de se ralar se algum conselho de gerência ou patrão mais forreta fechasse os cordões à bolsa e se ficasse nas suas propostas por uns modestos três por cento, como é o caso da Rodoviária Nacional. Andava o pessoal a discutir isto tudo, até se fizeram para aí umas greves, se bem se lembram, outras já andam agendadas, como devem estar a par, e eis que rebenta a bomba: o Governo manda para a Assembleia da República uma proposta de aumento dos cargos políticos que vai até 30 — trinta — por cento.

Para a coisa não ser tão chocante, o executivo deu-se ao trabalho de apresentar três hipóteses: um aumento de trinta, outro de vinte e outro ainda de dez. A maioria cabe agora decidir, se possível de acordo com a oposição. Pois claro.

De 6,5 por cento nem vestígios. E estamos em crer que não faltará quem defenda que se trate de uma questão de prestígio, o que por certas bandas se conta em notas de mil.

Cidadão n.º 197 482

Um destes dias, se nos descuidamos, corremos o risco de nos porem ao peito uma ficha com um número, um código, um registo, que a todo o momento diga a quem subterraneamente nos administra os passos, a história da nossa vida desde pequeninos. Se tivermos bexigas, inclinações políticas assim ou assado, livros proibidos debaixo do colchão, empregos estáveis ou avulsos, paixões assolapadas, actividade sindical, filiação partidária, etc., etc. Não se pense que é ficção, pois já estivemos mais longe disso. Que o diga o Correia Afonso, líder da bancada do PSD, que um dia destes deixou os seus congéneres de boca aberta ao apresentar a ficha de identificação de um cidadão anónimo que, durante a discussão do pacote laboral, se manifestou um pouco mais ruidosamente nas galerias da Assembleia. Como é que das mãos da polícia tal ficha foi parar às mãos de Correia Afonso, não se sabe. Mas pode-se especular. Afinal, eles são os acérrimos defensores da tal polícia de segurança. Essa mesma, a que cheira a bafio de 48 anos de fascismo.

Gazetilha

por Ignotus Sum



Quanto?

O Governo já não fala sobre a base das Lajes. Acabou. O ianque ficou e não pagou. Espanta-me a cabala? Caspitê, meu avô! O que me inquieta, quanto em tal divago, já nem é quanto o Reagan não pagou — mas quanto é que Cavaco terá pago...

Confissão

A África do Sul é que é culpada. Ela é a força, a mola. Ela é que, desvairada, se meteu em excesso por Angola. Se não fosse isso, até os soldados cubanos eram escusados... Enfim, fosse eu, fosse eu quem tal dissesse ou quem Angola traz no coração... Mas não, mas não. Parece que ninguém adivinha. Pois então quem o disse, nas lonas, foi o Jonas...

Agora, alguém que insista em esconder as verdades, à sucapa, é só porque é ainda mais papista do que o papa

Ainda a isenção

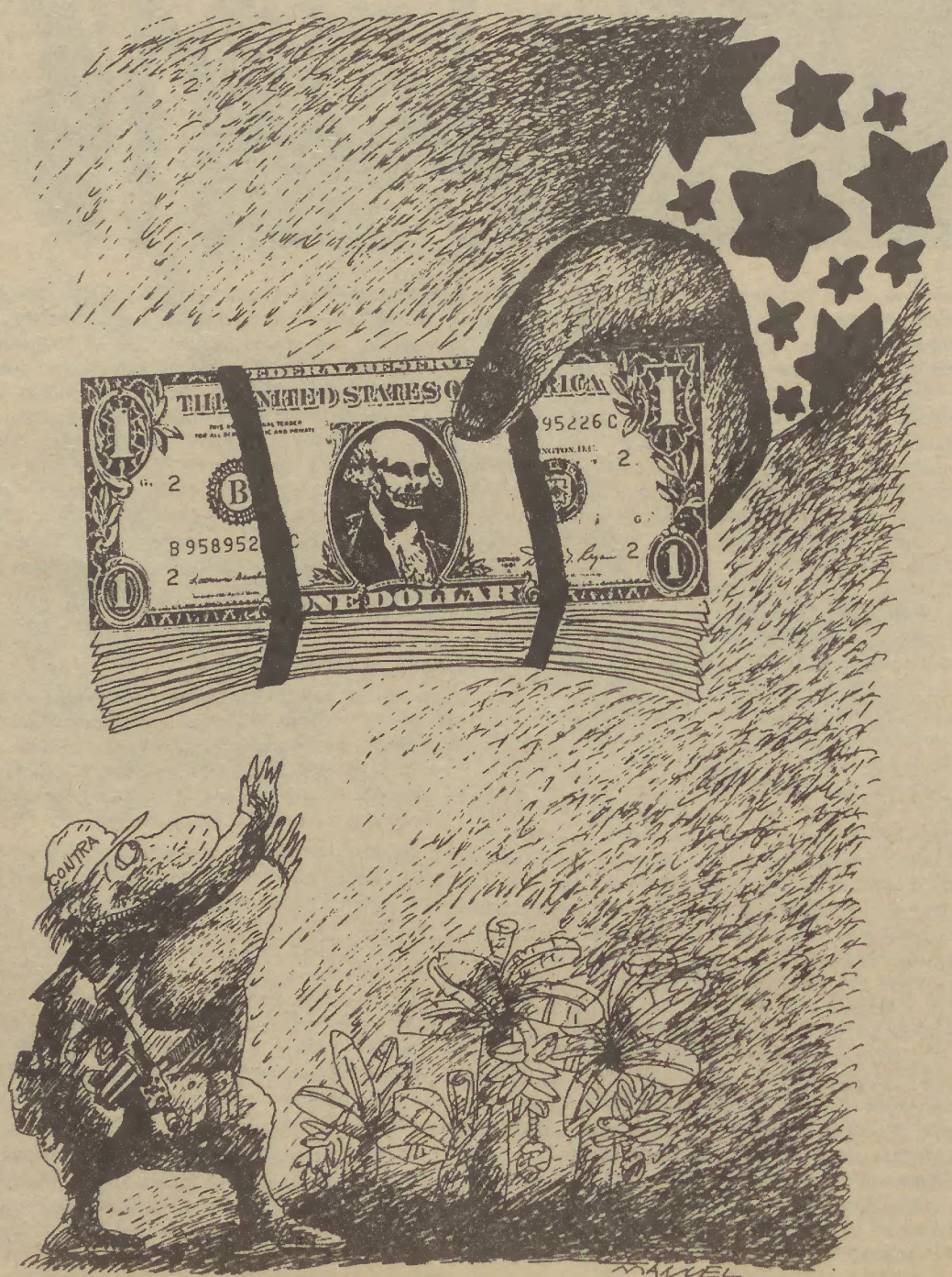
Não nos contaram, não. Ouvimos, vimos na televisão que a sua informação é isenta até mais não e que entre o Governo e a oposição jamais faz excepção... Não nos contaram, não. Ouvimos isso na televisão.

Mais conselhos e notas para os telejornais da barracada: Vá, meus senhores, contem anedotas com alguma piada...

O diálogo dele

Cavaco quer dialogar discutir reunir — ouvimo-lo assim telejornar. Ficam-lhe bem os nobres sentimentos. Sinal dos ventos sonho azul ou lá o que é? E pumba!, o que ele quer na CEE é o diálogo sim, mas Norte-Sul...

O diálogo, agora, está no centro? Ah, mas isso é lá fora, pois cá dentro o diálogo que se estabelece a gente já conhece...



Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 750

12 de Maio de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 12

• V. Real de St.º António

Reunião geral de militantes para discussão das conclusões da última reunião do CC. às 21.30 no Centro de Trabalho.

• Aveiro

Plenário concelhio de militantes, para discussão das conclusões da reunião do CC. às 21.30 no CT de Aveiro.

cussão das conclusões da reunião do CC. Com a participação de Vidal Pinto. Às 21.30, no CT de Aveiro.

• Porto

Plenários dos camaradas da Comunicação Social, a partir das 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

Reunião de militantes dos bairros da

Agra, S. Tomé, Carriçal, Paranhos e Regado. Na Escola do Bairro da Agra, às 21.30. Reunião de militantes dos bairros de Outeiro, Lamas e Covelo, no CT de Paranhos às 21.30.

• Rio Tinto

Plenário de militantes de Rebordões, Samogães e Triana, no CT da Areosa, às 21.30.

Plenário de militantes de S. Caetano, Soutelo e Venda Nova, no CT da Ponte, às 21.30.

Sexta 13

• Tavira

Reunião de eleitos e activistas da CDU, às 21.30, no Centro de Trabalho do PCP

• Portimão

Reunião geral de militantes para discussão das conclusões da reunião do CC. No Centro de Trabalho, às 16.00.

• Caldas da Rainha

Plenário de quadros sobre a situação política e a preparação do XII Congresso. Às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada

Joaquim Gomes

• Oeiras

Com início às 18.45, plenário de militantes das células de empresa do concelho de Oeiras. No Centro de Trabalho de Algés.

• Belas

Plenário de militantes da freguesia, a partir das 21.30, no Centro de Trabalho.

• Viseu

Reunião geral de militantes, a partir das 21.00, no Centro de Trabalho.

• Terrugem

Plenário de militantes da freguesia. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

• Matosinhos

Encontro da CDU no «Flor de Infesta»,

S. Mamede de Infesta, a partir das 21.30.

15.30, no Centro de Cultura de Coruche.

• Porto

Reunião de militantes de Bairro do Carvalhido/Bom Pastor e zona da Arca d'Água. No edifício (velho) da Junta, às 21.30.

• Valongo

Reunião de militantes da Organização de Campo, no CT de Campo, às 21.30.

• Rio Tinto

Plenário de militantes de Vila Cova, Rinha e zona da Ponte. No Centro de Trabalho da Ponte às 21.30.

Plenário de militantes das zonas da Estação e Igreja, no Centro de Trabalho da Estação de Rio Tinto.

• Mealhada

Plenário de militantes, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Vidal Pinto. A partir das 21.30.

• Barreiro

Encontro do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado. A partir das 10.00, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal.

Domingo 15

• Faro

Plenário Distrital de Eleitos da CDU. A partir das 10.00, na sede da Assembleia Municipal.

• Oeiras

Plenário de Jovens, de iniciativa das comissões concelhias de Oeiras do PCP e da JCP. No Centro de Trabalho de Algés a partir das 15.00.

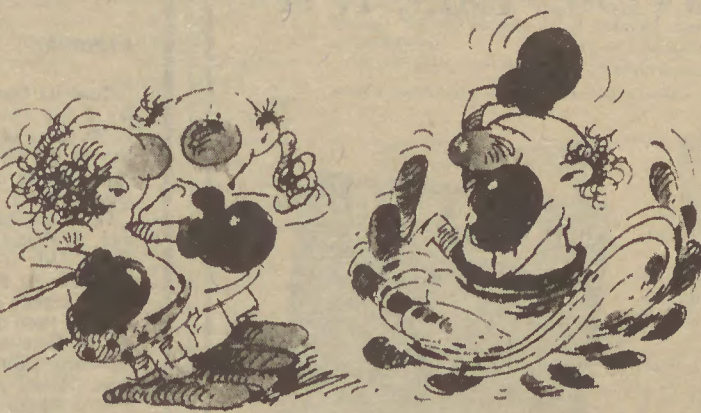
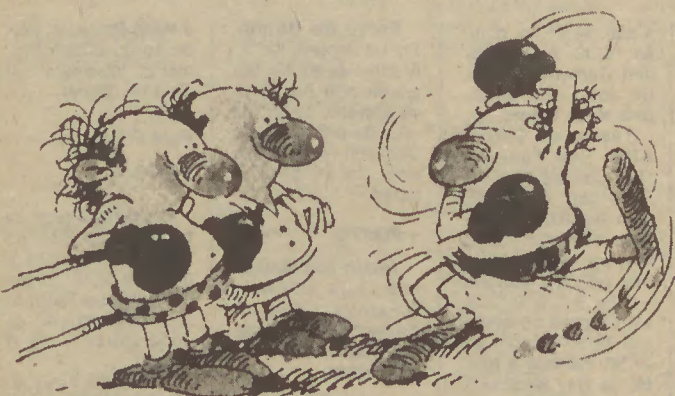
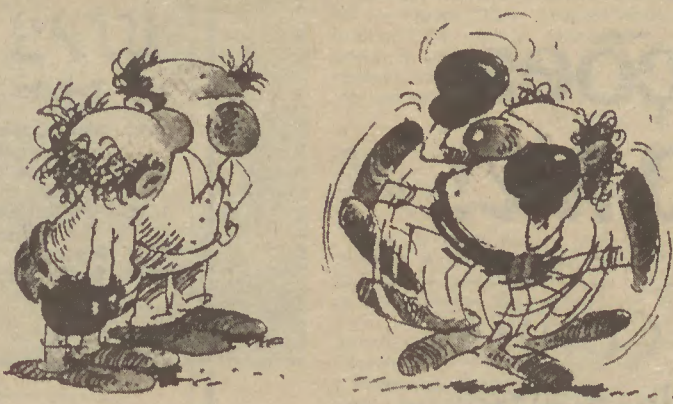
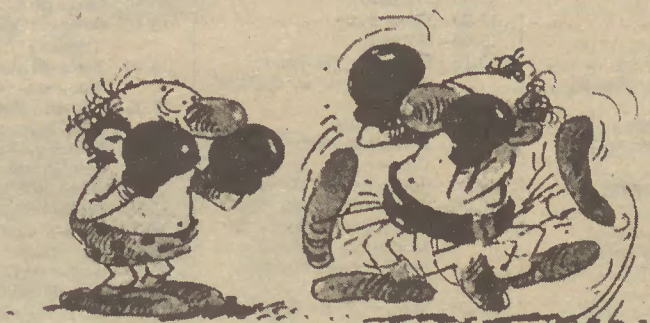
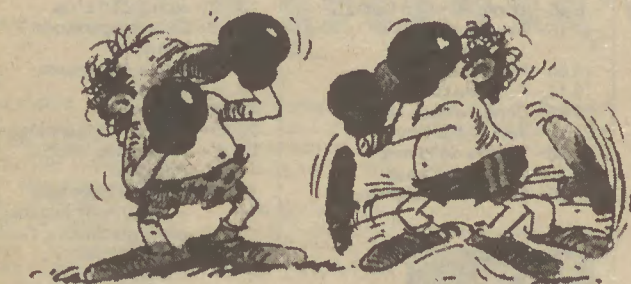
• Mortágua

Reunião concelhia de militantes, no CT da Gândara, a partir das 9.30.

• Nelas

Plenário concelhio de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho de Santar.

ANTOLOGIA



LOUP, França, in «Avant Garde» n.º 4 de 1988 — Jornal do Movimento da Juventude Comunista



Dia 14
Barreiro

**Encontro
do PCP
sobre o Sector
Empresarial
do Estado**

TV O Programa

Quinta
RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela «Selva de pedra» (21.º epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.10 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.20 – Telenovela «Roque Santeiro» (150.º epis.)
21.20 – Primeiro Andamento: Música sacra pelo coro Gulbenkian
21.50 – Telemundo
22.20 – Série «Terra Distante» (último epis.)
23.15 – 24 Horas
00.05 – Proclamação das Velas (transmissão directa de Fátima).

RTP2

13.15 – Totally Live
14.10 – Pano para Mangas



15.40 – Série «Um copo cheio de neve» (2.º epis.)
16.40 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela «Os Emigrantes» (247.º epis.)

18.00 – Ponto por Ponto
19.10 – Formula One
20.05 – Série «Cidade Nua» (89.º epis.)
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.40 – Magazine «Artes Plásticas»



22.05 – Série «As Teias da Lei»
23.05 – Série «Século XX» – A Revolução 20 Antes Depois.

Sexta
RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Fátima — (transmissão directa)
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.10 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.20 – Telenovela «Roque Santeiro»
21.15 – Série «Contos e Vigários» (4.º epis.)

22.20 – O Programa das Festas
23.00 – Série «Tribunal de Polícia» (4.º epis.)
23.30 – 24 Horas
24.00 – Remate
00.15 – Pela Noite Dentro: «Terrível desilusão», real. Walter Grauman (EUA).

RTP2

13.15 – Totally Live
14.10 – Dois Dedos de Conversa
15.40 – Série «Desafio Mundial» (1.º epis.)
16.30 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto por Ponto
19.10 – Formula One
20.05 – Série «Cidade Nua»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Clube de Jornalistas
22.05 – Série «O Detective Cantor» (5.º epis.)
23.05 – Entre Barreiras
23.55 – Troféu.

Sábado
RTP1

09.00 – Juventude e Família
12.00 – Trânsito
12.30 – TV Mulher
13.00 – Notícias
13.15 – Série «O Pantanal de Mato Grosso» 2.ª e última parte
14.05 – Parlamento
14.30 – Concurso «Sobe e Desce»
15.45 – Série «Petzi» (11.º epis.)
15.55 – Sessão da Tarde: «A Louca Corrida das Montanhas Rochosas», Real. James Conway (EUA/1977)
17.40 – Série «Capitão Power» (8.º epis.)

18.10 – Vivamúsica
19.15 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.05 – Boletim Meteorológico
21.30 – Série «Sim, sr. Primeiro-Ministro» (4.º epis.)
22.00 – Deixem Passar a Música
23.05 – Cinema da Mela-Noite: «Deserto de Almas», Real. Michelangelo Antonioni (EUA/1969).

RTP2

09.00 – Compacto Totally Live
13.15 – Compacto «Selva de Pedra»
16.00 – Troféu
20.00 – Music Box «Off the Wall»
21.00 – Uma Boa Ideia
21.30 – Série «Os Caminhos do Exílio» (2.º epis.)
22.30 – Concorde ou Talvez Não
24.00 – Música n'América.

Domingo
RTP1

09.00 – Juventude e Família
11.15 – Missa
12.10 – 70x7
12.35 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – Festa do Circo
13.40 – Série «O Director de Turma» (1.º epis.)
14.10 – Série «O Mundo da Natureza» (4.º epis.)
15.05 – Primeira Matinée: «Rio sem Regresso», Real. Otto Preminger, com Marilyn Monroe e Robert Mitchum (EUA/1954)
16.45 – Clube Amigos Disney
19.00 – Série «Um Anjo na Terra» (últ. epis.)
20.00 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico
20.40 – Série «Humor de Perdição»
21.45 – Série «Pavilhões Distantes»
22.45 – Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 – Music Box
10.00 – Troféu
13.00 – Music Box especial: Heavy Metal
14.00 – Caminhos
14.25 – Troféu
18.00 – Série «O Mundo de Smithsonian»
19.00 – Piano Bar
20.00 – Série «Quem Sai aos Seus...»

20.30 – Artes e Letras: «Jean Renoir, le Patron» (2.ª parte)
21.45 – Cineclube «O Cabo de Guerra», Real. Jean Renoir (França/1961).

Segunda
RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.05 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela «Roque Santeiro»
21.15 – Série «Mátria»
22.45 – Concurso «Com Pés e Cabeça»
23.15 – 24 Horas
23.45 – Remate.

RTP2

13.15 – Totally Live
14.10 – Agora, Escolha!
15.40 – Concerto «Carmina Burana»
16.40 – Trinta Minutos Com...
17.15 – Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.10 – Formula One
20.05 – Série «Cidade Nua»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Não Faça Cenas
22.30 – Ballado «Cinderela».

Terça
RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.05 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Vamos Jogar no Totobola
20.25 – Telenovela «Roque Santeiro»

21.25 – Programa da Direcção de Informação
22.20 – Série «Pulasky» (1.º epis.)
23.35 – 24 Horas
00.05 – Remate.

RTP2

13.15 – Totally Live
14.30 – Dois Dedos de Conversa
15.40 – Série «Dallas»
16.40 – Trinta Minutos Com...
17.15 – Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.10 – Formula One
20.05 – Série «Cidade Nua»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Série «Lá em Casa Tudo Bem»
22.10 – Cinemadols «Sob o Signo do Escorpião», Real. de Paolo e Vittorio Taviani, interpr. Gian Maria Volonté e Lucia Bosé (Itália/1969) – inédito em Portugal.

Quarta
RTP1

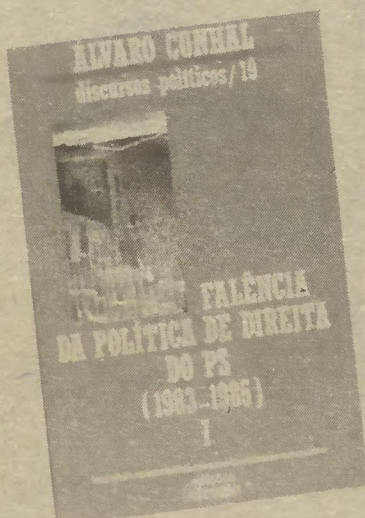
09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.05 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela «Roque Santeiro»
21.35 – Lotação Esgotada: «Peça incompleta para piano mecânico», Real. Nikita Mikhalkov (URSS/1976)
23.15 – 24 Horas
23.45 – Remate.

RTP2

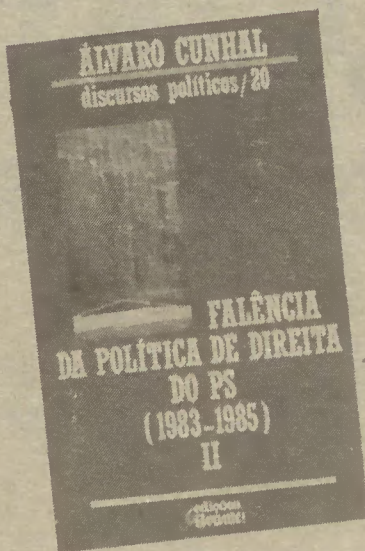
13.15 – Totally Live
14.10 – Agora, Escolha!
15.40 – Piano Bar
16.40 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.00 – Futebol: Segunda «mão» da Final da Taça UEFA
21.00 – Jornal das Nove
21.35 – Série «Joana»
22.05 – Clube de Imprensa
22.35 – Fantasia e Realidade.

edições **Avante!**

ÁLVARO CUNHAL
Falência da política
de direita do PS (1983-1985) I, II



01.33
634 pp.
900\$00



01.34
626 pp.
900\$00

Edições Avante a diferença de uma visão científica do mundo

CDL a distribuição

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto**, de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.

Casa dos Tabuenes. R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **Lisboa Monumental**, texto de Fialho de Almeida, dramatização de Manuel João Gomes, enc. de Silvina Pereira, pelo grupo Maizum (estreia da semana).

Comuna. Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **O Destino Morreu de Repente**, de Alves Redol, enc. de João Mota.

Ritz Clube. Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Baile**, adaptação e enc. de Heider Costa, pelo grupo A Barraca (até 15/5).

Teatro ABC. Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados, às 16.00, dom., às 21.30. **Cheira a Lisboa**, de César Oliveira e Henrique Santana.

Teatro Aberto. Praça de Espanha. De 4.ª

a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **A Rua**, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto. Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb., às 21.00, dom., às 16.00. **Três Irmãs**, de Anton Tchekov, enc. de Rui Mendes, pela Comucópia — De 3.ª a 6.ª às 15.00 (para escolas); sáb., às 16.00, dom., às 21.30. **Acenda a Noite**, de Ray Bradbury, enc. de José Caldas.

Teatro Nacional. Sala Garrett. De 3.ª a sáb., às 21.15, sáb., dom., às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca. — **Sala Gil Vicente.** De 3.ª a sáb., às 22.00, sáb., e dom., às 17.00. **A Infância de Leonor Távora**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

Teatro Vasco Santana. Av. da República, As Duas Cartas, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret. Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

Torre de Belém. Pç. do Império. De 3.ª a dom., às 21.30. **Segismundo na Torre de Belém**, adapt. de «A Vida É Sonho», de Calderon de la Barca, enc. de Jorge Listopad.

• PORTO

Teatro dos Modestos. Rua Gonçalo Cristóvão, 190. **O Passaro Verde**, de Carlo Gozzi, pelos Comediantes.

• ALGÉS

1.º Acto — Clube de Teatro. 6.ª e sáb., às 21.30. **Memórias de Guerra**, textos de Ruzante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

• BRAGA

Teatro Circo. De 3.ª a sáb., às 21.45, dom., às 16.00. **Com a Arma de Bogart**, de Renato Solnado, enc. de António Fonseca, pela CENA — Companhia de Teatro de Braga.

• LOURES

Teatro da Malaposta (Olival Basto). **Comédias do Ilustre Amigo**, dramaturgia e encenação de José Martins, José Peixoto

e Mário Barradas, produção do Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna. Praça de Espanha. De 3.ª a 6.ª (para escolas), sáb., e dom., às 17.00. **Nora**, de Gonçalo Fernandes Trancoso, enc. de João Brites, pelo O Bando.

Junta de Freguesia de Carnide. Largo das Pimenteiras, 6-A. Sáb., às 16.00, dom., às 11.00. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papa-Léguas.

Teatro Nacional. Sala Garrett. Sábado, às 16.00. **Zaca Zaca**, de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.

TIL — Teatro Infantil de Lisboa. R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb., e dom., e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. de Kim Cachopo.

Teatro Ibérico. Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb., e dom., às 11.00. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Atracção Fatal	—	★★	★★	★★	★★
B	As Asas do Desejo	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	Diabo no Corpo	★	★★★★	★★★★	★★★★	—
D	Esperança e Glória	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	O Fetiço da Lua	★★★★	—	★★	★★	★★
F	Império do Sol	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
G	Jogo Fatal	★★★★	★★★★	★★★★	—	—

Classificação de

A — Real. Adrian Lyne — **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); S. Jorge/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.15) — Lisboa.
 B — Real. Wim Wenders — **Quarteto/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Marco Bellocchio — **Mundial/2** (14.00, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.
 D — Real. John Boorman — **Amoreiras/6** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); **Apolo 70** (14.00, 16.30, 21.00); **Castil** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Norman Jewinson — **Alfa/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15); **Amoreiras/1** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00); **Mundial/1** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/3 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Steven Spielberg — **Alfa/1** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Amoreiras/5** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30) — Lisboa.
 G — Real. David Marnet — **Quarteto/4** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.

Jazz de luxo

«Archie Shepp — um nome apenas para garantia total»: tal-qualmente escreve o «Mundo da Canção» em convite ao concerto que organiza com o famoso saxofonista norte-americano. No sábado, no Teatro Rivoli do Porto às 22.00. Com Archie Shepp estarão **Horace Parlan**, piano, **Gerry Eastman**, contrabaixo, **Steve McCraven**, bateria — um quarteto que tocará também em Lisboa, na Aula Magna, a partir das 21.30 de sexta-feira.

Ainda em Lisboa e na Aula Magna mas no sábado à noite (21.30), uma outra formação: o **Trio de Stephan Grappelli**, com Grappelli, Martin Taylor e Jack Sewing (violino, guitarra e contrabaixo, respectivamente).

De novo no Porto: na sexta-feira, 21.30, Auditório Carlos Alberto, o aguardado concerto com o **Quinteto de Maria João**.

gunda-feira, 16, começa no mesmo local a programação normal da Temporada Gulbenkian com um recital de piano por **Sequeira Costa**, que interpreta obras de Mozart, Schubert, Debussy e Rachmaninov. As 18.30.

No dia 17, à mesma hora e também no Grande Auditório, concerto de violino e piano por **Boris Belkin** e **Cristina Ortiz**. Obras de Brahms, Beethoven e Prokofiev.

No Teatro Nacional de S. Carlos/Salão Nobre, quarta-feira, dia 18, às 21.30, concerto de música de câmara pelo **Quarteto de Cordas e o Quinteto de Sopros do TNSC**.

Quanto ao S. Luís: prossegue a série de concertos «Música em Diálogo» com um concerto pelo **Coro de Câmara da Universidade de Salamanca** — domingo, 15, às 11.00 — e um outro pelo grupo **Camerata Vocal de Lisboa** — terça, dia 17, às 18.30 — interpretando ambos música do tempo dos Descobrimentos.

Mais Música

Hoje, às 18.30, no **Grande Auditório Gulbenkian**, concerto de encerramento dos 12.º Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea: com a **Orquestra Gulbenkian** e a soprano **Sigune Von Osten**, direcção do maestro **Michel Swierczewski**. Obras de Tristan Murail, Gerard Grisey e Messiaen. Entretanto, na se-

Ópera

Uma nova encenação de «As Bodas de Figaro», ópera em 4 actos de Mozart, pode ser vista no Teatro Nacional de S. Carlos em cinco espectáculos, o primeiro dos quais no dia 15. No dia 25 às 20.00 há recita para jovens: **entrada gratuita** a jovens até 18 anos, com bilhetes que poderão ser levantados na bilheteira do tea-

tro, das 13.00 às 19.00, a partir de segunda-feira próxima.

Cinema

Começa hoje às 18.45 no Quarteto, o ciclo **Cinema Soviético — Anos 80** que o ABC-Cineclub de Lisboa organizou para este mês. Pro-

conti, Zampa, Francioli/1953; às 21.30, **As Noites Brancas**, de Visconti/1957; — segunda, dia 16 às 21.30 **As Noites de Cabiria**, de Fellini/1957; — terça, dia 17; às 18.30 **O Grande Conquistador**, de René Clement/1953; às 21.30, **O Americano Tranquilo**, de Mankiewicz/1957.

Exposições

LISBOA

Ana Aragão — Pintura. Gal. O Varandim, Pç. Bernardino Machado, 11-B. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, sáb. só de manhã.

Ana Mor — Aquarelas. Imprevisto, Trav. da Laranjeira, 35. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 15/5).

António Viana — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 18/5).

Arte Portuguesa no Século XIX — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (excepto à 2.ª até 31/5). **Cabrira Reis** — Pintura. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 4/6).

«A Companhia Rey Colaço/Robles Montelero» — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

«Falança Portuguesa em Amsterdão» — Museu Nacional de Arte Antiga. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 5/6).

Francisco Costa Maya — Pintura. Biblioteca Municipal (até 15/5), Biblioteca Ma.

Francisco Gala — Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e 14.00 às 19.00, sáb. até às 13.00 (até 18/5).

Helena Almeida — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 31/5).

Helena Justino — Pintura. Gal. Artex, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã.

Isabel Botelho — Pintura Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 19.00 (até 18/5).

Joalharía Belga Contemporânea — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00, sáb. e dom. das 10.00 às 17.00.

João Cutileiro — Escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. Das 14.30 às 19.30 (até 21/5).

João Queiroz — Pintura. Gal. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (15/5).

Joaquim Bravo — Desenho. Galeria de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna.

Jorge Guimarães — Pintura. Aliança Francesa, R. Braamcamp, 13. 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.30.

Júlio Pomar — Pintura; desenhos para o mural do Circo de Brasília. Gal. 111, Campo Grande 113. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.30, sáb. até às 13.00 (até 18/5).

Lenços de Namorados — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Luís Camacho — Pintura. Loja de Desenho, R. Academia das Ciências, 2-A. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/5).

Manuel Vieira — Pintura e desenho. Atelier 2, Rua da Emenda, 66. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 12/5).

Margarida Cepêda — Pintura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 17/5).

Maria Beatriz — Pintura e desenho. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 24/5).

Mestres da Pintura Búlgara — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria das Exposições Temporárias.



Teresa Dias Coelho na Voz do Operário

Museu da Água de Manuel da Mala — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Paula Rego — Pintura (retrospectiva). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 5/6).

«Por Mar e Terra...» — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

René Bertholo — Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 19.00 (até 20/5).

Rogério de Freitas — Pintura. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 31/5).

Rui Azevedo — Pintura. Multiface, CC Gemini. Das 9.00 às 22.00 (até 15/5).

Teresa Dias Coelho e Miguel Mira — Pintura. Gal. da Voz do Operário, R. da Voz do Operário (até 17/5).

PORTO

Carlos Marques — Pintura. Gal. EG. Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Marta Seixas — Pintura e desenho, Rua Costa Cabral, 777, Lj. 8. Diariamente das 09.30 às 12.30 e das 14.30 às 22.00.

Pedro Saraiva — Pintura. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 12/5).

«O Pintor e a Paisagem» — Colectiva de pintura. Gal. Antiqua, R. do Salgueiral, 62. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 16/5).



Paula Rego na Gulbenkian

Sebastião Resende — Pintura, desenho, escultura. Gal. Nasoni, Sala Atlântica, Rua Galeria de Paris, 67-68.

OUTRAS LOCALIDADES

5 Mulheres do Alentejo — Centro Cultural de São Lourenço (até 20/5) ALMANSIL.



Baltazar — Caricatura. Centro Cultural da Damaia, de 2.ª a 6.ª das 17.00 às 20.30, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 18/5) AMADORIA.

I Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro — Pavilhão Octogonal do Parque Municipal de Feiras e Exposições. AVEIRO.

Francisco Costa Maya — Pintura. Biblioteca Municipal (até 15/5). BARREIRO.

Xana — Desenhos. Galeria de Colares,

Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 15/5). COLARES.

«20 Pintores Contemporâneos» (Armando Alves, Arpad Szénes, Jorge Pinheiro, Resende, Cargaleiro, Tudela, Rogério Ribeiro, Vieira da Silva, outros). Gal. do Casino, das 15.00 às 24.00 (até 29/5). ESTORIL.

Maria Beatriz — Pintura. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. LOURES.

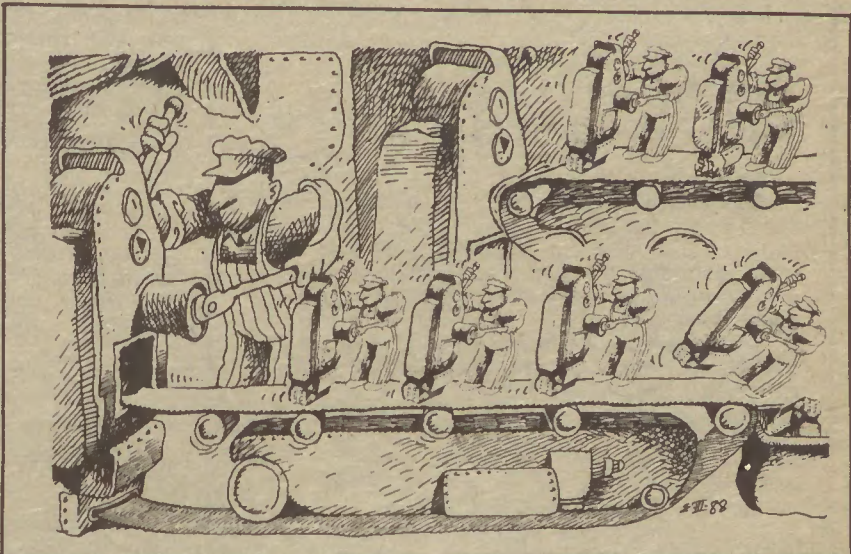
Colectiva de Artistas da Monumental — Centro Cultural Emmerico Nunes, Largo do Muro da Praia (até Maio) SINES.

Tendências dos Anos 80 — Centro de Arte Moderna, Rua Alão de Moraes, 473. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 23.00, dom. das 14.00 às 20.00 (até 18/5). S. JOÃO DA MADEIRA.

Hélder Cerqueira — Casa do Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETÚBAL.

Maria e Carlos Santos — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional. SINTRA.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA



Tempo

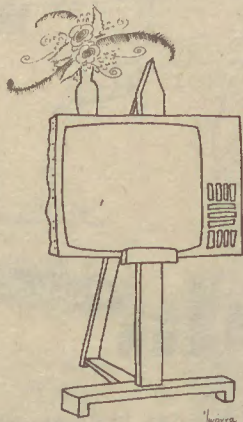
Fim de Semana



Céu geralmente muito nublado, vento moderado do Sul, soprando por vezes com rajadas no Norte e Centro. Períodos de chuva. Nebolina e nevoeiro matinais. Pequena subida das temperaturas mínimas.

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

a TV



Diferença mínima

Estiveram na rubrica **Parlamento**, os deputados Jorge Lemos, do PCP, Basílio Horta, do CDS e Silva Marques, do PSD. Em discussão, a lei orgânica da Assembleia da República.

Como se costuma dizer, a verdade, saltou aos olhos de todos. O deputado do PSD, sem quaisquer argumentos, limitou-se a repetir «que a culpa era da oposição». Três vezes disse que a oposição votou contra «porque tem vergonha de aceitar publicamente que concorda com o PSD»...

De facto, no caso vertente era mesmo de ter vergonha...

Quer Jorge Lemos, quer Basílio Horta, aduziram importantes razões para votar contra o projecto do partido governamental. Mas Silva Marques ainda queria mais... A certa altura, Jorge Lemos recordou a medida proposta segundo a qual, o PSD poderia decidir unicamente pelo seu voto, em caso de falta de *quorum*. Ora, penso eu, entre isto e a ditadura a diferença é mínima...

Não posso aqui, por falta de espaço, trasladar os argumentos dos dois deputados de oposição. Mesmo ao nível da grande audiência, os 30 minutos de «Parlamento» são insuficientes para mostrar toda a gravidade da situação.

Atenção à «primeira página...»

Muita gente nas ruas

Falarei novamente de Silva Marques. Não sei porquê, a televisão aprecia-o muito.

Vimo-lo no **Jornal de domingo** por acaso Primeiro de Maio.

O tempo dedicado à efeméride não foi muito. O **Jornal** de Moniz nem por sombra deu uma ideia da grandeza das manifestações populares. Mas o que se viu foi bastante para provar que era muita, muita gente nas ruas.

Falou-se mais do **Maio de 68**. E aqui é que nos aparece o Silva Marques. Disse a propósito da movimentação estudantil em França: **Eu penso que, quando há muita gente na rua, de certeza que há uma causa justa que há que aceitar.**

Não acredito que, quando há muita gente a protestar, a razão esteja apenas do lado dos outros. Ela está normalmente do lado que protesta.

Abstenho-me de comentar. Será que o deputado do PSD mantém a sua afirmação depois de ter visto aquelas imagens impressionantes do povo português a protestar nas ruas...

Por favor, basta de fofocas!

Ainda sobre o **Maio de 68**.

Para falar do caso, **Jornal de domingo**, foi buscar três pessoas das quais, uma não vivera, nem assistira, não tinha uma ideia bem alicerçada, e as duas outras eram **maloistas** por adesão ou testemunho. Essas duas, por acaso, assimiladas pelo sistema pelo qual Maio se rebelara...

Se refiro isto aqui é apenas para sublinhar um caso evidente de manipulação por meio de afastar uma citação do seu contexto real, histórico.

Segundo António Barreto, Maio de 68 acabou com o mito do comunismo. O Barreto, você acredita mesmo no que diz? Você acredita mesmo que, em 68, o poder teve medo do espectro de um governo de forte representação comunista, «como em *off* antes se dissera? Você acha mesmo que Maio 68 era a alternativa do «mundo novo» contra o velho mundo capitalista? Oh Barreto!, você até andou metido nisso!

A certa altura citou Sartre, com todo o seu «desencanto» face ao Partido Comunista Francês, que ele acusava de não ter apoiado os estudantes.

A História veio provar que o PCF tivera razão. Sartre e Barreto gostariam de ver as forças mais responsáveis envolverem-se em aventuras emocionais para levar ao poder, não o povo, mas a imaginação. Mas aquilo que eles, e outros gostam, não tem nada a ver com uma análise fria, impessoal.

Por favor, Barreto, estamos fartos de fofocas...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A Euro-submissão em dia de efeméride

O dia da Europa fez correr rios de tinta, mobilizou figuras proeminentes da nossa praça, deu azo a inaugurações, discursos, comentários.

Mesmo os que, a propósito de datas nacionais, acham melhor esquecê-las, engrossaram o coro dos euro-louvoures com aplausos ao que dizem ser o remédio para todos os males. Houve excepções, é claro, mas poucas.

Presente

- «Cerca de 320 milhões de cidadãos constituem a população da Comunidade Europeia, que, em 38 anos, se tornou na maior potência comercial do mundo.

A CEECA — Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, seria a primeira das três comunidades europeias a ser lançada, em 1951, e a ela aderiram — assinando o tratado de Paris, que a instituiu — seis países: Bélgica, França, Luxemburgo, Itália, Países Baixos e República Federal da Alemanha.

Seis anos mais tarde, em 1957, estes países decidem, ao assinar os tratados de Roma, criar a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom ou CEEA).

Em 1967, os órgãos constitutivos das três comunidades fundem-se para dar lugar a uma comissão e a um conselho de ministros únicos. Surgiu então a designação global de Comunidade Europeia (CE).

A Comunidade conheceu já três alargamentos: em 1973, o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca juntaram-se aos Seis e, em 1981, a Grécia entra para o que passa a ser conjuntamente designado por os Dez.

Em 1986, a Comunidade Europeia passa a ser a Doze, com a entrada de Portugal e da Espanha.»

(«A Capital», 9 Maio)

Passado...

- «A ideia comunitária já existia no passado. Os Europeus disputavam-se, mas convergiam, em peregrinação, para Santiago de Compostela...»

(«Diário de Notícias», 9 de Maio)

Futuro...

- «“Em Portugal somos favoráveis ao progresso da unidade europeia e à criação de organizações supranacionais” afirmou ontem, em Lisboa, Mário Soares.»

(«Diário Lisboa», 10 Maio)

»...que a nós pertence

- «Amadurecida a cooperação económica, a unidade europeia necessita de ser aprofundada em termos políticos e culturais, para não ficar enfraquecida, entalada entre os interesses estratégicos e hegemónicos das duas superpotências, e para não se deixar colonizar, na era dos audiovisuais transnacionais, pela cultura e pela informação dos países emissores de grande potencial.

Neste contexto de frágeis equilíbrios económicos e informativos, Portugal, país pequeno, fraco e periférico,

precisa redobradamente de se precaver, se não quiser perder a sua autonomia e a sua identidade.

Havemos persistentemente de estabelecer e não largar de vista os nossos próprios interesses, os valores que escolhermos, a nossa cultura, as características que fazem de nós um geoespaço com características singulares e não perder tudo isso em complexos de subordinação inferiorizante ou em regras de uniformização.

Lisboa não tem que ser uma mera sucursal de Bruxelas, por efeito de apatia ou de empatia, não podemos transferir para a sede da CEE a total capacidade de definir o nosso futuro.»

(«Diário Popular», 9 Maio)

Esta «Europa»

- «A CEE nasceu como uma necessidade de defesa e consolidação do capital face ao desenvolvimento do movimento operário e das forças progressistas após a Segunda Guerra Mundial, apoiada sobre as forças mais conservadoras para combater o perigo «externo» (o aparecimento do sistema socialista), e o «interno» (o movimento operário e as suas organizações políticas e sociais). Teve também um papel influente no seu aparecimento e emancipação colonial com os seus reflexos a nível político e económico (alteração da relação de forças no mundo, perda de mercados exclusivos, de fontes de matérias-primas, etc...).

A sua formação foi facilitada pelos intensos laços económicos já existentes entre os seis países fundadores — França, RFA, Bélgica, Holanda, Itália e Luxemburgo —, e pela existência do mesmo processo de reprodução social. A CEECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, criada em 51), primeira experiência comunitária, tinha já dado as suas provas e contou para a elaboração de um projecto mais vasto e ambicioso.»

... dos monopólios

«Desde o seu nascimento a CEE duplicou o número de países aderentes, dos seis iniciais passou a doze, alargando o seu espaço. Consolidaram-se as posições do capital monopolista; aumentou a produção (e a concentração da produção), para os níveis dos EUA e Japão quando os não ultrapassa; tornou-se a maior potência comercial; aprofundou-se a divisão e especialização internacional do trabalho no seu seio; progrediram a coordenação e unificação das políticas nacionais e os poderes supranacionais; cresceu a sua influência a nível mundial, quer nas relações económicas quer nas questões políticas.

Mas, simultaneamente, de forma mais significativa a partir da crise capitalista dos anos 70, multiplicaram-se as falências de centenas de milhares de pequenos e médios industriais, comerciantes, agricultores, armadores e outros; quebra ou estagnação no crescimento económico e das exportações; acentuada subida dos preços e da taxa de inflação; crescimento da dívida externa; diminuição do emprego e aumento vertiginoso do desemprego; deterioração das condições sociais e diminuição do nível de vida das classes trabalhadoras e crescimento das situações de miséria; agravamento das disparidades e dos níveis de desenvolvimento entre países e regiões.

Os factos são em si mesmos a negação de tão apregoada política de coesão económica e social e, a nível interno, a da propaganda da modernidade e do progresso que o desafio da integração nos imporá. A política liberal e de mercado tornou os ricos mais ricos — nações, regiões e monopólios — e os pobres mais pobres e dependentes.

Desfazem-se as ilusões dos que acreditam que é possível e reformar e harmonizar o capital, democratizá-lo por dentro, fazê-lo evoluir para uma utópica e democrática «Europa social», dos trabalhadores e dos cidadãos, ou das regiões, da cultura, etc..., conforme a crença ou ingenuidade de alguns e a propaganda conscientemente alienatória de outros. A Europa que se pretende consolidar é dos monopólios.»

A Cooperação necessária

«Por cá, a pretexto da necessidade de entrar para a CEE (e é bom recordar que a independência das ex-colónias também foi usada como argumento político justificativo da adesão), primeiro, ao reforçar da ofensiva contra Abril; depois, a pretexto de que aderimos a uma organização com um determinado sistema económico e social, assistimos à continuação da ofensiva de que o pacote laboral, entre outros, é exemplo. Ainda há dias o presidente da CIP tentava provar, no *Expresso*, “que o progresso anda associado a uma maior flexibilidade da legislação do trabalho” e que o pacote “fica muito aquém, em muitos aspectos, do regime jus-laboral dos países da Comunidade”.

Fica claro que “progresso” quer dizer liquidação de direitos e regalias dos trabalhadores e aumento da exploração capitalista.

O futuro perspectiva perigos ainda maiores. A guerra institucional que hoje se trava para dotar a Comissão e o Parlamento Europeu de maiores poderes supranacionais esconde e revela simultaneamente a guerra das multinacionais e dos grandes interesses económicos contra os “espartilhos” nacionais.

«A Europa é financeira, afirma a imprensa, e o mercado interno uma guerra comercial e económica que nada tem a ver com o ideal europeu.

(...) É um facto que se desenvolvem à escala mundial as relações a todos os níveis entre as nações, que aumenta a interdependência, mas tal fenómeno não impede antes exige cooperação mutuamente vantajosa na base do respeito pela soberania de cada um dos parceiros, verdadeira solidariedade no combate aos atrasos regionais, uma política de desenvolvimento, de coexistência pacífica, paz e desarmamento.

O entrelaçamento das economias capitalistas é o contrário de tudo isto.»

(Martins Coelho, «o diário», 7 Maio)

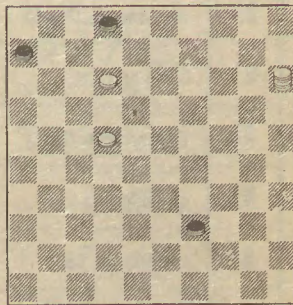
Damas

CLIII — 12 de Maio de 1988
Proposição N.º 153

Por: C. Cascino

«Trésor des Miniaturistes
Français», 1979

Pr.: [3]: 2-6-39

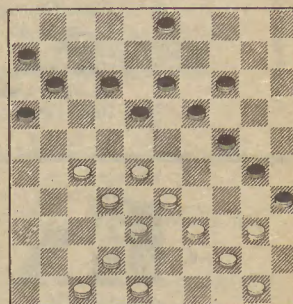


Br.: [3]: 12-(15)-22
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 153

Por: F. Raman — Holanda

Pr.: [12]: 3-6-11-12-13-14-16-18-19-24-30-35



Br.: [12]: 27-28-32-33-38-39-40-42-44-47-48-50
Jogam as brancas e ganham

Soluções do N.º CLIII

N.º 153 (C.C.): 15-38 (39-44) A B; 12-8! (2×13); 38-49! (44-50); 49-35 (50-17...); 35× e +

A — Se: (2-8); 12×3 (39-44); 38-49 (44-50); 49-16+

B — Se: (2-7); 12×1 (39-44); 1-40 (44×35); 38-49 ou 29 (6-11) e (11-16); 22-17+

Golpe N.º 153 (F.R.): 27-22 (18×27); 32-31 (16×27); 39-34 (30×39); 48-43 (39×37); 44-39 (35×34); 28-33 (19×28); 33×42 (44×33); 36×16 B+

■ A. de M. M.

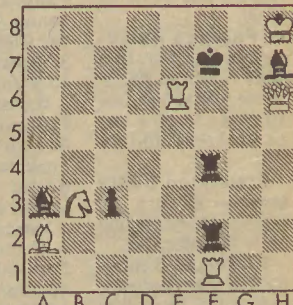
Xadrez

CLIII — 12 de Maio de 1988
Proposição N.º 153

Por: Tow Hian Bwee

«Die Schwalbe», 1962

Pr.: [6]: Pç3-Bs.a3, h7-Ts.f1, f4-R7
Br.: [12]: Cb3-Ba2-Ts.é6,f1-Dh7-Rh8



Mate em dois lances

...

Jogo N.º 153

Olimpiadas de Salónica, 1984

Br.: Ljuboevic — Pr.: Beliavsky

1. é4,é6; 2. d4,d5; 3. Cç3,Bb4; 4. é5,é6; 5. a3,Bç3+; 6. bç3,Cé7; 7. Dg4,Dç7; 8. D:g7,Tg8; 9. D:h7,g:d4; 10. Cé2,Cbç6; 11. f4,dç3; 12. h4,Bd7; 13. Th3,0-0; 14. Tç3,Cf5; 15. Dh5,d4; 16. Td3,Cç6; 17. Bb2,Cd5; 18. Tç1,Bç6; 19. g3,Th8; 20. Dg4,Da5+; 21. Rf2,Cdè3; 22. Dh3,Dd5; 23. Cd4,C:d4; 24. R:é3,Df3+; 25. Rd2,Df2+; 26. Rç3,Td5; 27. T:d4,T:d4; 28. Bd3,Thd8; 29. h5,d8d5; 30. a4,Tç5+; 31. Rb3,Bd5+; 32. Ra3,T:d3; 33. ç:d3,T:ç1 e as brancas abandonam.

Solução do N.º 153

Chave: 1. Cç5! Ameaça: 2. Dg7++
1. Tg2; 2. Té2++
1. Tg4; 2. Té4++

A. de M.M.